

Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	4
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	5
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	6
1.5 Principais clientes	8
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	9
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	10
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	11
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	12
1.10 Informações de sociedade de economia mista	14
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	15
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	16
1.13 Acordos de acionistas	17
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	18
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	19
1.16 Outras informações relevantes	20
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	21
2.2 Resultados operacional e financeiro	29
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	31
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	32
2.5 Medições não contábeis	33
2.6 Eventos subsequentes as DFs	34
2.7 Destinação de resultados	35
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	36
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	37
2.10 Planos de negócios	38
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	39
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	40
3.2 Acompanhamento das projeções	41

Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	42
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	47
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	49
4.4 Processos não sigilosos relevantes	50
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	53
4.6 Processos sigilosos relevantes	54
4.7 Outras contingências relevantes	57
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	58
5.2 Descrição dos controles internos	61
5.3 Programa de integridade	63
5.4 Alterações significativas	66
5.5 Outras informações relevantes	67
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	68
6.3 Distribuição de capital	70
6.4 Participação em sociedades	71
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	72
6.6 Outras informações relevantes	74
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	75
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	78
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	79
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	80
7.4 Composição dos comitês	90
7.5 Relações familiares	96
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	97
7.7 Acordos/seguros de administradores	98
7.8 Outras informações relevantes	99
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	100

Índice

8.2 Remuneração total por órgão	106
8.3 Remuneração variável	110
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	112
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	117
8.6 Outorga de opções de compra de ações	118
8.7 Opções em aberto	119
8.8 Opções exercidas e ações entregues	120
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	121
8.10 Outorga de ações	122
8.11 Ações entregues	123
8.12 Precificação das ações/opções	124
8.13 Participações detidas por órgão	126
8.14 Planos de previdência	127
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	128
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	130
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	131
8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)	132
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado)	133
8.20 Outras informações relevantes	134
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	135
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	137
9.4 Outras informações relevantes	138
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	139
10.1 Descrição dos recursos humanos	141
10.2 Alterações relevantes	142
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	143
10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados	146
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	147
10.5 Outras informações relevantes	148
11. Transações com partes relacionadas	

Índice

11.1 Regras, políticas e práticas	149
11.2 Transações com partes relacionadas	150
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	158
11.3 Outras informações relevantes	159
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	160
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	161
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	162
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	165
12.5 Mercados de negociação no Brasil	166
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	167
12.7 Títulos emitidos no exterior	168
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	169
12.9 Outras informações relevantes	170
13. Responsáveis pelo formulário	
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE	171
13.1 Declaração do diretor presidente/relações com investidores	172
13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual	173

1.1 Histórico do emissor

1.1. Descrever sumariamente o histórico do emissor

As atividades do Grupo Lupatech tiveram início em 8 de agosto de 1980, com a fundação da Microinox, uma planta de fundição localizada em Caxias do Sul (RS), dedicada à produção de peças microfundidas.

Em 1984, aproveitando sua base industrial, a empresa expandiu sua atuação com a criação da Valmicro, voltada à fabricação de válvulas industriais em aço microfundido, marcando sua entrada no setor de válvulas.

Três anos depois, em 1987, a companhia recebeu seu primeiro aporte de capital por meio da CRP – Companhia Riograndense de Participações, um fundo de capital de risco.

A internacionalização teve início em 1992, com a aquisição da Esferomatic, fabricante argentina de válvulas, sinalizando também a entrada no setor de petróleo e gás. Essa operação foi encerrada com a venda da empresa em 1998.

Em 1995, com o objetivo de ampliar seu portfólio tecnológico, a empresa fundou a Steelinject, especializada na produção de peças em aço injetado. No mesmo período, recebeu um novo aporte, desta vez do Bozano Simonsen Advent – Fundo Mútuo de Investimentos em Empresas Emergentes.

A trajetória de aquisições prosseguiu em 2000, com a incorporação da Metalúrgica Nova Americana (MNA), importante fabricante nacional de válvulas de esfera voltadas à cadeia do petróleo.

Em 2001, por meio do BNDESpar, foram subscritas debêntures conversíveis em ações, integrando a terceira rodada de investimentos da companhia após a conversão, em 2003.

Nos anos seguintes, ocorreram o terceiro e o quarto aportes de private equity, realizados respectivamente pelos fundos GP Investimentos (2003) e Natexis Mercosul Fund – Axxon Group (2005).

Ainda em 2005, foi adquirida a Carbonox, segunda planta de fundição por microfusão, localizada em Veranópolis (RS).

O ano de 2006 foi marcado por marcos relevantes: a abertura de capital da empresa, com captação de R\$ 155 milhões em seu IPO, e a aquisição da Metalúrgica Ipê (Mipel), fabricante de válvulas de bronze e latão. Aproveitando o valor da marca, a Lupatech implantou uma nova unidade de válvulas de aço no complexo industrial da Carbonox.

Nesse mesmo ano, visando expandir sua presença no setor de petróleo e gás, a companhia voltou a operar na Argentina, adquirindo novamente a Esferomatic e a Valbol, além da fundição Itasa.

Em 2007, diversificou ainda mais suas operações com a compra do negócio de cabos de ancoragem offshore da Cordoaria São Leopoldo, seu primeiro movimento fora do segmento metal-mecânico.

A partir desse momento, a empresa consolidou sua atuação em serviços para a indústria de petróleo, com aquisições como Gasoil Serviços Ltda. (Oil & Gas) e K&S (Tubular Services), ambas em 2007, além da Fiberware Equipamentos e Serviços para Indústria Ltda., em 2008. Ainda nesse período, realizou sua última aquisição no setor de válvulas com a compra da Tecval.

Para sustentar seu crescimento, a Lupatech captou recursos no mercado internacional, emitindo Bonds perpétuos em 2007 e 2008, nos valores de US\$ 200 milhões e US\$ 75 milhões, respectivamente.

Em 2010, com o objetivo de atender à demanda gerada por contratos com a Petrobras, foi criada uma fábrica de tubos de revestimento em fibra de vidro (Fiber Liners).

Contudo, a partir de 2010, o alto endividamento decorrente do ciclo de aquisições passou a comprometer a capacidade financeira da empresa. Em 2012, a Lupatech incorporou as operações brasileiras da San Antonio Internacional, especializada em serviços de sondagem e perfuração de poços de petróleo. A transação foi acompanhada por uma chamada de capital de até R\$ 700 milhões, mas obteve apenas R\$ 375 milhões, majoritariamente fornecidos pelos acionistas controladores.

1.1 Histórico do emissor

A insuficiência de capital, a deterioração acelerada dos resultados e os passivos não conhecidos da San Antonio agravaram a crise financeira do grupo, culminando em um pedido de recuperação extrajudicial, deferido em setembro de 2014. O acordo permitiu a conversão de 85% da dívida financeira em ações da Lupatech S.A.

No entanto, o cenário do setor petrolífero se agravou no final de 2014, com a queda brusca do preço do petróleo e os impactos da operação Lava-Jato no Brasil. Essas mudanças tornaram obsoletas as premissas do plano extrajudicial, exigindo uma nova reestruturação por meio de Recuperação Judicial, solicitada em 25 de maio de 2015.

Durante esse processo, a empresa reestruturou seus passivos, vendeu ativos no exterior e descontinuou operações não estratégicas, especialmente no setor de serviços para petróleo, concentrando-se em negócios de manufatura.

A Recuperação Judicial foi oficialmente encerrada em 14 de março de 2023.

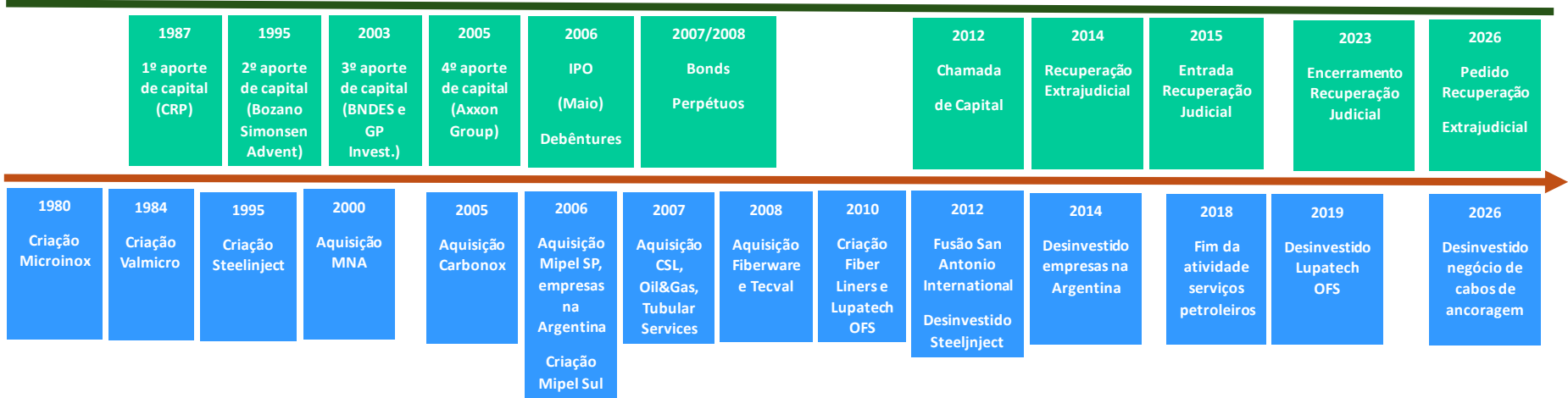
No entanto, em decorrência da crise prolongada no setor petrolífero e do brusco aperto monetário iniciado ao fim de 2024, a companhia passou a enfrentar restrições de financiamento especialmente para as encomendas com prazo de entrega mais longo. Em 2025, com um faturamento desproporcional ao passivo deixado pela RJ de 2015, se fez necessário um ajuste estrutural e definitivo, tendo em conta sobretudo os elevados juros que voltaram a prevalecer no país, incompatíveis com a saúde da atividade manufatureira.

Em 2026, com um duplo propósito de reduzir o endividamento e equilibrar as contas e o financiamento do capital de giro, foi contratado o desinvestimento do negócio de cabos de ancoragem, com a venda dos seus ativos industriais.

Em março de 2026 a Companhia ajuizou um pedido de tutela cautelar antecedente a pedido de recuperação extrajudicial ou judicial, que foi deferida assegurando o *stay* por 60 dias. O prazo se encerrou em 25 de maio de 2026, quando a Companhia protocolou pedido de homologação de plano de recuperação extrajudicial.

1.1 Histórico do emissor

Linha do tempo – histórico LUPATECH



1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

1.2. Descrever sumariamente as atividades principais desenvolvidas pelo emissor e suas controladas

A empresa tem suas atividades focadas em duas áreas de negócios de manufatura (i) negócios metal-mecânicos, que agrupam as atividades de manufatura de válvulas e outros equipamentos, bem como fundição, e (ii) negócios baseados em fibras sintéticas de alta performance, que concentram produtos à base de materiais compósitos, tais como tubos e postes de fibra de vidro.

Segue abaixo uma breve descrição das atividades desenvolvidas em cada uma das unidades fabris do grupo:

Lupatech Nova Odessa (SP): a Lupatech MNA produz Válvulas (esfera, gaveta, globo e retenção) sob encomenda para aplicações principalmente em Óleo e Gás, vendidas sob as marcas MNA e Tecval, bem como outros produtos voltados para a indústria petroleira.

Mipel Nova Odessa (SP): A Mipel produz válvulas para controle de fluídos e vapores, registros, torneiras, atuadores e sistemas de automação industrial e, comercializa desses mesmos produtos, seja de fabricação própria ou de terceiros, bem como suas partes e peças.

Lupatech Veranópolis (RS): a Lupatech Valmicro atua na produção e comercialização de válvulas industriais, sob as marcas Valmicro e Mipel, vendidas por canais diretos e indiretos para clientes dos setores: químico, farmacêutico, indústria de petróleo e gás, alimentícia, de máquinas e equipamentos, de papel e celulose, petroquímica, dentre outros. Através da empresa Mipel Microfusão fornece também, componentes fundidos para clientes de diversos segmentos industriais.

Lupatech Feliz (RS): a Lupatech Fiber Liners atua na fabricação de peças em materiais compósitos, em especial de tubos em polímero reforçado com fibras de vidro para uso em revestimentos internos de tubos de produção de petróleo e de postes poliméricos reforçados com fibras de vidro para distribuição e transmissão de energia elétricas, assim como postes para iluminação pública, cruzetas e postes de entrada de energia.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

1.3. Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações:

a. produtos e serviços comercializados

Segmento de Produtos: Válvula Esfera, Válvula de Controle, Válvula Borboleta, Atuadores Pneumáticos, Válvulas Especiais, Válvula Gaveta, Válvula Globo, Válvula Retenção, Filtro Y, Junta de Expansão, Itens de Reposição, Cabos de fibras sintéticas, Tubos, Camisas, Postes e Artefatos em materiais compósitos.

Segmento de Serviços: Projetos (design e cálculos estruturais) e desenvolvimento de componentes em materiais compósitos para fins diversos, serviços e soluções para revestimento interno e recuperação de tubos de produção de petróleo e injeção de água produzida.

b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

Receita Líquida (R\$ mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2023		2024		2025	
Segmento de Produtos	86.046	99,7%	122.835	99,8%	51.940	99,8%
Segmento de Serviços	223	0,3%	292	0,2%	114	0,2%
Total Receita Líquida	86.269	100,0%	123.127	100,0%	52.054	100,0%

c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

Não divulgamos a participação dos nossos segmentos de atuação no nosso Resultado Líquido, os nossos resultados por segmento de atuação são apresentados somente até o Resultado Bruto.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

1.4. Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 1.3, descrever:

a. características do processo de produção

Válvulas

A produção de válvulas começa, em grande parte, com componentes metálicos de aço, fabricados internamente por meio de fundição ou adquiridos de fornecedores especializados. Após essa etapa, esses componentes seguem para o processo de usinagem, onde são trabalhados em tornos, centros de usinagem e mandriladoras, conferindo precisão e forma final às peças. Na sequência, os elementos são montados em conjunto com outros insumos adquiridos de terceiros, como vedações, fixadores, atuadores e redutores. Finalizada a montagem, cada válvula passa por testes rigorosos de qualidade e, por fim, recebe acabamento com pintura.

Peças fundidas

As peças fundidas, utilizadas tanto para consumo próprio quanto para fornecimento a clientes externos, são produzidas a partir do derretimento de sucata de aço. Essa matéria-prima é cuidadosamente formulada com aditivos, ajustando a composição da liga conforme as especificações técnicas. O principal processo adotado pela companhia é a fundição por cera perdida, também conhecida como microfusão — tecnologia que permite elevada precisão e acabamento. Dependendo da aplicação e da complexidade da peça, podem ser empregadas outras técnicas de fundição.

Cabos e cordas

A fabricação de cabos e cordas envolve o trançamento de fios sintéticos de alta performance, realizado em equipamentos especializados. O processo resulta em produtos com elevado desempenho mecânico, voltados principalmente às aplicações industriais, marítimas e offshore.

Materiais compósitos

Tubos e postes de fibra de vidro são produzidos por meio do processo de *filament winding* (enrolamento filamentar). Nesse método, as fibras são embebidas em resina e enroladas sobre um mandril giratório, conferindo resistência e uniformidade estrutural ao produto. Após a cura do material, as peças são desmoldadas e passam por etapas finais de acabamento, como lixamento e pintura, até estarem prontas para aplicação.

b. características do processo de distribuição

Na comercialização dos seus produtos, a companhia atende diretamente os seus principais clientes, mas determinados produtos e segmentos são atendidos pelo canal indireto com o uso de revendedores e distribuidores. A companhia possui equipe de vendas interna e usa também representantes comerciais.

c. características dos mercados de atuação, em especial:

i. participação em cada um dos mercados

Não é possível quantificar exatamente a participação da companhia em cada um dos mercados em que atua, seja pela dificuldade de obter dados oriundos de relações *business to business*, seja pela dificuldade em definir os mercados em si.

No negócio de válvulas a empresa é tradicionalmente uma das líderes em seus segmentos de atuação, possuindo um dos maiores parques fabris da América Latina.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

No negócio de cabos, a empresa tem uma das maiores bases instaladas de cabos de ancoragem em águas profundas do mundo, em que pese a sua atividade ter encolhido a reboque da crise financeira por que passou.

No negócio de materiais compósitos, a empresa tem posição de liderança na fabricação de tubos de revestimento, e em postes sua atuação apenas está começando.

ii. condições de competição nos mercados

Todos os mercados em que a empresa atua há competição tanto de concorrentes locais como internacionais, seja por meio de fabricação local, seja por importação.

A competição existe independente do grau de valor adicionado e tecnologia dos produtos. Há segmentos onde existe maior rivalidade e concorrência por preços, outros onde há maior estabilidade.

d. eventual sazonalidade

Os produtos da companhia não são no geral sazonais, ressalvadas exceções em segmentos vinculados à clientes sazonais, como por exemplo agroindústrias e sucroalcooleiras.

e. principais insumos e matérias primas, informando:

i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

Os insumos da companhia são adquiridos de empresas privadas, não sujeitos a regulação governamental (exceção para energia e utilidades). A empresa adquire produtos e componentes da China, onde o controle estatal sobre os empreendimentos pode ser exercido por vias formais ou informais.

ii. eventual dependência de poucos fornecedores

A empresa não depende de nenhum fornecedor em particular, havendo várias alternativas em todos os segmentos de aquisição. As ofertas de insumos e componentes no país são, contudo, restritas em comparação com as alternativas internacionais, devido ao tamanho do mercado local. A atratividade dos preços locais versus internacionais oscila com frequência, de forma que a Companhia avalia constantemente as opções.

iii. eventual volatilidade em seus preços

A maior parte dos insumos adquiridos pela Companhia são produtos intermediários, e, portanto, tem grande componente de matérias primas, estas por sua vez commoditizadas. Assim, há razoável volatilidade no preço dos insumos, podendo as flutuações ocorrerem em velocidade maior que a de cumprimento dos contratos junto aos clientes, o que pode afetar as margens negociadas. Na maioria das vezes não é possível obter proteção contra essas flutuações de preços.

1.5 Principais clientes

1.5. Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando:

a. montante total de receitas provenientes do cliente

A Petrobras e suas subsidiárias frequentemente representam uma concentração de receitas superior a 10%, tendo sido esta nos últimos 3 exercícios como segue:

% da Receita Líquida	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2023	2024	2025
Petrobras	25%	42%	22%
Outros clientes com mais de 10% individualmente	12%	NA	NA

A Companhia tem acordos de confidencialidade com seus clientes que a impedem de identificá-los. Contudo, determinados segmentos de atuação costumam concentrar compras elevadas e gerar potenciais concentrações superiores a 10% da receita em um determinado período. Por exemplo: empresas de EPC (*Engineering Procurement and Construction*) dedicadas à construção de embarcações FPSOs (*Floating Production Storage and Offloading*), transporte e distribuição de gás, petroleiras, adquirentes de peças fundidas, e outros.

b. segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

As receitas da Petrobras afetam principalmente os negócios de válvulas.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

1.6. Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:

- a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Nossas plantas industriais necessitam de licenciamento de suas atividades junto as esferas municipais, estaduais e federais. Tais licenças, uma vez obtidas, precisam ser renovadas periodicamente.

O histórico das nossas relações com a administração pública não é conflitivo.

- b. principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor

Apesar de nossas atividades não serem poluidoras, os licenciamentos na esfera ambiental têm se tornado progressivamente mais trabalhosos, com ocasionais pedidos de contrapartidas dissociadas das atividades em si, como por exemplo exigências de obras civis no entorno das fábricas.

- c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Nossos negócios possuem marcas que consideramos relevantes para o desempenho dos negócios. O registro dessas marcas é mantido em território nacional.

Atualmente não licenciamos patentes ou outras propriedades intelectuais de terceiros. Ocasionalmente buscamos proteção patentária de certos elementos de nossos produtos ou processos de fabricação.

- d. contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

- i. em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos

Não há histórico de contribuições. As políticas da empresa vedam.

- ii. em favor de partidos políticos

Não há histórico de contribuições. As políticas da empresa vedam.

- iii. para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

Não há histórico de contribuições diretas a partidos, candidatos ou políticos. As políticas da empresa vedam.

A empresa participa de associações, como a Abimaq, que, dentre outras atividades, atuam junto aos órgãos de Estado em prol do interesse dos seus associados, podendo tal atuação se relacionar à formulação de políticas públicas.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

1.7. Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar:

- a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

Receitas no Brasil (R\$ mil)	2023	2024	2025
Receita Líquida	82.665	121.078	50.400
% Receita Total	96%	98%	97%

- b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

País Estrangeiro	2023	2024	2025
Colômbia	1%	0%	2%
Panamá	0%	0%	1%
Kuwait	2%	1%	0%
Outros países	1%	1%	0%
Receita Líquida	3.604	2.049	1.654
% Receita Total	4%	2%	3%

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

1.8. Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 1.7, descrever impactos relevantes decorrentes da regulação desses países nos negócios do emissor

Não se vislumbra aspectos relevantes da regulação desses países com os negócios da Companhia.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

1.9. Em relação a informações ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG), indicar:

- a. se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

Não divulgamos informações ASG em relatório anual ou documento específico para a finalidade.

- b. a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

Não divulgamos informações ASG em relatório anual ou documento específico para a finalidade.

- c. se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

Não divulgamos informações ASG em relatório anual ou documento específico para a finalidade.

- d. a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

Não divulgamos informações ASG em relatório anual ou documento específico para a finalidade.

- e. se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor

Não divulgamos informações ASG em relatório anual ou documento específico para a finalidade.

- f. se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor

Não divulgamos informações ASG em relatório anual ou documento específico para a finalidade.

- g. se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

Não divulgamos informações ASG em relatório anual ou documento específico para a finalidade.

- h. se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

Não realizamos inventários de emissão de gases de efeito estufa.

- i. explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:

- i. a não divulgação de informações ASG
- ii. a não adoção de matriz de materialidade

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

- iii. a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG
- iv. a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas
- v. a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas
- vi. a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

Em razão da reestruturação financeira e do baixo nível de atividade atual das unidades fabris, as atividades relativas à divulgação e monitoramento de atividades ASG não foram implementadas.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

1.10. Indicar, caso o emissor seja sociedade de economia mista:

- a. interesse público que justificou sua criação
- b. atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando:
 - i. os programas governamentais executados no exercício social anterior, os definidos para o exercício social em curso, e os previstos para os próximos exercícios sociais, critérios adotados pelo emissor para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público indicado na letra "a"
 - ii. quanto às políticas públicas acima referidas, investimentos realizados, custos incorridos e a origem dos recursos envolvidos – geração própria de caixa, repasse de verba pública e financiamento, incluindo as fontes de captação e condições
 - iii. estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro do emissor ou declaração de que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas
- c. processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

A Lupatech não é sociedade de economia mista.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

1.11. Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

Nas demonstrações financeiras à data do último exercício social encerrado, a Companhia possuía ativos classificados como mantidos para venda, que compreendem: (i) equipamentos especiais, dedicados a determinadas intervenções especializadas em poços de petróleo, com uso principalmente *offshore*, os quais não estão em operação e encontram-se em processo de negociação para venda; (ii) ativos industriais dedicados a fabricação de cabos e cordas de fibras sintéticas, consistentes em máquinas e outros equipamentos; (iii) imóvel de Caxias do Sul/RS; e, (iv) imóvel de Nova Odessa/SP. Os recursos provenientes da alienação desses ativos são destinados a reestruturação da Companhia e capital de giro.

Abaixo apresentamos o quadro com os valores disponíveis no balanço da Companhia, já líquidos de *impairment* e consistente com laudos elaborados por empresa independente.

<u>Ativos classificados como mantidos para venda</u>	2025
Terrenos	44.786
Prédios e instalações	43.349
Máquinas e equipamentos	65.059
Ferramentas industriais e moldes e formas	1.130
Móveis e utensílios	139
Veículos	240
Total	<u>154.703</u>

Em 13 de fevereiro de 2026, conforme Fato Relevante, a Companhia informou a alienação a um grupo multinacional de seus ativos industriais dedicados a fabricação de cabos e cordas de fibras sintéticas, consistente em máquinas e outros equipamentos, pelo preço de US\$ 9,5 milhões, a serem pagos em moeda nacional, no prazo de dois anos, com garantias fidejussórias. A partir da conclusão da transação, a Companhia cessará suas operações no referido negócio. O instrumento mencionado está disponível no site de RI da Companhia:

https://ri.lupatech.com.br/upload/files/4115_LUPATECH_FR-Ativos-Industriais_-13.02-PT.pdf

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

1.12. Indicar operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo o emissor e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas.

No exercício de 2025, a Companhia teve aumentos de capital que envolveram o Exercício de Bônus de Subscrição e o Exercício de Opções Outorgadas.

Abaixo apresentamos o detalhamento dos aumentos ocorridos no período:

Data	Documento que deliberou	Valor envolvido (R\$ mil)	Motivo do aumento
31/12/2024	Capital Social	1.922.339	
18/01/2025	Ata 002/2025	3	Exercício de bônus de subscrição
06/06/2025	Ata 013/2025	1.935	Exercício de opções outorgadas
10/09/2025	Ata 020/2025	599	Exercício de bônus de subscrição
10/09/2025	Ata 020/2025	1.037	Exercício de opções outorgadas
19/09/2025	Ata 021/2025	1.755	Exercício de opções outorgadas
31/12/2025	Capital Social	1.927.668	

Todos os instrumentos mencionados acima, bem como outros documentos relevantes estão disponíveis no site de RI da Companhia e devidamente arquivados na CVM:

<https://ri.lupatech.com.br/pt/reunioes-da-administracao>
<https://www.rad.cvm.gov.br/ENET/frmConsultaExternaCVM.aspx?tipoconsulta=CVM&codigoCVM=20060>

1.13 Acordos de acionistas

1.13. Indicar a celebração, extinção ou modificação de acordos de acionistas e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas.

Não foram celebrados acordos de acionistas.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

1.14. Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

À medida que ocorreram investimentos e desinvestimentos por parte da Companhia, a forma de conduzir seus negócios foi alterada *ad hoc* em função dos requerimentos dos negócios. O capital da empresa é substancialmente pulverizado, não havendo acionista controlador.

Em relação a condução atual dos negócios, o foco é 100% na atividade industrial, a Administração é exercida por 2 diretores estatutários, com mandatos de 1 ano, e 5 conselheiros de administração, com mandatos de 2 anos.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

1.15. Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

No curso normal dos negócios, não foram celebrados contratos relevantes que não sejam diretamente relacionados às atividades operacionais.

Neste tópico, podem ser de interesse os contratos envolvendo transformação societária, aquisições e alienações. Vide tópicos anteriores.

1.16 Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes foram citadas nos itens anteriores.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

O Grupo Lupatech busca recuperar sua posição de destaque como um dos mais relevantes grupos industriais do Brasil relacionados ao setor de óleo e gás, bem como, para manter-se como fonte de geração de riquezas, tributos e empregos.

A Companhia iniciou o ano de 2024 com uma situação de liquidez favorável, proporcionada pelo caso San Antonio. No curso do ano o nível de receitas elevou-se substancialmente, expandindo 43% frente ao ano anterior. A maior liquidez permitiu acelerar entregas de encomendas e crescer linhas de negócio subfinanciadas. O EBITDA Ajustado de 2024 atingiu pela primeira vez em muitos anos um patamar equilibrado, evidenciando o potencial de alavancagem operacional pela disponibilidade adequada de liquidez.

À época era previsto que a sustentação, e até mesmo a elevação do nível de vendas, dependeriam da capacidade de aportar capital de giro ao negócio. Esse aporte dependeria da capacidade da empresa de, principalmente: (i) obter capital, (ii) obter liquidez pela desmobilização de ativos ou recuperação de créditos, (iii) ampliar linhas de crédito, ou, (iv) reduzir o serviço do seu endividamento.

Em decorrência do brusco aperto monetário iniciado ao fim de 2024, a companhia passou a enfrentar restrições de financiamento especialmente para as encomendas com prazo de entrega mais longo. O prolongamento desse contexto ao longo de 2025 limitou materialmente a capacidade da companhia de manter o capital de giro necessário à sustentação das operações. Seguiu-se uma súbita contração das receitas operacionais, com a correspondente queda da rentabilidade.

De um patamar de receita líquida de R\$ 123 milhões em 2024, houve queda para R\$ 51 milhões em 2025. O Lucro Bruto caiu de R\$ 26 para 8 milhões. O EBITDA Ajustado que havia finalmente se equilibrado em 2024, voltou a ficar negativo em 2025, fechando em R\$ -19 milhões.

Diante de tal cenário, a Companhia iniciou tratativas para renegociação do seu endividamento, inicialmente para perseguir um ajuste estrutural em relação ao passivo remanescente da Recuperação Judicial de 2015, como também, em razão da crise que se instalou, organizar a dívida posterior.

A crise prolongada do setor petroleiro e mudanças estruturais no mercado de construção offshore reduziram de forma relevante a demanda para produtos da empresa. A RJ de 2015 deixou um passivo desproporcional ao faturamento que a Companhia conseguiu efetivamente almejar. Daí a necessidade de um ajuste estrutural e definitivo, tendo em conta sobretudo os elevados juros que voltaram a prevalecer no país, incompatíveis com a saúde da atividade manufatureira.

Em março de 2026 a Companhia ajuizou um pedido de tutela cautelar antecedente a pedido de recuperação extrajudicial ou judicial. Em seguida deu publicidade a um plano de recuperação extrajudicial ofertado aos seus credores, abarcando em seu escopo créditos trabalhistas e quirografários. Em síntese, a empresa propõe aos credores trabalhistas o parcelamento de débitos e aos credores quirografários a quitação dos passivos com o pagamento de 10% do saldo em dinheiro e 90% em capital por meio da entrega de bônus de subscrição. Os fundos serão originados de eventos de liquidez no prazo de um ano da homologação judicial do acordo.

Em paralelo ao esforço para redução do endividamento, é perseguido também o equilíbrio das contas e o financiamento do capital de giro. Com esse duplo propósito, foi contratado o desinvestimento do negócio de cabos de ancoragem, com a venda dos seus ativos em fevereiro de 2026, por US\$ 9,5 milhões, a prazo. Os recursos irão compor o fluxo de caixa da Companhia, abarcando o capital de giro e demais obrigações.

Em meio à reestruturação, a carteira de pedidos e contratos com obrigação de compra ("*Order Backlog*") da Companhia no Brasil somou R\$ 49,7 milhões, mantendo-se no nível do trimestre anterior. Adicionalmente, em março de 2026 foi agregado ao backlog um contrato para serviços de reparo de válvulas junto à Petrobras no montante de R\$ 68 milhões.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Evolução dos principais indicadores financeiros da Companhia:

	2024	2025
Ativo Circulante	156.539	236.427
Ativo Não Circulante	352.256	243.674
Passivo Circulante	112.399	189.547
Passivo Não Circulante	258.016	216.084
Liquidez Corrente	1,39	1,25
Liquidez Geral	1,37	1,18
Dívida Líquida	176.186	177.763
EBITDA Ajustado das Atividades Continuadas	390	(18.816)
Alavancagem (Dívida Líquida / EBITDA Ajustado)	452	Inferior a zero

Houve aumento do endividamento financeiro no comparativo dos saldos de 31 de dezembro de 2025 ante saldos em 31 de dezembro de 2024 associado, principalmente, à atualização da dívida sujeita à Recuperação Judicial.

b. estrutura de capital

A Estrutura de Capital, compreende o Patrimônio Líquido (capital dos acionistas) e o Endividamento Financeiro Total (capital de terceiros). A composição da Estrutura de Capital é calculada dividindo o Patrimônio Líquido pela soma do Patrimônio Líquido e do Endividamento Financeiro Total. Para calcular o percentual de Patrimônio Líquido na Estrutura de Capital, divide-se o Endividamento Financeiro Total pela soma do Patrimônio Líquido e do Endividamento Financeiro Total. Outras companhias podem calcular a Estrutura de Capital de maneira diferente.

Adicionalmente, o Endividamento Financeiro Total corresponde à soma do Endividamento Financeiro de Curto Prazo (parcela circulante dos Empréstimos e Financiamentos sujeitos e não sujeitos à recuperação judicial) e do Endividamento Financeiro de Longo Prazo (parcela não circulante dos Empréstimos e Financiamentos sujeitos e não sujeitos a recuperação judicial).

**Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de
(Em milhares de R\$, exceto percentuais)**

	2024	2025
Passivo Total menos Patrimônio Líquido	370.415	405.631
Endividamento Financeiro Total	179.701	178.147
Outros passivos circulante e não circulante	190.714	227.483
Patrimônio Líquido	138.380	74.470
Estrutura de Capital		
% Patrimônio Líquido	43,5%	29,5%
% Endividamento Financeiro Total	56,5%	70,5%
Passivo Total menos Patrimônio Líquido	370.415	405.631
Passivo Total	508.795	480.101
% Passivo Total (Capital de Terceiros)	72,8%	84,5%

A Companhia encerrou o exercício de 2025 com Estrutura de Capital composta de 70,5% de Endividamento Financeiro Total e 29,5% de Patrimônio Líquido. Em 2024 a Companhia possuía Estrutura de Capital composta de 56,5% de Endividamento Financeiro Total e 43,5% de Patrimônio Líquido.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Atualmente, 65,4% do valor total do endividamento encontra-se no longo prazo, o que reduziria a pressão de curto prazo no caixa da empresa não fosse o endividamento elevado à curto prazo.

O endividamento de curto prazo atualmente é composto por credores da Recuperação Judicial (Instituições Financeiras), títulos descontados com coobrigação, cessão fiduciária de recebíveis e créditos com garantia fiduciária Capital de Giro e FGI.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de (Em milhares de R\$)

	2024	2025
Endividamento Financeiro de Curto Prazo	48.281	44.689
Endividamento Financeiro de Curto Prazo – Crédito Concursal	7.983	17.014
Endividamento Financeiro de Longo Prazo	6.540	2.570
Endividamento Financeiro de Longo Prazo – Crédito Concursal	116.897	113.875
Endividamento Financeiro Total	179.701	178.148

No quadro abaixo está listado o principal indicador de capacidade de pagamento de dívida utilizado pela Companhia: nível de cobertura da dívida, que mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA Ajustado das Atividades Continuadas (Dívida Líquida / EBITDA Ajustado das Atividades Continuadas).

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de (Em milhares de R\$)

	2024	2025
Dívida Líquida	176.186	177.763
EBITDA Ajustado	390	(18.816)
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado	450	Inferior a zero

A geração de caixa operacional negativa medida pelo EBITDA no último exercício, mostra a insuficiência de geração de caixa para saldar compromissos. Tal fato, previsto no plano de negócios, vem sendo contornado com diversas medidas voltadas para o aumento da liquidez da companhia, principalmente a venda de ativos, a recuperação de créditos contingentes e tributários e reestruturação do endividamento da Companhia.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As principais fontes de recursos que a Companhia utilizou no curso regular de seus negócios para as necessidades de capital, foram o caixa operacional, empréstimos, a monetização na venda de ativos imobilizados e valores que estavam em cobranças judiciais.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia vem se utilizando de crédito lastreado em direitos creditórios performados e a performar para o financiamento das suas atividades produtivas. Além disso são perseguidas fontes alternativas como a venda de ativos, a recuperação de créditos pela via judicial, e operações de mercado de capitais.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Descrição	Indexador	Taxa de Juros ponderada	31/12/2025			31/12/2024		
			Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Sujeito à Recuperação Judicial								
<u>Moeda nacional</u>								
Credores com garantia real (Classe II)	FIXO	3,00% a.a. + TR	5.980	33.937	39.917	2.990	37.314	40.304
(-) Ajuste a valor presente			-	(12.574)	(12.574)	-	(15.301)	(15.301)
Credores quirografários (Classe III)	FIXO	3,3% a.a. + TR	6.377	72.816	79.193	2.953	72.213	75.166
(-) Ajuste a valor presente			-	(31.375)	(31.375)	-	(33.057)	(33.057)
<u>Moeda estrangeira</u>								
Credores quirografários (Classe III)	FIXO	0,4% a.a.	4.657	74.294	78.951	2.040	87.276	89.316
(-) Ajuste a valor presente			-	(23.223)	(23.223)	-	(31.548)	(31.548)
			17.014	113.875	130.889	7.983	116.897	124.880
Não sujeito à Recuperação Judicial								
<u>Moeda nacional</u>								
Capital de giro / expansão - BNDES*	TJLP	9,07% a.a.	8.648	-	8.648	8.648	-	8.648
Títulos descontados com coobrigação, cessão fiduciária de recebíveis e créditos com garantia fiduciária	FIXO	2,34% a.m.	27.033	-	27.033	27.109	666	27.775
Capital de Giro e FGI	FIXO	1,91% a.m.	6.489	2.570	9.059	10.005	5.874	15.879
<u>Moeda estrangeira</u>								
Capital de giro / expansão - BNDES*	DÓLAR	6,06% a.a.	2.519	-	2.519	2.519	-	2.519
			44.689	2.570	47.259	48.281	6.540	54.821

* Os créditos para “Capital de Giro/Expansão” outorgados pelo BNDES são objeto de litígio (Nota 20) que envolve, entre outros, a classificação dos créditos. Os valores indicados no quadro correspondem ao valor total objeto da discussão, e se subdividem em uma parte sujeita à Recuperação Judicial e uma parte não sujeita. A parte não sujeita se limita ao valor dos bens objeto de alienação fiduciária, valor este que somente poderia ser aferido em hasta segundo decisão do TJ-SP – segundo laudos de avaliação contratados pela Companhia, os bens tinham o valor de R\$ 5.005 em 2018.

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Empréstimos e Financiamentos

Além dos empréstimos captados com bancos e antecipação de títulos para capital de giro, por meio de Fatos Relevantes a Companhia divulgou Emissões de Notas Comerciais Escriturais:

(i) Décima Emissão de Nota Comercial Escriturais, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, com Garantia Fidejussória, para colocação Privada, da Companhia, no valor de R\$ 1.456.619,38; (ii) Décima primeira Emissão de Nota Comercial Escriturais, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, com Garantia Fidejussória, para colocação Privada, da Companhia, no valor de R\$ 704.452,42; (iii) Décima segunda Emissão de Nota Comercial Escriturais, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, com Garantia Fidejussória, para colocação Privada, da Companhia, no valor de R\$ 358.483,00; (iv) Décima terceira Emissão de Nota Comercial Escritural, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, com Garantia Fidejussória, para colocação Privada, da Companhia, no valor de R\$ 1.341.388,42; (v) Décima Quarta Emissão de Nota Comercial Escriturais, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, com Garantia Fidejussória, para colocação Privada, da Companhia, no valor de R\$ 725.911,51. Tendo como escrituradoras: Laqus Depositária de Valores Mobiliários S.A. e QI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda, E como credoras as pessoas jurídicas: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios FIDC NP Sifra Performance e Yaaleh Fundo de Investimento em Direitos Creditórios.

Empréstimos e Financiamentos – Créditos Concursais

No que diz respeito aos créditos sujeitos à Recuperação Judicial listados em reais, tanto dos credores com garantia real como os credores quirografários, possuem incidência de juros e de correção monetária a uma taxa variável equivalente à TR + 3% ao ano e TR + 3,3% ao ano, respectivamente, conforme determinado no Novo Plano de Recuperação Judicial. Já credores listados em moeda estrangeira, são atualizados a uma taxa de 0.4% ao ano.

Os saldos contábeis relativos aos créditos incluem ajustes a valor presente considerando taxas de desconto de 13,65% ao ano para os créditos em moeda nacional e de 5,85% ao ano para moeda estrangeira.

Os vencimentos das parcelas não circulantes dos empréstimos e financiamentos estão assim distribuídos:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Vencimento	31/12/2024	31/12/2025
2027	7.935	8.427
2028	9.850	10.490
2029	12.451	13.180
2030	14.140	14.841
A Partir de 2031	79.061	69.507
	123.437	116.445

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Exceto pelos empréstimos e financiamentos descritos acima, a Companhia não mantém atualmente outras relações relevantes de longo prazo com instituições financeiras.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas financeiras quirografárias da Companhia.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia não continha eventuais restrições impostas, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Com evidência em volume de descontos praticados usualmente, a companhia estima possuir um limite para descontos de duplicatas junto a instituições financeiras de R\$ 15 milhões. Os vencimentos raramente superam 90 dias, portanto os valores tomados costumam ser baixados dentro do limite e variar continuamente. As instituições não são obrigadas contratualmente a aceitar as duplicatas. O limite informado é uma mera estimativa.

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as quais foram elaboradas de acordo as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) emitidas pelo Comitê Internacional de Normas Contábeis (*International Accounting Standards Board – IASB*) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pela CVM.

As demonstrações financeiras de 2025 foram auditadas pela **Crowe Macro Auditores Independentes** e de 2024 foram auditadas pela **BDO RCS Auditores Independentes**.

Na comparação dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as principais variações nas demonstrações de resultado ocorreram em função dos seguintes fatores: (i) redução na receita líquida; (ii) aumento das outras despesas operacionais; e (iii) aumento do resultado financeiro positivo.

Demonstrações do Resultado Consolidado (R\$ mil)	2024	2025	Variação %
Receita Líquida de Vendas de Bens e Serviços	123.127	52.054	-57,7%
Custo de Bens e Serviços Vendidos	(96.748)	(43.935)	-54,6%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Resultado Bruto	26.379	8.119	-69,2%
Receitas/Despesas Operacionais	140	(69.997)	-50097,9%
Com Vendas	(12.796)	(15.701)	22,7%
Gerais e Administrativas	(20.740)	(20.977)	1,1%
Remuneração dos Administradores	(3.255)	(6.464)	98,6%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	36.931	(26.855)	-172,7%
Resultado Financeiro Líquido	(69.426)	1.841	-102,7%
Receitas Financeiras	3.996	32.658	717,3%
Despesas Financeiras	(45.732)	(53.042)	16,0%
Variação Cambial Líquida	(27.690)	22.225	-180,3%
Resultados Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(42.907)	(60.037)	39,9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	(11)	(19)	0,0%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	11.146	(120)	-101,1%
Lucro (Prejuízo) Líquido	(31.772)	(60.176)	89,4%
Lucro (Prejuízo) Líquido	(31.772)	(60.176)	

Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços:

A receita líquida consolidada alcançou R\$ 52,0 milhões no exercício de 2025, sendo R\$ 71,1 milhões (58%) menor que a receita líquida consolidada de 2024.

Lucro Bruto e Margem Bruta:

O lucro bruto do 2025 atingiu R\$ 8,1 milhões, com margem de 15,6% contra R\$ 26,4 milhões com margem de 21,4% em 2024.

Despesas com Vendas e Administrativas:

As despesas com vendas são predominantemente variáveis na forma de fretes e comissões.

As despesas administrativas mantiveram-se similares nos períodos comparativos.

Os Honorários dos Administradores é composto de remunerações fixa e variável.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais:

As Outras Receitas (Despesas) Operacionais variaram significativamente no exercício de 2025 em comparação com 2024, passando de R\$ 36,9 milhões de receita em 2024 para R\$ 26,8 milhões de despesa em 2025. O principal evento que corroborou para esta variação entre os períodos comparados foi o reconhecimento de R\$ 52,0 milhões de efeito líquido positivo do resultado de alienação dos ativos imobilizados da Companhia vertidos à criação da subsidiária LPT Ropes ainda em 2024. No exercício de 2025 os eventos extraordinários registrados foram de perda, principalmente com ociosidade de produção e atualizações de processos contingentes de acordo com a análise dos assessores jurídicos e de honorários de êxito.

Resultado Financeiro Líquido:

A Receita Financeira (excluindo Variação Cambial) no exercício de 2025 atingiu R\$ 32,7 milhões versus R\$ 4,0 milhões no exercício de 2024. O aumento se explica, principalmente pela atualização de valores a receber que estavam em litígio.

A Despesa Financeira (excluindo Variação Cambial) aumentou R\$ 7,3 milhões no exercício de 2025 em comparação com o de 2025, atingindo R\$ 53,0 milhões no ano de 2025 versus R\$ 45,7 milhões em 2024. A variação se deve principalmente à (i) Ajuste a Valor Presente; e (ii) juros sobre fornecedores e empréstimos da Recuperação Judicial.

A Variação Cambial Líquida no exercício de 2025 resultou em receita de R\$ 22,2 milhões versus uma despesa de R\$ 27,7 milhões no exercício de 2024 afetada pela valorização do real frente à moeda estrangeira. Relevante lembrar que as variações cambiais são predominantemente resultantes da sua incidência sobre saldos de mútuos entre Companhias do grupo no exterior. A oscilação do câmbio afeta em direção contrária

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

a tradução em Reais do patrimônio dessas entidades, pelo que há contrapartidas das variações cambiais contabilizadas diretamente no patrimônio líquido da empresa, sem transitar por contas de resultado.

O Resultado Financeiro Líquido Total no exercício de 2025 resultou em receita de R\$ 1,8 milhões versus uma despesa de R\$ 69,4 milhões em 2024.

Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício:

O Prejuízo Líquido apurado no exercício de 2025 foi de R\$ 60,2 milhões.

Na comparação dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, as principais variações de fluxo de caixa ocorreram em função dos seguintes fatores:

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de		
	2024	2025
Fluxo de Caixa Gerado nas Atividades Operacionais	(34.468)	11.549
Fluxo de Caixa Aplicado nas Atividades de Investimento	24.270	1.051
Fluxo de Caixa Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades de Financiamento	(6.194)	(15.731)
Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	(16.392)	(3.131)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	19.907	3.515
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	3.515	384

Atividades Operacionais:

As atividades operacionais compreendem as transações que envolvem a consecução do objeto social da Companhia. Elas podem ser exemplificadas pelo recebimento de uma venda, pagamento de fornecedores por compra de materiais, matérias-primas em estoque, e pagamento de salários, por exemplo.

Em 2025, o fluxo de caixa líquido originado nas atividades operacionais apresentou R\$ 11,5 milhões.

Atividades de Investimentos:

As atividades de investimentos compreendem as transações com os ativos financeiros, as aquisições ou vendas de participações em outras entidades e de ativos utilizados na produção de bens ou prestação de serviços ligados ao objeto social da Companhia. As atividades de investimentos não compreendem a aquisição de ativos com o objetivo de revenda.

O saldo total dos investimentos em ativo não circulante como imobilizado, intangível e investimentos, menos os montantes totais de venda de ativos, bem como ativo classificado para propriedade para investimento, totalizaram o montante positivo de R\$ 1,0 para o exercício de 2025.

A tabela a seguir contém os investimentos realizados e a desmobilização nos períodos indicados:

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de	
	2024	2025
Integralização de bens em capital de Controladas	24.033	1.001
Adição de Intangível	(233)	(101)
Títulos e Valores Mobiliários - Restritos	470	151
Total	24.270	1.051

Atividades de Financiamento:

As atividades de financiamentos incluem a captação de recursos dos acionistas e seu retorno em forma de lucros ou dividendos, a captação de empréstimos ou outros recursos, sua amortização e remuneração.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 2025 e 2024, houve consumo de caixa das atividades de financiamento principalmente por amortização de dívidas, no montante de R\$ 15,7 milhões e R\$ 6,2 milhões, respectivamente.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2. Os diretores devem comentar:

- a. sobre os resultados das operações do emissor, em especial: descrição de quaisquer componentes importantes da receita e fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:

Exercício de 2025

A Receita Líquida Consolidada no exercício de 2025 atingiu R\$ 52,0 milhões versus R\$ 123,1 milhões apurados no exercício de 2024. O negócio de materiais compósitos, apresentou um crescimento em relação ao ano anterior, oriundos principalmente da venda de postes de energia e tubos para revestimento de tubulações petroleiras. Por outro lado, as receitas do negócio de válvulas Oil&Gas reduziu em relação ao ano anterior, devido à crise financeira que se instalou durante o ano de 2025. Importante mencionar que as receitas que compõe o Segmento de Serviços são decorrentes da liquidação de saldos de estoques, não referindo-se as operações regulares.

O Lucro Bruto no exercício de 2025 atingiu R\$ 8,1 milhões.

As Outras Despesas e Receitas Operacionais passaram de R\$ 36,9 milhões de receita em 2024 para R\$ 26,9 milhões de despesa em 2025. A movimentação de 2025 está relacionada, principalmente aos seguintes fatores:

(i) R\$ 3,7 milhões de efeito líquido positivo do resultado de alienação dos ativos, principalmente devido aos ativos imobilizados da Companhia vertidos à capitalização da subsidiária LPT Ropes; (ii) R\$ 4,5 milhões de receita devido ao reconhecimento de Precatório; (iii) R\$ 16,1 milhões de despesas com ociosidade de produção; (iv) R\$ 2,5 milhões com obsolescência e perdas extraordinárias com estoques; (v) R\$ 6,3 milhões referente ao efeito líquido negativo por atualizações de processos contingentes de acordo com a análise dos assessores jurídicos; (vi) R\$ 7,4 milhões despesas com honorários de êxito; (vii) R\$ 1,4 milhões de reconhecimento de depreciação de imóveis como propriedade para investimento em atendimento às normas contábeis; e (viii) R\$ 1,4 milhões de impostos sobre o resultado financeiro correspondente a atualização de débitos tributários.

O EBITDA Ajustado Consolidado foi negativo em R\$ 18,8 milhões no exercício de 2025 ante resultado positivo de R\$ 0,4 milhão em 2024.

- b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

A variação da Receita Líquida nem sempre pode ser justificada por alterações de volumes, pois os produtos e serviços fornecidos podem ser altamente customizados, o que afeta a precificação a cada novo projeto em que se participa.

Em 2025 não houve variações relevantes das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação e introdução de novos produtos e serviços.

- c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

No final de 2024 houve uma elevação da taxa de câmbio que foi controlada por um ciclo de aperto monetário que levou a taxa de juros básica a 15% a.a. Por consequência, houve um colapso nas linhas de crédito utilizadas pela Companhia, que resultou na deflagração de uma nova crise financeira.

O Resultado Financeiro Líquido em 2025, foi negativo em R\$ 20,4 milhões versus um resultado também negativo de R\$ 41,7 milhões em 2024, e teve como efeito principal o ajuste a valor presente referente à dívida

2.2 Resultados operacional e financeiro

em Recuperação Judicial, à atualização de juros e multas sobre impostos, fornecedores e empréstimos. O resultado financeiro líquido total tem influência da variação cambial.

A Variação Cambial Líquida no exercício de 2025 resultou em receita devido à valorização do real frente à moeda estrangeira. A maior parte desta receita advém de contratos *intercompany*.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3. Os diretores devem comentar:

- a. sobre mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

As alterações de normas e novas normas que entraram em vigor não são aplicáveis ou não tiveram impacto material nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, conforme listado abaixo:

Pronunciamentos e Revisões	Alteração / Aprimoramento	Vigência
CPC 02 (R2) Efeito das mudanças nas taxas de câmbio / IAS 21	Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis que exigirão que as empresas apliquem uma abordagem consistente ao avaliar se uma moeda pode ser trocada por outra moeda.	01/01/2025
CPC 48 - Instrumentos Financeiros/IFRS <i>Financial instruments</i> 9 e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação/IFRS 7	O IASB traz esclarecimentos sobre a classificação de ativos financeiros relacionados a ESG e desreconhecimento para liquidação dos passivos e ativos financeiros, além de introduzir requisitos de divulgação adicionais em relação a investimentos em instrumentos de patrimônio designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e instrumentos financeiros com contingentes.	01/01/2026
IFRS S1 - Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade:	Estabelece os requisitos gerais para a divulgação de informações relacionadas à sustentabilidade abrangendo os princípios para o reporte de riscos e oportunidades que sejam úteis para os usuários na tomada de decisões.	01/01/2026
IFRS S2 - Divulgação de Informações Relacionadas ao Clima	Estabelece os requisitos gerais para a divulgação de informações relacionadas ao clima, divulgações específicas sobre riscos físicos, riscos de transição e oportunidades climáticas.	01/01/2026
IFRS 18– Apresentação e divulgação das demonstrações contábeis	A adoção deverá resultar em alterações relevantes na forma de apresentação da demonstração do resultado, uma vez que exige a segregação consistente de receitas e despesas entre atividades operacionais, de investimento e de financiamento.	01/01/2027

Com exceção do CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis (IFRS 18), cuja adoção deverá resultar em alterações relevantes na forma de apresentação da demonstração do resultado, uma vez que exige a segregação consistente de receitas e despesas entre atividades operacionais, de investimento e de financiamento, além de introduzir a obrigatoriedade de divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração, acompanhadas de reconciliações ao subtotal IFRS mais comparável, descrição da metodologia de cálculo e justificativa de relevância, a Companhia não espera impactos significativos decorrentes da adoção das demais normas em suas Demonstrações Financeiras

- b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

O auditor externo apresenta em seu relatório ênfase relativa à continuidade operacional, em razão do histórico de resultados recentes da Companhia. A Companhia vem há anos se reorganizando perseguindo a melhora do seu desempenho operacional. Dada a insuficiência da geração de caixa operacional no atual nível de atividade para fazer face às suas obrigações, a empresa requer, fontes de externas ou não operacionais para financiar a continuação das atividades.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Conforme informado por meio de Fato Relevante, em fevereiro de 2026, a Companhia alienou ativos industriais dedicados a fabricação de cabos e cordas de fibras sintéticas, consistentes em máquinas e outros equipamentos. Sendo que, a partir da conclusão da transação, a Companhia cessará suas operações no referido negócio de cordas e cabos sintéticos.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 28 de fevereiro de 2025 a Lupatech S.A. constituiu a subsidiária MNA Valves Ltda - (Brasil).

c. eventos ou operações não usuais

Não aplicável.

2.5 Medições não contábeis

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

- a. informar o valor das medições não contábeis

EBITDA Ajustado (R\$ mil)	2024	2025
Produtos	9.806	(18.098)
Margem	8,0%	-34,8%
Serviços	(9.416)	(718)
Margem	n/a	n/a
Total	390	(18.816)
Margem	0,3%	-36,1%

- b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Reconciliação do Ebitda Ajustado (R\$ mil)	2024	2025
Lucro Bruto	26.379	8.119
Despesas c/ Vendas, Gerais e Administrativas	(33.536)	(36.678)
Honorários dos Administradores	(3.255)	(6.464)
Depreciação e Amortização	3.379	2.393
Outras Despesas (Receitas) Operacionais	36.931	(26.855)
Ebitda das Atividades	29.898	(59.485)

- c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Em razão do cálculo do EBITDA não considerar o imposto de renda e a contribuição social, as receitas (despesas) financeiras, a depreciação e a amortização, o EBITDA funciona como um indicador de nosso desempenho econômico geral. Consequentemente, acreditamos que o EBITDA funciona como uma ferramenta comparativa significativa para mensurar, periodicamente, o nosso desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Acreditamos que o EBITDA permite um melhor entendimento não apenas do nosso desempenho financeiro, mas também da nossa capacidade de pagamento dos juros e principal da nossa dívida e para contrair dívidas adicionais para financiar os nossos dispêndios de capital e o nosso capital de giro.

O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) ou internacionais (IFRS), e não deve ser considerado como alternativa ao lucro (prejuízo) líquido, como indicador de desempenho operacional, como alternativa ao fluxo de caixa operacional, ou como indicador de liquidez. O EBITDA não possui um significado padrão e a nossa definição de EBITDA pode não ser comparável com a definição de EBITDA utilizada por outras companhias. Porém, uma vez que o EBITDA não considera certos custos intrínsecos aos nossos negócios, que poderiam, por sua vez, afetar significativamente os nossos lucros ou prejuízos, tais como despesas financeiras, impostos, depreciação, dispêndios de capital e outros encargos correspondentes, o EBITDA apresenta limitações que afetam o seu uso como indicador da nossa rentabilidade.

O EBITDA Ajustado é uma medida não contábil elaborada pela Companhia e corresponde ao EBITDA do exercício ou do período, conforme o caso, ajustado por itens não recorrentes ou excepcionais, segundo avaliação e estimativas da administração.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Alienação de Ativos Industriais

Em 13 de fevereiro de 2026, conforme Fato Relevante, a Companhia informou a alienação a um grupo multinacional de seus ativos industriais dedicados a fabricação de cabos e cordas de fibras sintéticas, consistente em máquinas e outros equipamentos, pelo preço de US\$ 9,5 milhões, a serem pagos em moeda nacional, no prazo de dois anos, com garantias fidejussórias. A partir da conclusão da transação, a Companhia cessará suas operações no referido negócio.

Propositura de medida cautelar de urgência em caráter antecedente ao ajuizamento de pedido de recuperação extrajudicial ou judicial

A Companhia ajuizou em 16 de março de 2026 tutela de urgência cautelar antecedente a procedimento recuperacional perante a Vara Empresarial da 4ª e da 10ª RAJS do Estado de São Paulo ("Tutela Cautelar"), nos termos do artigo 20-B e seguintes da Lei 11.101/2005. Em conjunto com a Tutela Cautelar, a Companhia instaurou procedimento de mediação perante a Câmara Especializada CMIRb (Centro de Mediação do Instituto Recupera Brasil).

As medidas têm por objetivo promover o equacionamento das obrigações da Companhia, e antecedem o pedido de recuperação extrajudicial ou judicial a ser posteriormente apresentado, a depender do desenvolvimento da negociação com os credores.

2.7 Destinação de resultados

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

	2025
a. Regras sobre retenção de lucros	Cabe ao Conselho de Administração da Companhia propor à Assembleia Geral a retenção de lucros. Não há retenção de lucros para o exercício de 2025, considerados os limites e ajustes dispostos no capítulo XI do Estatuto Social da Companhia e na Lei 6.404/76.
a.i. Valores das Retenções de Lucros	Não aplicável.
a.ii Percentuais em relação aos lucros totais declarados	Não aplicável.
b. Regras sobre distribuição de dividendos	Não houve a distribuição de dividendos com base em lucros de exercícios anteriores. O dividendo obrigatório previsto no Estatuto Social Companhia, para o presente exercício, é incompatível com a sua situação financeira, haja vista a sua situação iliquidez frente aos desembolsos requeridos para fazer face ao passivo concursal e extra-concursal a curto e médio prazos, devidamente comprovada no processo de Recuperação Judicial. Portanto, o Conselho de Administração recomendou a não distribuição do dividendo obrigatório e o seu registro como reserva especial, nos exatos termos do §5º do artigo 202 da Lei 6.404/76.
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	Anual. Poderemos, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanços semestrais, ou em períodos inferiores, e declarar dividendos intermediários à conta do lucro apurado em balanço semestral, distribuição de dividendos em períodos inferiores a seis meses, desde que o dividendo pago em cada semestre não exceda o montante das reservas de capital, e o pagamento de dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Não aplicável.
e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovados, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	A política está disponível no site da Companhia. https://ri.lupatech.com.br/pt/politicas-e-regimentos-internos

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

- a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (***off-balance sheet items***), tais como:
 - i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos
 - ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
 - iii. contratos de construção não terminada
 - iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não se aplica. Não houve itens relevantes não identificados nas demonstrações financeiras da companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

- b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável.

- b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

2.10 Planos de negócios

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Não aplicável, não foram definidos orçamentos de capital.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Não aplicável, não foram contemplados investimentos.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Conforme informado por meio de Fato Relevante, em fevereiro de 2026, a Companhia alienou ativos industriais dedicados a fabricação de cabos e cordas de fibras sintéticas, consistentes em máquinas e outros equipamentos. Sendo que, a partir da conclusão da transação, a Companhia cessará suas operações no referido negócio de cordas e cabos sintéticos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável, não foram contemplados investimentos para exercício de 2025.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não houve dispêndios de capital relevante no desenvolvimento de produtos no exercício de 2025.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Não houve aplicações inseridas no plano de negócios relacionadas a ASG.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não existem outros fatores relevantes a ser comentados.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

3.1. As projeções devem identificar:

- a. objeto da projeção
- b. período projetado e o prazo de validade da projeção
- c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle
- d. valores dos indicadores que são objeto da previsão

No atual cenário, o foco dos esforços da companhia encontra-se em obter fontes de liquidez, principalmente pela desmobilização ou operações estruturadas lastreadas nos seus ativos, bem como buscar um equacionamento sustentável do endividamento junto aos seus credores, para que esteja pronta para o novo ciclo de negócios que se aproxima.

Em razão da reestruturação que se iniciou em 2025, a qual já incluiu, entre outras medidas, o desinvestimento de um de seus negócios – cabos de ancoragem – a Companhia não mais reputa válidos os objetivos de longo prazo que vinha perseguindo e informando.

Projeções, quando divulgadas, são estimativas da Administração da Companhia e refletem a sua opinião tendo em conta fatores que podem afetar o seu desempenho, como as condições gerais da economia, além da dinâmica de seus mercados de atuação e de suas operações, de acordo com as informações disponíveis no mercado até a presente data.

Quaisquer projeções estão, portanto, sujeitas a riscos, incertezas e alterações, não constituindo promessa de desempenho.

3.2 Acompanhamento das projeções

3.2. Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:

- a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

Não há projeções substituídas ou incluídas.

- b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Não há comparações a realizar.

- c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Não há projeções a ratificar para o período em curso.

Durante os 3 últimos exercícios, a Companhia não divulgou projeções sobre a evolução de seus indicadores.

4.1 Descrição dos fatores de risco

4.1. Descrever os fatores de risco com efetivo potencial de influenciar a decisão de investimento, observando as categorias abaixo e, dentro delas, a ordem decrescente de relevância:

a. emissor

A Lupatech S.A. emerge de um longo e complexo processo de reestruturação financeira, marcado por sucessivas renegociações de passivos, incluindo uma recuperação extrajudicial iniciada em 2014, uma recuperação judicial que perdurou de 2015 até seu encerramento em 2023. E um novo pedido de recuperação extrajudicial em maio de 2026.

A Companhia vem conseguindo recuperar os seus negócios, em especial voltando a ser uma das principais fornecedora de válvulas da Petrobras e do mercado de Oil&Gas no seu escopo de atuação. Ativos contingentes chave tem sido recuperados e monetizados, sendo fundamentais para a sustentação da empresa. A empresa teve êxito na contenção e reestruturação de passivos trabalhistas, cíveis e tributários, que tinham dimensões comparáveis aos passivos financeiros.

A continuidade operacional da empresa depende não apenas da sustentação dessa trajetória de melhoria, mas também da sua capacidade de captar novos recursos voltados ao reforço do capital de giro e ao serviço da dívida. O volume necessário para financiar essa retomada está diretamente vinculado à velocidade com que ela se concretizar.

Sob essa perspectiva, os acionistas da Companhia estão expostos tanto ao risco inerente à continuidade operacional quanto ao risco de eventual diluição da base acionária, decorrente de futuras captações de recursos.

Adicionalmente, em função da natureza de suas atividades, a Lupatech está sujeita a riscos de mercado, especialmente às variações de fatores econômicos como taxas de câmbio, juros e preços de commodities — entre elas o aço e resinas. Embora seja possível, até certo ponto, mitigar esses riscos por meio da contratação de instrumentos derivativos, as restrições de caixa e de crédito junto às instituições financeiras têm limitado a capacidade da Companhia de adotar essas proteções. Como consequência, a empresa permanece exposta à volatilidade desses fatores, o que pode impactar seus custos e despesas de forma imprevista, ou até mesmo elevar o nível de endividamento.

Vale destacar ainda que parcela significativa das vendas da Companhia, especialmente aquelas com entregas de curto prazo, é contratada com preços fixos ou sujeita a reajustes apenas em intervalos pré-estabelecidos, como no aniversário do contrato. Em um cenário de aceleração inflacionária, essa rigidez contratual pode comprometer a rentabilidade, já que aumentos de custo não podem ser repassados no decorrer da execução dos contratos.

b. seus acionistas, em especial os acionistas controladores

A Companhia possui uma base acionária dispersa, e não possui um acionista controlador ou acordo de acionistas em vigor. Desta forma, a empresa está exposta à aquisição do seu controle em bolsa, podendo vir a ser formado grupo de controle ou mesmo que, por força de aquisição de controle por um único investidor, ocorra oferta pública de aquisição.

Neste cenário, o investidor das ações da Lupatech S.A. está exposto aos riscos inerentes à troca do controle, alterações substanciais na administração e no plano de negócios desenvolvido atualmente, podendo estes serem ou não favoráveis.

c. suas controladas e coligadas

A companhia possui diversas controladas atuantes em segmentos diversos, mas especialmente em serviços petroleiros, que tiveram atividade cessada por conta do encerramento de contratos no curso da recuperação

4.1 Descrição dos fatores de risco

judicial, possuem passivos e contingências nas esferas cível, trabalhista e tributária, cujo montante é significativo. No evento de materialização de obrigações, sua satisfação pode depender, conforme o caso, da venda de ativos, da recuperação de créditos, ou de suprimento de capital por outras empresas do grupo.

d. seus administradores

A Companhia busca manter remuneração bem como incentivos de curto, médio e longo prazos atrativos e alinhados à retenção de seus administradores. Contudo, esses profissionais chave podem eventualmente deixar a Companhia. Eventuais trocas de liderança podem ter efeitos no desempenho dos negócios.

e. seus fornecedores

A Companhia não possui dependência exclusiva em fornecedores específicos. Sem embargo, há insumos para os quais não há muitas opções de fornecimento, de forma que a eventual ruptura de relações com determinados fornecedores pode resultar em ônus adicional na aquisição de insumos de outras fontes, o que pode por vez afetar a competitividade comercial da empresa.

f. seus clientes

Atuando na cadeia produtiva do petróleo e do gás e detendo uma posição relevante em seus segmentos de atuação, é inevitável que a companhia possua uma concentração relevante de negócios junto à Petrobras, seja diretamente, seja indiretamente junto aos fornecedores de equipamentos, sistemas e serviços da Petrobras.

A aquisição de produtos e serviços pela Petrobras segue regras definidas em lei, em regulamentos próprios da estatal e nos editais licitatórios. Existe o risco de que a Companhia não cumpra com os requisitos existentes ou novos requisitos que venham a ser estabelecidos e não possa licitar. Nessa hipótese, o fluxo de negócios oriundos da relação com a Petrobras pode ser significativamente afetado, e por consequência as receitas e a rentabilidade.

Eventos do passado recente evidenciam a possibilidade de que a Petrobras, por razões e durações diversas, deixe de pagar por bens ou serviços efetivamente recebidos. Tais eventos, se ocorrerem, devido aos valores potencialmente altos envolvidos, podem afetar significativamente o fluxo de caixa da Companhia e a capacidade de honrar com suas obrigações.

Além da Petrobras, a Companhia tem como grandes clientes outras empresas estatais e/ou de grande porte, que podem concentrar de forma pontual ou mesmo recorrente um volume também significativo de vendas. Nesses casos, a Companhia se expõe a riscos similares aos descritos para a Petrobras.

Ainda no desempenho de suas atividades comerciais, a empresa tem ocasionalmente oportunidades de venda para consórcios encarregados da execução de obras ou equipamentos complexos. O risco de crédito nesses casos é superior ao percebido em transações com empresas dotadas de um *"going concern"*, visto que nem sempre há garantias ou avais prestados pelos membros do consórcio.

Os clientes da Companhia em grande parte são empresas estatais, empresas que fornecem para estatais, ou empresas que realizam obras públicas. Nesse sentido, existem riscos associados ao envolvimento de clientes em corrupção ou atividade político-eleitoral. A empresa fica sujeita a dois riscos principais – o risco da descontinuação de contratos dos seus clientes, resultando subsequentemente no descumprimento de obrigações contratadas com a Lupatech, e o risco reputacional de ter contratado negócios com o pivô de um evento de corrupção. Ainda que erradas, falsas ou maliciosas, notícias propagadas com esse teor tem o condão de afetar contratações junto a outros clientes.

g. setores da economia nos quais o emissor atue

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Lupatech atua preponderantemente na cadeia de fornecimento de equipamentos para a indústria de petróleo e gás. Também tem fornecimentos significativos para diversas outras indústrias, inclusive, mas não se limitando a, de energia elétrica, construção naval, construção pesada e de infraestrutura, açúcar e álcool, química, papel e celulose, automobilística e armamentos.

Os setores em que atuamos possuem concorrência internacional que tem plena possibilidade de acesso ao mercado doméstico. A flutuação da taxa de câmbio, bem como disparidades estruturais do Brasil frente a outros países - por exemplo a ineficiência tributária - podem prejudicar a nossa competitividade.

Alguns setores para os quais fornecemos tem atividade econômica cíclica e/ou vinculadas a *commodities*. Nesse sentido, nossos negócios podem ser afetados pela retração prolongada das atividades dos nossos clientes.

A competição em alguns dos nossos setores de atuação envolve a disputa de grandes contratos frente a poucos clientes, muitas vezes em processos licitatórios. Entendemos que esse contexto é propício para que a competição se dê em base de preços, o que pode afetar a rentabilidade dos nossos negócios.

h. regulação dos setores em que o emissor atue

Os setores para os quais fornecemos (acima exemplificados) podem estar sujeitos a riscos de intervenção estatal direta ou indireta dos mais variados tipos, que podem ter consequência nos negócios da companhia. Tais intervenções, por exemplo e sem se limitar à, podem incluir: imposições que limitem os investimentos e a demanda dos nossos clientes, regulamentos que modifiquem especificações dos produtos ou que que afetem nossas licenças para fornecer produtos.

As nossas atividades propriamente não são reguladas pelo Estado. À exceção das licenças específicas requeridas para que a empresa opere, tais como licenças de instalação, ambientais, dentre outras, que podem observar aspectos muito particulares da licencianda, as demais regulações que se impõe são as que se aplicam igualmente à todas as empresas congêneres.

i. países estrangeiros onde o emissor atue

Atualmente a companhia não tem atuação por presença em nenhum país estrangeiro, exceto pelo legado de empresa holding não operacional.

A empresa, no entanto, mantém atividades de comércio exterior, tanto de exportação, como de importação. A China tem sido o principal parceiro comercial em ambos os sentidos. Possuímos um escritório de representação na China focado no desenvolvimento de fornecimentos. Podemos não ser capazes de manter nosso escritório de representação ou de obter vistos para nossos funcionários, o que pode afetar nossa capacidade de aquisição de insumos de forma competitiva.

j. questões sociais

A companhia possui presença fabril em cidades interioranas. Em algumas dessas localidades, a população é pequena, o que limita as possibilidades de contratação de mão de obra especializada, e ocasionalmente até mesmo de não especializada. A escassez de profissionais pode limitar ou prejudicar o desenvolvimento das operações.

Determinadas tendências sociais podem a médio e longo prazos prejudicar o plano de negócios. Entre tais tendências, elenca-se a preferência por empregos não-industriais ("*white-collar*"), as deficiências de educação básica, técnica e superior limitando a qualidade e quantidade de profissionais disponíveis para contratação.

A falta de profissionais pode ensejar aumento dos custos de contratação ou investimentos para treinamento e desenvolvimento dos profissionais contratados.

4.1 Descrição dos fatores de risco

As operações de serviços petroleiros da Companhia foram vitimadas por uma elevada litigiosidade laboral. A litigiosidade sempre foi menor nas operações industriais, seja pela natureza das atividades seja pela localização das fábricas. A partir da reforma trabalhista de 2017, houve significativa redução da litigiosidade. Este cenário pode mudar caso ocorram retrocessos nas medidas implantadas bem como caso volte a ser subsidiada e fomentada a atividade sindical.

k. questões ambientais

As atividades desenvolvidas atualmente pela Companhia são preponderantemente não poluidoras. Ainda assim, a companhia se submete a diversas exigências relacionadas a meio ambiente, segurança do trabalho e o descarte de resíduos e efluentes.

Muito embora a empresa se empenhe na observação da legislação e na mitigação e saneamento das questões ambientais, ela está sujeita ao arbítrio de agentes públicos que tem o poder não somente de exigir o cumprimento da sua própria interpretação das normas aplicáveis, como também de punir e até mesmo suspender as atividades da Companhia. Esses são riscos à que a companhia se submete.

A imposição de normas infralegais no Brasil ocorre em velocidade maior do que é possível para a indústria em geral acompanhar. Em especial, as normas relacionadas à adaptação de equipamentos no contexto de segurança do trabalho (NR12) oferecem desafios em razão de nenhum outro país exigir as mesmas adaptações solicitadas no Brasil. Isto impõe não somente custos, mas também desafios de engenharia. E mais, os requerimentos são frequentemente subjetivos, submetendo a empresa aos riscos decorrentes dessa subjetividade.

No campo dos licenciamentos ambientais, tem se observado com frequência a imposição de mecanismos não tributários de arrecadação pela exigência de “contrapartidas ambientais”. As exigências usualmente impostas não costumam guardar correlação com alterações na conduta usual da companhia ou mesmo dos próprios os efeitos da presença da empresa no local. Esta situação ocasionalmente impõe à Companhia custos não previsíveis e não relacionados às suas atividades, bem como a torna suscetível aos riscos inerentes à discordância sobre as exigências.

Nossos produtos, sobretudo válvulas, são utilizados por nossos clientes na movimentação de fluidos que podem ser poluentes, tóxicos, corrosivos ou de qualquer outra forma proporcionarem riscos físicos, patrimoniais e ambientais. Os produtos podem falhar por razões decorrentes de problemas com materiais ou componentes, erros de projeto e, principalmente, erros de especificação por parte dos clientes. Na hipótese de falha dos produtos, podem ocorrer danos ao ambiente ou a pessoas, e a empresa pode vir a ser responsabilizada pelo dano. Essa situação poderia impor custos imprevistos. Para tal eventualidade a empresa mantém seguros de responsabilidade civil e danos patrimoniais, mas existe o risco de essas apólices não cobrirem toda a extensão das responsabilidades, ou mesmo não se aplicarem ao caso concreto do sinistro.

l. questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

A Companhia tem concentração de receitas provenientes dos negócios relacionados à indústria petroleira. A velocidade da chamada transição energética pode afetar a demanda por produtos do portfólio da Companhia.

A planta industrial de Feliz encontra-se situada em região de várzea de rios. A alteração de volumes pluviométricos sujeita essa unidade à riscos de inundação.

m. outras questões não compreendidas nos itens anteriores

As restrições financeiras a que a Companhia ainda se sujeita por conta da sua reestruturação financeira limitam ou inviabilizam ocasionalmente a contratação de seguros.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia procura contratar seguros patrimoniais e de responsabilidade civil de forma a recompor as perdas prováveis em caso de sinistros. No entanto, para o período atual a companhia está operando sem seguro patrimonial.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

4.2. Indicar os 5 (cinco) principais fatores de risco, dentre aqueles enumerados no campo 4.1, independentemente da categoria em que estejam inseridos

Risco 1: A Lupatech S.A. emerge de uma longa crise financeira que envolveu sucessivas renegociações de seu passivo, inclusive através de uma recuperação extrajudicial, em 2014, e uma recuperação judicial, de 2015 a 2023. Como resultado desses esforços de reestruturação, a empresa saiu com um passivo substancialmente reduzido e reescalonado. No entanto, a recuperação do nível de atividade e de ocupação das fábricas tem ocorrido lentamente, de forma que a empresa possui um equilíbrio tênue entre geração de caixa e capacidade de serviço do endividamento.

A Companhia se encontra em processo de reestruturação econômico-financeira, com vistas à preservação de sua atividade empresarial, manutenção de empregos e atendimento contínuo de suas obrigações e, para tanto, em 2026, protocolou um pedido de recuperação extrajudicial.

Em que pese a melhora nos resultados, a continuidade operacional depende não só da melhoria do desempenho, mas também do êxito da Companhia em obter recursos adicionais necessários ao abastecimento do capital de giro e ao serviço da dívida. O volume de recursos necessário para financiar a retomada, depende da própria velocidade da retomada, sendo que referidos recursos poderiam provir, por exemplo, e sem se limitar a, de novas linhas de crédito, aumento de capital com ou sem conversão de dívidas, venda de ativos ou participações societárias, restituição de créditos tributários e reperfilamento de passivos. A Administração persegue todas essas opções.

Sob esta ótica, o investidor que detenha ações da Companhia está exposto tanto ao seu risco de continuidade como o de potencial diluição da base acionária.

Risco 2: Por força de suas atividades a Companhia está exposta a riscos de mercado, sobretudo preços das variáveis econômicas - taxas de câmbio e juros – e preços de commodities como aço, fibras sintéticas e resinas. Até certo ponto é possível contratar derivativos financeiros que minimizem os efeitos da flutuação dos preços desses fatores. Contudo, as limitações financeiras da companhia, em especial a disponibilidade de caixa e de limites de crédito junto a instituições financeiras, tem restringido as possibilidades de proteção. Nesse sentido, a companhia está frequentemente exposta aos riscos dessas oscilações, que podem resultar em despesas e custos não previstos ou em aumento do endividamento.

Parte substancial das vendas da Companhia, em particular aquelas a serem entregues a curto prazo, é contratada a preços fixos, sem reajustes, ou sujeita a reajuste a cada aniversário do contrato. Eventual aceleração inflacionária pode conduzir a erosão de rentabilidade dessas vendas, pois não é possível repassar aumentos de custo durante a execução dos contratos.

Risco 3: Atuando na cadeia produtiva do petróleo e do gás e detendo uma posição relevante em seus segmentos de atuação, é inevitável que a companhia possua uma concentração relevante de negócios junto à Petrobras, seja diretamente, seja indiretamente junto aos fornecedores de equipamentos, sistemas e serviços da Petrobras.

A aquisição de produtos e serviços pela Petrobras segue regras definidas em lei, em regulamentos próprios da estatal e nos editais licitatórios. Existe o risco de que a Companhia não cumpra com os requisitos existentes ou novos requisitos que venham a ser estabelecidos e não possa licitar. Nessa hipótese, o fluxo de negócios oriundos da relação com a Petrobras pode ser significativamente afetado, e por consequência as receitas e a rentabilidade.

Eventos do passado recente evidenciam a possibilidade de que a Petrobras, por razões e durações diversas, deixe de pagar por bens ou serviços efetivamente recebidos. Tais eventos, se ocorrerem, devido aos valores

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

potencialmente altos envolvidos, podem afetar significativamente o fluxo de caixa da Companhia e a capacidade de honrar com suas obrigações.

Além da Petrobras, a Companhia tem como grandes clientes outras empresas estatais e/ou de grande porte, que podem concentrar de forma pontual ou mesmo recorrente um volume também significativo de vendas. Nesses casos, a Companhia se expõe a riscos similares aos descritos para a Petrobras.

Ainda no desempenho de suas atividades comerciais, a empresa tem ocasionalmente oportunidades de venda para consórcios encarregados da execução de obras ou equipamentos complexos. O risco de crédito nesses casos é superior ao percebido em transações com empresas dotadas de um *"going concern"*, visto que nem sempre há garantias ou avais prestados pelos membros do consórcio.

Risco 4: Nossos produtos, sobretudo válvulas, são utilizados por nossos clientes na movimentação de fluidos que podem ser poluentes, tóxicos, corrosivos ou de qualquer outra forma proporcionarem riscos físicos, patrimoniais e ambientais. Os produtos podem falhar por razões decorrentes de problemas com materiais ou componentes, erros de projeto e, principalmente, erros de especificação por parte dos clientes. Na hipótese de falha dos produtos, podem ocorrer danos ao ambiente ou a pessoas, e a empresa pode vir a ser responsabilizada pelo dano. Essa situação poderia impor custos imprevistos. Para tal eventualidade a empresa mantém seguros de responsabilidade civil e danos patrimoniais, mas existe o risco de essas apólices não cobrirem toda a extensão das responsabilidades, ou mesmo não se aplicarem ao caso concreto do sinistro.

Risco 5: As restrições financeiras a que a Companhia ainda se sujeita por conta da sua reestruturação financeira limitam ou inviabilizam ocasionalmente a contratação de seguros.

A Companhia procura contratar seguros patrimoniais e de responsabilidade civil de forma a recompor as perdas prováveis em caso de sinistros. No entanto, para o período atual a companhia está operando sem seguro patrimonial.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

4.3. Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.

Por força de suas atividades a Companhia está exposta a riscos de mercado, sobretudo preços das variáveis econômicas - taxas de câmbio e juros – e preços de commodities como aço, fibras sintéticas e resinas. Até certo ponto é possível contratar derivativos financeiros que minimizem os efeitos da flutuação dos preços desses fatores. Contudo, as limitações financeiras da companhia, em especial a disponibilidade de caixa e de limites de crédito junto a instituições financeiras, tem restringido as possibilidades de proteção. Nesse sentido, a companhia está frequentemente exposta aos riscos dessas oscilações, que podem resultar em despesas e custos não previstos ou em aumento do endividamento.

Parte substancial das vendas da Companhia, em particular aquelas a serem entregues a curto prazo, é contratada a preços fixos, sem reajustes, ou sujeita a reajuste a cada aniversário do contrato. Eventual aceleração inflacionária pode conduzir a erosão de rentabilidade dessas vendas, pois não é possível repassar aumentos de custo durante a execução dos contratos.

No quesito câmbio, a exposição da Companhia concentra-se em três itens:

- (i) Na dívida contratada em moeda estrangeira.
- (ii) Nos pagamentos devidos a fornecedores por insumos adquiridos no exterior, ou as aduanas em decorrência da sua nacionalização. A quantificação dessa exposição é mais complexa e variável. Isto porque tanto os volumes de compras como a origem dos insumos variam amplamente, havendo momento em que há pouquíssimas compras internacionais e outros onde as compras internacionais dominam o contexto.
- (iii) Nos recebimentos de clientes por exportações. Frequentemente os grandes projetos na área de petróleo e gás demandam a exportação real ou ficta dos produtos. Em ambos os casos, as receitas são contratadas em divisas. Como não é possível determinar antecipadamente a proporção das receitas, o investidor deve observar a natureza dos fornecimentos em curso para fazer seu juízo sobre o risco cambial.

No campo das taxas de juro, relevante observar que a maior parte do endividamento da Companhia é decorrente da Recuperação Judicial e indexado à TR. Nesse sentido a TR somente assume valores em ambientes de juros muito elevados. Parte da dívida, especialmente a de curto prazo, é pré-fixada ou indexada à Selic, deixando a Companhia sujeita às suas flutuações.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

4.4. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis, ambientais e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas, indicando:

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera judicial, administrativa quanto na arbitral.

A provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis foi apurada pela Administração com base em informações disponíveis e suportada pela opinião dos advogados quanto à expectativa de desfecho, em montante considerado suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis que venham a ocorrer em função de decisões judiciais desfavoráveis em demandas onde a Companhia ou as controladas são requeridas, ou seja, fazem parte do polo passivo de ditas ações.

A seguir, estão relacionados os processos contingentes não sigilosos e suas principais informações conforme posição atualizada dos assessores jurídicos externos, responsáveis pelo patrocínio de referidas demandas.

Processo nº 0021581-60.2015.4.03.6100 – Contingência Cível	
a. juízo	5ª Vara Federal, JF São Paulo
b. instância	1º Grau - Capital (Cível)
c. data de instauração	20 de outubro de 2015
d. partes no processo	BNDES Banco Nacional de Desenvolvimento vs. Lupatech S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 11.167.447 de valor da causa
f. principais fatos	Trata-se de ação que visa promover a busca e apreensão de máquinas e equipamentos ofertados em alienação fiduciária por ocasião de financiamento concedido pelo BNDES às empresas do Grupo Lupatech.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Ação de busca e apreensão movida em 20 de outubro de 2015 pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico ("BNDES") contra Lupatech S.A. e UEP – Equipamentos e Serviços para Petróleo S.A., visando promover a busca e apreensão de máquinas e equipamentos ofertados em alienação fiduciária por ocasião de financiamento concedido pelo BNDES às referidas empresas do Grupo. Em razão da recuperação judicial do Grupo Lupatech, em 1º de fevereiro de 2017 o juízo da 5ª Vara Federal de São Paulo, no qual se processa a ação, determinou a suspensão de todos os atos expropriatórios e submeteu ao juízo da recuperação judicial a análise acerca da essencialidade de referidas máquinas e equipamentos para as operações do Grupo Lupatech. Nos autos da recuperação judicial, com exceção dos bens pertencentes à unidade de Macaé, os demais foram declarados pelo juízo como essenciais para as operações do Grupo Lupatech, obstando sua busca e apreensão. Posteriormente, extrapolados os prazos recursais, o BNDES voltou a exigir a retomada da busca e apreensão dos bens na Recuperação Judicial. O novo pedido, embora acolhido em primeira e segunda instâncias, foi obstado pelo Superior Tribunal de Justiça, que determinou a indicação de outros meios, que não a apreensão dos bens, para que seja satisfeito o crédito do BNDES. O BNDES interpôs recurso contra decisão proferida pelo Ministro do STJ, o qual fora julgado provido para determinar que a decisão anterior merecia reconsideração para permitir o prosseguimento da execução de crédito extraconcursal, em conformidade com a jurisprudência do STJ. Considerou-se na referida decisão: (i) o exaurimento da competência do juízo

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	recuperacional e, ainda (ii) o fato de que o princípio da preservação da empresa não é absoluto. Após oposição de Embargos de Declaração, os quais foram rejeitados, e ainda certificação de trânsito em julgado em 18/03/2026, os autos foram baixados para a vara de origem em 20/03/2026 – ação de busca e apreensão, que por sua vez se encontra, por ora, sem movimentação. Em dezembro de 2021 o Tribunal de Justiça de São Paulo determinou que o valor do crédito extraconcursal do BNDES, aquele decorrente dos bens que compõem a garantia de alienação fiduciária – objeto da busca e apreensão, está limitado ao seu valor efetivo de liquidação em hasta. Conforme laudo de avaliação de bens datado de 2018, o valor dos bens é de R\$ 5.005. A dívida está contabilizada no passivo pelo seu saldo à data do pedido de recuperação judicial de R\$ 11.167, que se subdivide em uma parte sujeita à Recuperação Judicial (classe II) e uma parte não sujeita (o valor efetivo dos bens).
h. estágio do processo	O processo da Busca e Apreensão encontra-se suspenso por determinação do Superior Tribunal de Justiça que, em recurso manejado nos autos da Recuperação Judicial, obistou a apreensão dos bens alienados fiduciariamente.
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	A Relevância no caso em questão se dá pelo valor envolvido na demanda, sendo parte dele extraconcursal, porém, limitado ao valor dos bens alienados fiduciariamente e outra grande parte sujeita à recuperação judicial
k. análise do impacto em caso de perda do processo	A perda dos bens alienados fiduciariamente (garantia) e a sua venda para quitar a parte extraconcursal do crédito do BNDES, parte esta que ficará limitada ao valor da alienação dos bens. O valor restante será classificado como crédito concursal e deverá ser pago nos termos do Plano de Recuperação Judicial.

Processo nº 0007164-34.2017.8.19.0028 – Contingência Cível	
a. juízo	3ª Vara Cível de Macaé/RJ
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	21/06/2017
d. partes no processo	Sotep - Sociedade Tecnica de Perfuração x Petrobras
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Multa contratual no valor de R\$ 9.598.682
f. principais fatos	O processo foi sentenciado favoravelmente à Sotep.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Ação da Petrobras promovida em face da Sotep Sociedade Técnica de Perfuração S.A. para o reconhecimento e cobrança de penalidades contratuais dos instrumentos nº 2100.0033047.07.2 e n.º 2100.0033049.07.2. A cobrança, se válida fosse, é sujeita à Recuperação Judicial da Sotep. Em outubro de 2024 foi proferida sentença declarando inexigíveis as penalidades cobradas pela Petrobras. Foram opostos recursos de embargos de declaração pelas partes que foram rejeitados. As partes opuseram recurso de apelação. Aguarda-se decisão judicial. Processo sujeito a perda possível de R\$ 4.717 (valor desagiado para a RJ).

4.4 Processos não sigilosos relevantes

h. estágio do processo	Sentenciado favoravelmente à Sotep e aguardando eventual recurso da Petrobras.
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	A relevância do processo está na quantia envolvendo a cobrança.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda do processo, será reconhecido o valor de multa da Petrobras, e deverá ser pago nos termos do Plano de Recuperação Judicial.

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

4.5. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantinha no passivo o montante de R\$ 11,2 milhões referente ao processo 0021581-60.2015.4.03.6100.

4.6 Processos sigilosos relevantes

4.6. Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados no item 4.4, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos

Processos em que a Companhia atua no polo passivo:

Ação Ordinária – UEP Equipamentos e Serviços para Petróleo Ltda (em segredo de justiça)	
a. análise do possível impacto para o emissor ou suas controladas	Ação ordinária de obrigação movido na esfera de propriedade industrial e intelectual. O processo possui classificação de risco de perda como provável aproximado de R\$ 5.691, como perda possível de R\$ 471 e remota de R\$ 18.970. Processo distribuído em julho de 2008. Ação com estimativa provável, possível e remota com impacto financeiro. Crédito sujeito à Recuperação Judicial.
b. divulgação dos valores envolvidos nesses processos	R\$ 5.690.925 provável; R\$ 470.925 possível e R\$ 18.969.749 remoto

Ação Anulatória – Lupatech S.A.	
a. análise do possível impacto para o emissor ou suas controladas	Ação Anulatória do Estado do Rio Grande do Sul que objetiva desconstituir crédito tributário de ICMS, em razão da empresa não ter realizado o recolhimento do imposto por ocasião da exportação ficta de mercadorias ao abrigo do REPETRO, haja vista tal operação ser imune à sua incidência. Processo distribuído em abril de 2017, sujeito a perda possível.
b. divulgação dos valores envolvidos nesses processos	R\$ 92.006.462

Ação Anulatória - Lupatech S.A.	
a. análise do possível impacto para o emissor ou suas controladas	Ação Anulatória objetivando a desconstituição do crédito tributário (IRPJ e CSLL referentes aos anos-calendário de 2009 e 2010. Processo distribuído em abril de 2020, sujeito a perda possível.
b. divulgação dos valores envolvidos nesses processos	R\$ 7.446.764

Manifestação de Inconformidade - Lupatech S.A.	
a. análise do possível impacto para o emissor ou suas controladas	Manifestação de inconformidade apresentada para ver reconhecido o saldo negativo de IRPJ. Processo distribuído em maio de 2014, sujeito a perda possível.
b. divulgação dos valores envolvidos nesses processos	R\$ 9.787.156

Execução Fiscal – Lupatech S.A.	
a. análise do possível impacto	Execução Fiscal da Fazenda Nacional, referente à cobrança de débito de IRRF. A discussão de mérito é travada nos autos de Mandado de Segurança, no qual foi

4.6 Processos sigilosos relevantes

para o emissor ou suas controladas	proferida sentença reconhecendo que parcela substancial dos créditos tributários decorrentes de processo administrativo é improcedente. Processo distribuído em janeiro de 2016, sujeito a perda possível.
b. divulgação dos valores envolvidos nesses processos	R\$ 68.837.751

Auto de Infração - Lupatech S/A	
a. análise do possível impacto para o emissor ou suas controladas	Auto de infração da Receita Federal do Brasil referente a créditos de IRRF, lavrado em decorrência de Manifestação de Inconformidade apresentada contra o despacho decisório. Processo distribuído em julho de 2014, sujeito a perda possível.
b. divulgação dos valores envolvidos nesses processos	R\$ 6.439.311

Auto de Infração – UPC Perfuração e Completação Ltda.	
a. análise do possível impacto para o emissor ou suas controladas	Autos de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil, para cobrança de multas em razão do alegado descumprimento do regime aduaneiro especial de admissão temporária. Processos sujeitos a perda possível.
b. divulgação dos valores envolvidos nesses processos	R\$ 18.414.086

Auto de Infração - UPC Perfuração e Completação Ltda	
a. análise do possível impacto para o emissor ou suas controladas	Auto de infração da Receita Federal do Brasil, lavrado em decorrência do arbitramento do lucro no ano calendário 2010. Processo distribuído em novembro de 2014, sujeito a perda possível.
b. divulgação dos valores envolvidos nesses processos	R\$ 17.490.845

Auto de Infração - UPC Perfuração e Completação Ltda	
a. análise do possível impacto para o emissor ou suas controladas	Auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil, em razão de supostas irregularidades na apuração de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS no exercício de 2013. Processo distribuído em outubro de 2016, sujeito a perda possível.
b. divulgação dos valores envolvidos nesses processos	R\$ 14.441.379

4.6 Processos sigilosos relevantes

Execução Fiscal - UPC Perfuração e Completação Ltda	
a. análise do possível impacto para o emissor ou suas controladas	Execução Fiscal do Município de Três Rios – RJ, para cobrança de ISS referente aos períodos de 2013 e 2014. Processo distribuído em 02 de dezembro de 2016. Sujeito a perda possível.
b. divulgação dos valores envolvidos nesses processos	R\$ 3.401.181

Auto de Infração - UPC Perfuração e Completação Ltda	
a. análise do possível impacto para o emissor ou suas controladas	Auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em razão do suposto descumprimento do regime aduaneiro especial de admissão temporária. Processo distribuído em 21 de fevereiro de 2020. Processo sujeito a perda possível.
b. divulgação dos valores envolvidos nesses processos	R\$ 3.063.385

Processo Administrativo – Prest Perfurações Ltda	
a. análise do possível impacto para o emissor ou suas controladas	Processo administrativo objetivando compensar débitos com crédito tributário correspondente a saldo negativo de IRPJ referente ao ano calendário de 2010. Processo distribuído em abril de 2013, sujeito à perda possível.
b. divulgação dos valores envolvidos nesses processos	R\$ 6.697.282

Execução Fiscal – Sotep Sociedade Técnica em Perfuração S.A.	
a. análise do possível impacto para o emissor ou suas controladas	Execução Fiscal do Município de Três Rios – RJ, para cobrança de ISS referente aos períodos de 2013 e 2014. Processo distribuído em dezembro de 2015, sujeito à perda possível.
b. divulgação dos valores envolvidos nesses processos	R\$ 3.847.988

Execução Fiscal – Sotep Sociedade Técnica em Perfuração S.A.	
a. análise do possível impacto para o emissor ou suas controladas	Autos de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil para cobrança do saldo remanescente de II, IPI, PIS e COFINS incidentes nas importações declaradas. Processos sujeitos à perda possível.
b. divulgação dos valores envolvidos nesses processos	R\$ 4.342.843

4.7 Outras contingências relevantes

Não há outras contingências relevantes da Companhia e nem de suas controladas.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1. Em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

- a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.

Em 26 de outubro de 2022 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a Política de Gerenciamento de Riscos.

- b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

- i. os riscos para os quais se busca proteção

Riscos Estratégicos: são os riscos associados às decisões estratégicas da administração para atingir os seus objetivos de negócios.

Riscos Financeiros: dividem-se em três segmentos: Riscos de Mercado: decorrem da possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento dos preços da economia, tais como, mas não se limitando a: taxas de juros, câmbio, inflação, ações e commodities; Riscos de Crédito: são caracterizados pela possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com terceiros em decorrência de sua incapacidade econômico financeira ou meros descumprimentos contratuais; Riscos de Liquidez: consistem na possibilidade da Companhia não conseguir honrar de forma eficaz suas obrigações, na data do vencimento, ou somente fazê-lo com elevadas perdas.

Riscos de Compliance: são os riscos de sanções relacionadas ao descumprimento da legislação aplicável, acordos, regulamentos, códigos de conduta e/ou políticas.

Riscos Operacionais: são aqueles que decorrem em função da operação, processos internos, sistemas, ativos, infraestrutura, clientes e fornecedores da Companhia, podendo afetar a sua eficiência operacional e sua utilização efetiva e eficiente de recursos.

Riscos Reputacionais: são aqueles que decorrem de eventos que podem prejudicar a imagem e a reputação da Companhia.

- ii. os instrumentos utilizados para proteção

A política de gerenciamento de riscos implementada pela Companhia tem por premissa a manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, por meio da adoção das seguintes ações: (i) identificação dos principais riscos de negócios, tanto internos quanto externos, aos quais a Companhia está exposta; (ii) monitoramento de mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar as atividades da Companhia; (iii) quantificação dos impactos econômicos diretos e indiretos dos itens acima; (iv) avaliação contínua dos riscos identificados, especialmente quanto aos aspectos de probabilidade de ocorrência e impacto financeiro adverso nos negócios, de forma a permitir a priorização e tratamento de tais riscos; (v) adoção de procedimentos internos de gestão de riscos, com atribuições e funções de competências hierárquicas entre áreas e departamentos da Companhia com o intuito de neutralizar ou mitigar os riscos identificados; e (vi) difusão da cultura de gerenciamento de risco e consequente busca pelas melhores práticas de mercado.

- iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Conforme as melhores práticas de mercado, a Companhia deve manter uma estrutura responsável pela aplicação do processo de gerenciamento de riscos aqui descritos, tendo por base o Modelo de Três Linhas de Defesa recomendado pelo *The Institute of Internal Auditors- IIA*

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

1ª Linha de Defesa: é composta pelos líderes da Companhia e demais colaboradores que executam as atividades finais da Companhia. É responsável por: Identificar, monitorar e implementar diretamente ações de prevenção e mitigação de riscos que venha a identificar na gestão diária operacional da Companhia, observado o disposto nesta Política; Incorporar as avaliações e aplicar as diretrizes definidas pela 2ª Linha de Defesa; e Reportar à Diretoria informações relevantes no que tange aos processos descritos nos itens (i) e (ii).

2ª Linha de Defesa: é composta pelos Assessores Legais, colaboradores e Comitês que exercem funções de *compliance* e assessoramento ao Conselho de Administração, e pelas demais áreas internas de suporte à 1ª Linha de Defesa. É responsável por: Identificar, monitorar e implementar, direta ou indiretamente, ações de prevenção e mitigação de riscos que venha a identificar, observado o disposto nesta Política; Analisar os riscos identificados pela 1ª Linha de Defesa e auxiliá-la a desenvolver processos e controles internos de gerenciamento de risco; Fornecer orientações e treinamento sobre processos de gerenciamento de riscos; Monitorar a implementação das práticas de gestão de riscos pela 1ª Linha de Defesa; Auxiliar a 1ª Linha de Defesa na implantação; Reportar à Diretoria informações relevantes no âmbito de suas atividades; Analisar e investigar denúncias recebidas, inclusive quando enviadas por meio do canal de denúncia da Companhia.

3ª Linha de Defesa: é composta pela área de auditoria da Companhia, seja uma estrutura de auditoria interna, seja um terceiro contratado para prestação deste serviço, ("Auditoria Interna") da Companhia, responsável por: Atuar junto às demais linhas de defesas no tratamento de desvios e vulnerabilidades identificadas, fornecendo análises independentes sobre a qualidade dos processos de gerenciamento e supervisionando a implementação de ações corretivas ou de mitigação de riscos; Testar a efetividade dos controles e medidas implementadas para mitigação dos riscos; e Reportar periodicamente ao Comitê de Auditoria ("Comitê de Auditoria") os resultados das análises independentes e dos testes de efetividade indicados no item acima.

- c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

As responsabilidades se distribuem pela estrutura organizacional da Companhia da seguinte forma:

Conselho de Administração: responsável por (i) aprovar e avaliar periodicamente a adequação da presente Política; (si) supervisionar, em conjunto com o Comitê de Auditoria, a estrutura de gestão de riscos da Companhia e avaliar periodicamente sua eficácia; (ii) assegurar os recursos humanos e financeiros necessários à condução das atividades de gerenciamento de risco; e (iii) aprovar o nível de exposição a risco da Companhia na condução de seus negócios.

Diretoria: responsável por (i) estabelecer as diretrizes estratégicas de apetite ao risco, a serem aprovada pelo Conselho de Administração; (ii) estabelecer e coordenar a estrutura de gestão de riscos da Companhia; e (si) avaliar ao menos anualmente a eficácia das políticas e dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos, bem como do programa de integridade/conformidade (complanei) e prestar contas ao Conselho de Administração sobre essa avaliação.

Comitê de Auditoria: órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração que tem por objetivo auxiliar o Conselho de Administração no monitoramento e controle da qualidade das demonstrações financeiras, das informações trimestrais, nos controles internos, no gerenciamento de riscos e *compliance*, apresentando as recomendações de aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos que entender necessárias. O coordenador do Comitê de Auditoria será o responsável por avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia relacionados a questões contábeis.

Assessores Legais e colaboradores com funções de *compliance*: Tem como responsabilidades testar a efetividade dos controles e medidas implementadas para mitigação dos riscos.

Comitê de Ética: Tem como responsabilidades testar a efetividade dos controles e medidas implementadas para mitigação dos riscos.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Canal de Denúncias: Atua de forma independente e objetiva, e reporta-se ao Comitê de Ética.

Líderes e demais colaboradores: Responsáveis por observar integralmente as ações de mitigação de riscos no dia a dia da Companhia.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar

- a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia possui normas, procedimentos e políticas, que buscam garantir a confiabilidade dos relatórios financeiros e demonstrações contábeis. Buscamos garantir a ampla transparência de nossos negócios por meio da manutenção de um intenso fluxo de informações públicas, tais como a divulgação de: (i) Resultados Trimestrais; (ii) Fatos e Atos Relevantes; (iii) Relatórios Anuais; (iv) Arquivamentos realizados perante a CVM e B3; (v) Traduções de documentos e informes financeiros para investidores estrangeiros, (vi) Apresentações públicas; (vii) Página na internet para investidores; e (viii) relacionamento com analistas e investidores.

A Companhia acredita que os controles relacionados à preparação das demonstrações financeiras possuem níveis aceitáveis de qualidade e confiabilidade para divulgação externa, de acordo com os princípios e normas contábeis aplicados. Contudo é importante lembrar, que controles internos, por melhor que sejam preparados, têm limitações e, mesmo os sistemas avaliados como eficazes, podem não detectar informações incorretas.

Existe a necessidade de implementação de melhorias nos procedimentos de controles internos, que não tem sido realizada devido a longa crise financeira atravessada pela Companhia com as inerentes restrições de recursos financeiros e humanos. Entre as áreas onde há espaço para melhora encontram-se diversas melhorias sistêmicas, em especial com a eliminação de rotinas manuais, processos mais estritos e suportados por sistema para segregação de funções com possível conflito de interesse, implementação de procedimentos regulares de testes sobre a execução dos controles internos, atualização do mapeamento os processos e do correspondente catálogo de controles.

- b. as estruturas organizacionais envolvidas

Cada equipe é responsável por atender as normas e boas práticas em relação aos seus processos e controles.

A área contábil da Companhia é responsável pela revisão das transações, consolidação das informações e adoção das normas contábeis aplicáveis. Assim como, pela elaboração das Demonstrações Financeiras, atendimento a auditoria externa e redação das notas explicativas.

As demonstrações financeiras são submetidas a revisões do Diretor de Relações com Investidores e do Comitê de Auditoria para a emissão do parecer e para a aprovação do Conselho de Administração.

Comitê de Auditoria: órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração que tem por objetivo auxiliar o Conselho de Administração no monitoramento e controle da qualidade das demonstrações financeiras, das informações trimestrais, nos controles internos, no gerenciamento de riscos e compliance, apresentando as recomendações de aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos que entender necessários. O coordenador do Comitê de Auditoria é o responsável por avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia relacionados a questões contábeis.

- c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Anualmente os auditores independentes revisam os controles internos e qualquer observação ou recomendação recebida é submetida à análise dos gestores e direção. De forma independente a Companhia, a auditoria externa contratada também possui o papel de verificar a eficiência dos controles internos e

5.2 Descrição dos controles internos

processos que refletem nas demonstrações financeiras. Os testes de eficiência dos controles internos estão atualmente restritos aos testes realizados pela auditoria.

- d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

A auditoria independente não apontou impactos contábeis significativos no Relatório de recomendações que trata dos trabalhos realizados sobre os controles internos.

- e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A Companhia busca implementar e aprimorar os controles internos dos seus processos. As observações identificadas pela auditoria independente são revisadas e adequadas, sempre que necessário. Exceto quando depende de investimentos para o qual a Companhia avalia o custo/benefício, visto que estamos numa reestruturação financeira.

5.3 Programa de integridade

5.3. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

- a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:
- i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Os riscos, regras, políticas e procedimentos que compõem o nosso Programa de Integridade são atualizados periodicamente em decorrência de alterações na legislação, implementação de melhorias, bem como, adequações da estrutura interna, a fim de garantir o constante aprimoramento. As principais políticas, código e procedimentos de integridade abrangem:

O Código de Conduta da Lupatech que foi criado originalmente em 2008 e atua como principal instrumento de Integridade que abarca nossos valores, princípios éticos, normas de conduta, e representa o compromisso contínuo de conduzir nossas atividades de forma ética, transparente e em estrito cumprimento as leis vigentes.

O Programa de Integridade da Lupatech é balizado em princípios, diretrizes, leis vigentes e composto por medidas, políticas e procedimentos voltados para a prevenção, detecção e correção de fraudes e atos de corrupção contra a administração pública ou empresas privadas.

A Política Anticorrupção da Companhia foi elaborada com o intuito de fortalecer os conceitos existentes em nosso Código de Conduta, bem como, estabelecer mecanismos para identificação e mitigação de quaisquer riscos de atos lesivos, tais como desvios, fraudes e irregularidades. A política também abrange as diretrizes e práticas que devem nortear todos os envolvidos com a condução de nossos negócios e foi especialmente pautada pelas disposições contidas na Lei. Nosso Código de Relacionamento com Fornecedor, tem como objetivo alinhar as práticas da Lupatech, junto aos fornecedores e prestadores de serviço a serem observadas, garantindo integridade, transparência e conformidade nas relações da Empresa.

Nossos principais mecanismos de Integridade são:

- Canal de Denúncias e de Comunicação: Disponibilizamos canais para comunicação com o propósito de esclarecer dúvidas, receber e tratar denúncias, críticas e opiniões que contribuam para o combate a corrupção, desvios éticos e fraudes.
 - Treinamento e a Comunicação interna: A conscientização é fundamental para evitar violações ou qualquer desvio de conduta frente aos valores, princípios e diretrizes da Lupatech.
 - Estabelecimento de regras e limites claros relativos ao oferecimento e aceitação de brindes, presentes e hospitalidades, participação em licitações, entre outros.
 - Definições restritivas no que tange as doações e ou patrocínios.
 - Instituição de normativos e procedimentos para assegurar a conformidade com as leis, a correta gestão dos relacionamentos nos negócios da companhia e o esclarecimento relativo as proibições contra suborno e corrupção, entre outros
- ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

5.3 Programa de integridade

O Diretor Presidente da Lupatech tem a atribuição de supervisionar e assegurar a eficácia do Programa de Integridade em conformidade com leis e regulamentos. O Gestor de *Compliance* é responsável por operacionalizar o programa, pela gestão do dia a dia, estabelecendo normas e procedimentos, treinamento e demais instrumentos necessários. Para garantir a autonomia, este reporta-se diretamente ao Presidente da empresa. O Comitê de Conduta Ética da Lupatech dissemina, promove o cumprimento do Código de Conduta, analisa suas violações com total imparcialidade, averiguando soluções e medidas disciplinares de acordo com a gravidade. As responsabilidades do Comitê estão descritas em seu regimento interno e foram aprovadas pela Alta direção e Conselho de administração da Companhia.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

O Código de Conduta, o Programa de Integridade, políticas e outros normativos destinam-se ao Conselho, a alta administração, colaboradores, fornecedores, clientes, acionistas, prestadores de serviços, e demais envolvidos com a cadeia de negócios da Lupatech.

É de responsabilidade de todas as pessoas envolvidas com os negócios da Companhia, conhecer o código de conduta, as normas legais e restrições aplicáveis as funções que exercem e atividades que praticam. Mais do que um material de consulta, é uma ferramenta que mostra a melhor forma de atuação e deve ser utilizado como um guia prático de conduta pessoal e profissional.

A Lupatech está comprometida com a atuação ética, transparente e de confiança. Por este motivo, acreditamos que todos os terceiros com que nos relacionamos devem demonstrar os mesmos padrões de conduta.

- as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

A companhia possui um procedimento específico para ações disciplinares no caso de descumprimento das políticas, procedimentos e ou violações ao Código de Conduta. As infrações estão sujeitas a aplicação de sanções como advertência, suspensão e poderão incluir a rescisão do contrato ou medidas cabíveis de acordo com a legislação em vigor.

- órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A versão atual do Código de Conduta foi aprovada pelo Conselho de Administração em 18 de dezembro 2024. O endereço para consulta é <https://ri.lupatech.com.br/pt/politicas-e-regimentos-internos>

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

Atualmente os canais de denúncia são administrados internamente.

ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

A Companhia possui canais de denúncias para receber demandas internas e externas através dos e-mails codigodeconduta@lupatech.com.br e compliance@lupatech.com.br, bem como, pela página na internet pelo link: <https://ri.lupatech.com.br/pt/canal-de-denuncias>

5.3 Programa de integridade

- iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé

A denúncia pode ser anônima ou não. Em todos os casos é garantida a não-retaliação e a confidencialidade. Todas as informações recebidas serão tratadas como sigilosas, sendo preservada a identidade do informante.

- iv. órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

As comunicações feitas aos Canais de Denúncias são encaminhadas à Gestão de *Compliance* e são tratadas em conjunto com a Alta direção e o Comitê de Conduta Ética da Lupatech, que são responsáveis por apurar, de forma detalhada, as violações supostamente praticadas.

- c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Nos últimos três exercícios sociais não houve nenhuma ocorrência neste sentido.

- d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, pois conforme citado acima, existem políticas e procedimentos vigentes.

5.4 Alterações significativas

5.4. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Não houve alterações nos principais riscos de mercado ou de gerenciamento de riscos.

5.5 Outras informações relevantes

Todas as informações pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ANTONIO AMARAL VILAS BOAS NETO						
355.468.858-40	Brasil	Não	Não	19/08/2026		
Não						
323.300	6,832	0	0,000	323.300	6,832	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
ARARA AZUL FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES RESPONSABILIDADE LIMITADA						
55.486.068/0001-14	Brasil	Não	Não	19/08/2026		
Não						
832.876	17,602	0	0,000	832.876	17,602	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
ARARA AZUL GESTAO DE BENS E DIREITOS S.A.						
35.412.960/0001-43	Brasil	Não	Não	19/08/2026		
Não						
40.000	0,845	0	0,000	40.000	0,845	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		Composição capital social
JOSE MARIA DE OLIVEIRA E SILVA					
668.354.456-53	Brasil	Não	Não	19/08/2026	
Não					
562.220	11,882	0	0,000	562.220	11,882
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
2.973.414	62,839	0	0,000	2.973.414	62,839
TOTAL					
4.731.810	100,000	0	0,000	4.731.810	100,000

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	19/08/2026
Quantidade acionistas pessoa física	6.283
Quantidade acionistas pessoa jurídica	66
Quantidade investidores institucionais	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	3.205.703	67,748%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	3.205.703	67,748%

Classe de Ação

Preferencial Classe A	0	0,000000%
-----------------------	---	-----------

6.4 Participação em sociedades

A Companhia declara que não possui participação em sociedades.

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

6.5. Inserir organograma dos acionistas do emissor e do grupo econômico em que se insere, indicando:

- a. todos os controladores diretos e indiretos e, caso o emissor deseje, os acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações

O capital é difuso, não havendo controladores. Os acionistas com participação superior a 5% do capital social em 19 de agosto de 2026 são: Arara Azul Fundo de Investimento em Ações Responsabilidade Limitada e Arara Azul Gestão de Bens e Direitos 18,45% e José Maria de Oliveira e Silva 11,88% e Antonio Amaral Vilas Boas Neto 6,83%. Os demais acionistas têm participação menor que 5% totalizando 62,84%.

- b. principais controladas e coligadas do emissor

Empresas controladas diretas e indiretas	Participação direta e indireta (%)
<u>Participações diretas</u>	
Mipel Comércio e Indústria de Peças Técnicas Ltda. - (Brasil)	100,00
UEP Equipamentos e Serviços para Petróleo S.A. - (Brasil)	100,00
Lupatech Finance Limited. - (Ilhas Cayman)	100,00
Recu S.A. - (Argentina)	95,00
Lochness Participações S.A. - (Brasil)	100,00
Ilno Administradora de Bens e Direitos Ltda. - (Brasil)	100,00
Fiberware Ltda. - (Brasil)	100,00
MNA Valves Ltda. - (Brasil)	100,00
<u>Participações indiretas</u>	
Recu S.A. - (Argentina)	5,00
UPC Perfuração e Completação S.A. - (Brasil)	100,00
Sotep Sociedade Técnica de Perfuração S.A. - (Brasil)	100,00
Prest Perfurações Ltda. - (Brasil)	100,00
Ciaval II Administração de Bens e Direitos SPE S.A - (Brasil)	100,00

- c. participações do emissor em sociedades do grupo

Denominação Social	Sociedade	Participação na data deste Formulário de Referência
Mipel Comércio e Indústria de Peças Técnicas Ltda.	Controlada Direta	100,00%
UEP Equipamentos e Serviços para Petróleo S.A.	Controlada Direta	100,00%
Recu S.A.	Controlada Direta e Indireta	100,00%
Lupatech Finance Limited.	Controlada Direta	100,00%
Lochness Participações S.A.	Controlada Direta	100,00%
Ilno Administradora de Bens e Direitos Ltda.	Controlada Direta	100,00%
Fiberware Ltda.	Controlada Direta	100,00%
MNA Valves Ltda.	Controlada Direta	100,00%
UPC Perfuração e Completação S.A.	Controlada Indireta	100,00%
Sotep Sociedade Técnica de Perfuração S.A.	Controlada Indireta	100,00%
Prest Perfurações Ltda.	Controlada Indireta	100,00%
Ciaval II Administração de Bens e Direitos SPE S.A.	Controlada Indireta	100,00%

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

- d. participações de sociedades do grupo no emissor

Não existem participações de sociedades do grupo da Companhia.

- e. Principais sociedades sob controle comum

Não existem sociedades sob controle comum.

6.6 Outras informações relevantes

Não há nenhuma outra informação relevante a ser prestada, além daquelas já descritas nesta seção 6.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

7.1. Descrever as principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal do emissor, identificando:

- a. principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado

A indicação de membros do Conselho de Administração, Comitês, Diretoria e Conselho Fiscal deverá observar o disposto nos documentos da Companhia, legislação e regulamentação mencionados, sem prejuízo de novas atualizações de regras e disposições, atuando sempre na proteção do interesse dos acionistas e do mercado em geral. Devendo obedecer: a. o Estatuto Social da Companhia; b. a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”); c. Normas gerais emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) sobre o assunto; d. o Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3” e “Regulamento do Novo Mercado”).

O processo de indicação deverá sempre garantir que os órgãos colegiados da Companhia sejam compostos por profissionais altamente qualificados e comprometidos com a missão, visão e valores da Companhia, com notável experiência profissional, técnica e acadêmica, compatível com o cargo para o qual estão sendo indicados.

O processo de indicação considerará, ainda, a diversidade, formação acadêmica e experiência profissional, bem como a complementariedade de competências e disponibilidade de tempo para o exercício do cargo, para permitir que a Lupatech, seus acionistas e a sociedade, se beneficiem da pluralidade de perspectivas e visões e de um processo de tomada de decisão com maior qualidade e representação.

São inelegíveis para os cargos de administração, conselhos e comitês da Companhia as pessoas impedidas por lei ou declaradas inabilitadas por ato da CVM ou condenadas por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos.

A Política de Indicação da Companhia pode ser consultada no seguinte link: <https://ri.lupatech.com.br/pt/politicas-e-regimentos-internos>

- b. se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:

- i. a periodicidade das avaliações e sua abrangência

A avaliação ocorre de forma anual, e abrange cada órgão da Companhia, individual e coletivamente.

- ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados nas avaliações

A avaliação do Conselho enquanto Órgão Colegiado é realizada partir de questionários e entrevistas individuais com Administradores e membros de Comitês subordinados ao Conselho de Administração. Quanto a avaliação individual, cada conselheiro recebeu apenas a sua avaliação final, atribuída pelos demais integrantes em caráter de estrita confidencialidade, de forma a assegurar a efetividade da pesquisa.

A metodologia utilizada leva em consideração fatores como: experiência, diversidade de competências, estilos de liderança e de comunicação entre os conselheiros, estruturação, agenda, número de reuniões, dispêndio de tempo para temas tratados nas reuniões, fluxo de informações e ferramentas utilizadas, qualidade das discussões e forma de tomadas de decisões.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

A avaliação, portanto, possibilita a identificação das fortalezas do Órgão, dos pontos para melhoria, bem como das ações a serem implementadas, de modo a, dentre outras providências, fornecer feedbacks e submeter os nomes dos candidatos para possível processo de reeleição.

- iii. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

Não foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos.

- c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Os conflitos de interesse são identificados de acordo com as Políticas, Regimentos, Normas da Companhia e nos termos da Lei das Sociedades por Ações e administrados pelo Presidente do Conselho de Administração.

A Companhia e a Lei das Sociedades por Ações proíbe seus Conselheiros e Diretores de: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da companhia, em detrimento da Companhia; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo Estatuto Social ou concedida através de Assembleia Geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais Conselheiros.

- d. por órgão:

- i. número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de gênero
- ii. número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de cor ou raça
- iii. número total de pessoas com deficiência, caracterizada nos termos da legislação aplicável
- iv. número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que o emissor entenda relevantes

Informações prestadas no quadro 7.1 (d), respectivo a essa sessão.

- e. se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

O processo de indicação e contratação de profissionais da Companhia é pautado em critérios profissionais ao passo que privilegia a diversidade e a igualdade de oportunidades em todos os órgãos da administração, não havendo qualquer discriminação de cor, raça, etnia, religião, gênero, condição física, necessidade especial ou orientação sexual, podendo tais informações serem recebidas unicamente se voluntariadas e de forma autodeclaratória.

- f. papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

Os riscos aos quais a Companhia está sujeita devem ser identificados, documentados e formalizados de forma estruturada para que sejam conhecidos e tratados adequadamente. A Companhia está dedicada ao desenvolvimento de suas atividades, mantendo elevados padrões de governança e transparência, administrando as operações de modo a evitar, mitigar e gerenciar impactos e riscos aos quais esteja exposta. A impossibilidade prática de mitigar riscos identificados, por quaisquer razões, não exime o seu monitoramento, devendo ser dada ciência da situação ao Conselho de Administração e à Diretoria.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Os riscos levantados e as medidas e procedimentos mitigatórios a serem adotados frente a cada um deles, serão discutidas em reuniões, no mínimo, semestrais, entre a Auditoria Interna, Conselho de Administração e demais pessoas de interesse da Companhia ("Reuniões"). Após referidas reuniões, o Conselho de Administração será responsável por definir as ações a serem tomadas para cada um dos riscos levantados e a Diretoria será responsável por implementá-las.

O Conselho de Administração ou a Diretoria também poderá convocar Reuniões extraordinárias caso se identifique um novo risco não anteriormente mapeado ou uma alteração significativa na exposição de um risco existente.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	2	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	2	3	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 7	2	5	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	0	0	0	0	0	2
Conselho de Administração - Efetivos	0	0	0	0	0	0	5
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 7	0	0	0	0	0	0	7

Quantidade de membros - Pessoas com Deficiência

	Pessoas com Deficiência	Pessoas sem Deficiência	Preferê não responder
Diretoria	0	2	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	5	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 7	0	7	0

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

7.2. Em relação especificamente ao conselho de administração, indicar:

- a. órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração

Comitê de Auditoria.

- b. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Os trabalhos e relatórios da auditoria independente são reportados ao Conselho de Administração pelo Comitê de Auditoria, havendo acompanhamento mensal e avaliação trimestral.

- c. se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração

O canal eletrônico ri@lupatech.com.br é o canal por meio do qual questões críticas podem chegar ao Conselho de Administração, sendo o Presidente do Conselho um dos membros da Companhia que recebem mensagens diretamente pelo canal mencionado.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e instalado

Nome	ALEXSANDRO GOMES BARBOSA	CPF:	287.721.788-41	Passaporte:		Nacionalidade:	Brasil	Profis são:	Contador	Data de Nascimento:	01/12/1980
------	--------------------------	------	----------------	-------------	--	----------------	--------	-------------	----------	---------------------	------------

Experiência Profissional: Executivo sênior na área fiscal com mais de 25 anos de experiência em tributação empresarial, com sólido conhecimento em recuperação de impostos (monetização), tax compliance e consultoria fiscal estratégica para vendas e estruturação de negócios. Atualmente, exerce funções como consultor fiscal responsável pelas estratégias e pelo planejamento fiscal do Grupo Andritz e do Grupo Bauer Irrigation no Brasil. Possui ampla experiência em impostos diretos e indiretos, planejamento fiscal, preços de transferência, fiscalidade internacional e a futura reforma fiscal (CBS/IBS). Reconhecido como professor na área fiscal, tendo lecionado Contabilidade Fiscal e Direito Fiscal em instituições de referência no Brasil durante quase uma década.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	01/07/2026	até a próxima AGO da Companhia	C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas		01/07/2026	Não	01/07/2026

Nome CARLOS MARIO CALAD SERRANO **CPF:** 060.144.487-64 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Colômbia **Profis são:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 05/09/1959

Experiência Profissional: Engenheiro elétrico pela Universidade de Los Andes, em Bogotá, possui cursos de Coaching Certification e Creating Breakthrough Strategies pela Universidade de Columbia, Gestão Estratégica de Marketing, na Universidade de Stanford e Harvard. Foi executivo sênior da Archer, empresa internacional da Indústria Serviços de Petróleo e Gás e ocupou posições de gestão em empresas internacionais e nacionais de petróleo na América Latina, Espanha e Ásia.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2025	2 anos, contados da presente data até a aprovação das contas do exercício social findo em 31/12/2026	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		30/04/2025	Não	07/12/2016

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome GABRIEL GOUVEIA MAGALHÃES **CPF:** 147.037.337-81 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 18/09/1992

Experiência Profissional: Profissional com sólida experiência em estratégia corporativa, finanças corporativas, governança, engenharia econômico-financeira, valuation e desenvolvimento de negócios. Atua como CFO do Grupo EBX e possui trajetória executiva como fundador da GOUCAP WM Consultoria Financeira e da GSR Logística Reversa Naval S.A., além de experiência em mercado financeiro pela InvestSmart/XP Investimentos, Ágora CTVM (Bradesco), estruturação de negócios na Marbank Digital e gestão patrimonial na Plena Holding. Possui atuação em projetos de infraestrutura, energia, mineração, logística, transição energética e ativos reais, com experiência em avaliações econômico-financeiras, estruturação de operações societárias e desenvolvimento de investimentos de grande porte.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	01/07/2026	até a próxima AGO da Companhia	C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas		01/07/2026	Não	01/07/2026

Nome JOÃO MARCOS CAVICHIOLI **CPF:** 366.144.858-73 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Advogado **Data de Nascimento:** 17/12/1986
FEITEIRO

Experiência Profissional: Advogado graduado pela PUC/SP, com LL.M em Direito Societário pelo INSPER. Membro do TMA - Turnaround Management Association e da ICC - International Chamber of Commerce. Atuou como executivo jurídico em companhias de grande porte do setor de petróleo e gás, acumulando relevante experiência em gestão legal estratégica, reestruturação de empresas e renegociação de passivos. Atualmente presta consultoria jurídica estratégica a seus clientes por meio do Feiteiro & Araujo Advogados.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2025	2 anos, contados da presente data até a aprovação das contas do exercício social findo em 31/12/2026	Presidente do Conselho de Administração		30/04/2025	Não	14/05/2018

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome MARCO ANTÔNIO MIOLA

CPF: 552.985.240-87

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Administrador de Empresas

Data de Nascimento: 28/11/1971

Experiência Profissional:

Graduação em Administração de Empresas pelo Instituto de Ensino Superior de America - IESA e MBA em Gestão Empresarial na Fundação Getúlio Vargas - FGV. Atua na Companhia à 30 anos e assumiu gradativamente outras posições, incluindo gestão de equipes e uma experiência internacional , sendo Supervisor de PCS e Administração de Materias em uma unidade fabril que o Grupo Lupatech possuía na Argentina. Até novembro de 2013, atuou como Gerente Regional de Supply Chain. De dezembro de 2013 até março de 2023 atuou na Função de Gerente de Planta / Plant Manager, respondendo diretamente ao Diretor de Operações das unidades localizadas nas cidades de Nova Odessa SP e Veranópolis RS, posteriormente ocupou o cargo de Diretor Industrial. Dentre as principais funções, é responsável em dirigir as áreas industriais: fabricação, qualidade, suprimentos, planejamento da produção, recursos humanos e SSMA. Em maio de 2023, foi indicado ao cardo de Diretor sem designação específica, com mandato que iniciou em 30/06/2023.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	27/04/2026	1 ano contando da presente data, até sua reeleição ou eleição de seu substituto.	Outros Diretores	Diretor sem designação específica	27/04/2026		30/06/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome PAULO PINESE

CPF: 921.449.938-15

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Administrador de Empresas e Contador

Data de Nascimento: 26/02/1957

Experiência Profissional:

Administrador de Empresas pela Escola Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas - São Paulo e Contador graduado pela -PUC-Campinas. Auditor Externo, e Consultor Contábil e Tributário, por 42 anos. Durante sua carreira profissional foi Sócio Auditor e Consultor, das renomadas empresas Arthur Andersen Worldwide Organization, desde 1989, até 2002 e Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes S.C., entre Junho de 2002 e Maio de 2019, quando se retirou, por aposentadoria compulsória. Desde 2019 é Membro e Presidente do Audit Committee da FEAC e Membro do Conselho Consultivo da Unimetal Industria Ltda. Também é Perito Contador, desde 2019, atuando como Assistente Técnico indicado por escritórios de advocacia.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	01/07/2026	até a próxima AGO da Companhia	C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas		01/07/2026	Não	02/06/2026

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome RAFAEL GORENSTEIN **CPF:** 109.628.718-85 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 28/11/1970

Experiência Profissional: Graduação em Engenharia Mecânica Aeronáutica pelo ITA, Mestrado em Engenharia Elétrica/Pesquisa Operacional pela PUC-RJ e MBA pelo Imperial College, Londres. Atuou como executivo financeiro em Banco de investimento e em várias empresas de grande porte dos setores imobiliário, têxtil, de bebidas e de telecomunicações. Acumula relevante experiência como consultor em reestruturação. Atuou desde janeiro de 2015 até abril de 2017 como consultor financeiro da Companhia, apoiando na formulação da estratégia de reestruturação do passivo e na construção de seu plano de recuperação. Entre o período de Abril de 2017 à Dezembro de 2021, ocupou o cargo de Diretor Presidente e de Relações com Investidores na Lupatech S.A. Ocupou o cargo de Diretor Presidente até 21/03/2022. Conforme RCA 004/2022, em 22/03/2022 ocorreu a recondução ao cargo anteriormente ocupado por ele, de Diretor de Relações com Investidores. Atualmente o Sr. Rafael Gorenstein ocupa o cargo de Diretor Presidente e de Relações com Investidores.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	27/04/2026	1 ano contando da presente data, até sua reeleição ou eleição de seu substituto.	Diretor Presidente / Diretor de Relações com Investidores		27/04/2026		27/04/2017
Conselho de Administração	30/04/2025	2 anos, contados da presente data, até a aprovação das contas do exercício social findo em 31/12/2026	Conselho de Administração (Efetivo)		30/04/2025	Não	26/06/2016

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome RICARDO FELIPE FRANCA DE LUCA **CPF:** 078.393.697-40 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 11/02/1976

Experiência Profissional: Engenheiro Civil pela PUC-RJ, com pós-graduação em Engenharia de Óleo e Gás pelo Instituto Brasileiro de Petróleo e MBA em Administração pela Fundação Getúlio Vargas. Possui experiência internacional como expatriado na Europa. Ao longo de sua trajetória profissional, atuou como Diretor de Negócios no Porto do Açu – PRUMO LOGISTICS, liderando o desenvolvimento de negócios em energia e renováveis. Foi também Diretor Geral da Ocean Rig no Brasil, sendo responsável pela divisão brasileira da empresa. Anteriormente, desempenhou a função de Gerente Comercial de O&G na Lupatech S.A. e teve passagem pelo setor bancário.

Atualmente, exerce o cargo de Diretor Nacional na Corio Generation, desenvolvedora global de energia eólica offshore.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	01/07/2026	até a próxima AGO da Companhia	C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas		01/07/2026	Não	02/06/2026

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome SIMONE ANHAIA MELO **CPF:** 449.983.170-91 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Bióloga **Data de Nascimento:** 04/11/1965

Experiência Profissional: Graduada em Biologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1988, pós-graduada em Ecologia e Recursos Naturais pela Universidade Federal de São Carlos e cursos nível doutorado pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro, tais como Direito Ambiental e Política Ambiental. Realizou, ainda, Curso de Regulação (PRO-REG) pela London School of Economics em 2010 e Curso de Análise de Impacto Regulatório OCDe (PRO-REG/Programa de Treinamento Banco Mundial) em 2013. Exerceu ainda os seguintes cargos (i) Gerente e Pesquisadora no Laboratório de Gestão Ambiental da Embrapa entre 1995 e 2002; (ii) Gerente Ambiental da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), entre 2002 e 2007; (iii) Assessora Sênior da ANP entre 2007 e 2013. Atualmente, atua como consultora no setor de Óleo, Gás e Biocombustíveis.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2025	2 anos, contados da presente data até a aprovação das contas do exercício social findo em 31/12/2026	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		30/04/2025	Não	07/12/2016

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome TEODORA SOL
CONSTANTINO BARONE

CPF: 366.447.318-30

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Administradora de Empresas

Data de Nascimento: 06/11/1986

Experiência Profissional:

Graduação em Administração de Empresas pela Fundação Getulio Vargas.
Executiva com trajetória consolidada em mercado de capitais, investment banking, M&A, reestruturações e governança de companhias abertas, com mais de 15 anos de experiência assessorando acionistas, conselhos de administração e times executivos em transações estratégicas de alta complexidade no Brasil e no exterior.
Fundadora da Asimi Advisors, assessoria independente voltada a apoiar companhias, acionistas e executivos na preparação, execução e implementação de transações estratégicas. Foi Head de Equity Capital Markets Brasil no UBS BB, onde liderou a originação, estruturação e execução de transações de renda variável e instrumentos equity-linked para emissores brasileiros, no Brasil e no exterior. Ao longo da carreira, atuou em instituições financeiras de primeira linha, incluindo UBS BB, Credit Suisse, Itaú BBA e GP Investimentos, acumulando experiência em mais de 150 transações de ECM, reestruturação e mais de 45 transações de M&A. Participou de operações emblemáticas envolvendo companhias abertas, privatizações, IPOs, follow-ons, block trades, conversíveis, aumentos de capital privados, PIPEs, joint ventures, aquisições e alienações estratégicas. Tem experiência prévia como membro do Conselho de Administração da Estácio Participações S.A., atual YDUQS, atuando como interface entre acionista relevante e companhia investida.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	01/07/2026	2 anos, contados da presente data até a aprovação das contas do exercício social findo em 31/12/2026	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		01/07/2026	Não	01/07/2026

Nome WANDERLEY OTTONI

CPF: 055.918.838-26

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Administrador de Empresas e Contador

Data de Nascimento: 16/12/1960

Experiência Profissional:

Graduação em Administração de Empresas na Fundação Getúlio Vargas e Graduação de Ciências Contábeis na Universidade Laureatte.
Forte Liderança e resultados em empresas que necessitam de Change Management, em Dificuldades Financeiras ou em fase de Start-up.
Diretor Associado na Vista Consultants, atuando no Diagnóstico e Melhorias à empresas buscando upgrade em suas operações. Consultor Independente, projetos no Estado de São Paulo nos segmentos de Reciclagem, Engenharia, Calderaria, Bens de Consumo entre outros na Reter Consultoria.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	01/07/2026	até a próxima AGO da Companhia	C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas		01/07/2026	Não	02/06/2026

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome	WILLIAN DE MELLO MAGALHÃES JÚNIOR	CPF:	216.311.438-40	Passaporte:		Nacionalidade:	Brasil	Profis são:	Administrador de Empresas	Data de Nascimento:	17/04/1981
------	-----------------------------------	------	----------------	-------------	--	----------------	--------	-------------	---------------------------	---------------------	------------

Experiência Profissional: Diretor de Governança Corporativa do Grupo EBX, membro do Conselho de Administração da Paranapanema S.A., membro do comitê de Auditoria e Coordenador do Comitê de Gestão de Pessoas e Sustentabilidade da Paranapanema S.A., membro do Conselho de Administração da Azevedo e Travassos S.A.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	01/07/2026	até a próxima AGO da Companhia	Pres. C.F.Eleito p/Minor.Ordinaristas		01/07/2026	Não	02/06/2026

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

7.4 Composição dos comitês

Nome:ANTONIO AMARAL VILAS BOAS NETO

CPF:355.468.858-40

Passaporte:

Nacionalidade:Brasil

Profissão:Empreendedor e executivo

Data de Nascimento:13/11/1987

Experiência Profissional:

Empreendedor e executivo com mais de 15 anos de experiência na fundação, escalonamento e liderança de negócios em setores de alta complexidade, incluindo tecnologia (ERP), logística internacional e comércio de bens regulados. Demonstro um histórico comprovado na estruturação de operações internacionais, ativa liderança em processos de licitação pública e na negociação de contratos entre empresas estrangeiras e entidades governamentais. Sou um profissional com forte visão estratégica, habilidade em terceirização e desenvolvimento de fornecedores globais, profundo conhecimento em processos de negócio e uma capacidade demonstrada de transformar desafios regulatórios e litígios complexos em vantagens competitivas.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Outros	27/04/2026	Até a aprovação das contas da Companhia do exercício social findo em 31 de dezembro de 2026	Comitê de Planejamento Estratégico e Desenvolvimento de Negócios	Membro do Comitê	27/04/2026	27/04/2026

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

N/A

Nome: CARLOS MARIO CALAD SERRANO

CPF: 060.144.487-64

Passaporte:

Nacionalidade: Colômbia

Profissão: Engenheiro

Data de Nascimento: 05/09/1959

Experiência Profissional:

Engenheiro elétrico pela Universidade de Los Andes, em Bogotá, possui cursos de Coaching Certification e Creating Breakthrough Strategies pela Universidade de Columbia, Gestão Estratégica de Marketing, na Universidade de Stanford e Harvard. Foi executivo sênior da Archer, empresa internacional da Indústria Serviços de Petróleo e Gás e ocupou posições de gestão em empresas internacionais e nacionais de petróleo na América Latina, Espanha e Ásia.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	27/04/2026	27/04/2027			23/05/2025	26/10/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

N/A

Nome: PAULO PINESE **CPF:** 921.449.938-15 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador de Empresas e Contador **Data de Nascimento:** 26/02/1957

Experiência Profissional: Administrador de Empresas pela Escola Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas - São Paulo e Contador graduado pela -PUC-Campinas. Auditor Externo, e Consultor Contábil e Tributário, por 42 anos. Durante sua carreira profissional foi Sócio Auditor e Consultor, das renomadas empresas Arthur Andersen Worldwide Organization, desde 1989, até 2002 e Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes S.C., entre Junho de 2002 e Maio de 2019, quando se retirou, por aposentadoria compulsória. Desde 2019 é Membro e Presidente do Audit Committee da FEAC e Membro do Conselho Consultivo da Unimetal Industria Ltda. Também é Perito Contador, desde 2019, atuando como Assistente Técnico indicado por escritórios de advocacia.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Outros	27/04/2026	27/04/2027		Coordenador do Comitê de Auditoria	23/05/2025	26/10/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

N/A

Nome: RAFAEL GORENSTEIN **CPF:** 109.628.718-85 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 28/11/1970

Experiência Profissional: Graduação em Engenharia Mecânica Aeronáutica pelo ITA, Mestrado em Engenharia Elétrica/Pesquisa Operacional pela PUC-RJ e MBA pelo Imperial College, Londres. Atuou como executivo financeiro em Banco de investimento e em várias empresas de grande porte dos setores imobiliário, têxtil, de bebidas e de telecomunicações. Acumula relevante experiência como consultor em reestruturação. Atuou desde janeiro de 2015 até abril de 2017 como consultor financeiro da Companhia, apoiando na formulação da estratégia de reestruturação do passivo e na construção de seu plano de recuperação. Entre o período de Abril de 2017 à Dezembro de 2021, ocupou o cargo de Diretor Presidente e de Relações com Investidores na Lupatech S.A. Ocupou o cargo de Diretor Presidente até 21/03/2022. Conforme RCA 004/2022, em 22/03/2022 ocorreu a recondução ao cargo anteriormente ocupado por ele, de Diretor de Relações com Investidores. Atualmente o Sr. Rafael Gorenstein ocupa o cargo de Diretor Presidente e de Relações com Investidores.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Coordenador)	27/04/2026	Até a aprovação das contas da Companhia do exercício social findo em 31 de dezembro de 2026	Comitê de Planejamento Estratégico e Desenvolvimento de Negócios		27/04/2026	27/04/2026

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

N/A

Nome:

RICARDO FELIPE FRANCA DE LUCA

CPF:

078.393.697-40

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profissão:

Engenheiro

Data de Nascimento:

11/02/1976

Experiência Profissional:

Engenheiro Civil pela PUC-RJ, com pós-graduação em Engenharia de Óleo e Gás pelo Instituto Brasileiro de Petróleo e MBA em Administração pela Fundação Getúlio Vargas. Possui experiência internacional como expatriado na Europa. Ao longo de sua trajetória profissional, atuou como Diretor de Negócios no Porto do Açu – PRUMO LOGISTICS, liderando o desenvolvimento de negócios em energia e renováveis. Foi também Diretor Geral da Ocean Rig no Brasil, sendo responsável pela divisão brasileira da empresa. Anteriormente, desempenhou a função de Gerente Comercial de O&G na Lupatech S.A. e teve passagem pelo setor bancário.

Atualmente, exerce o cargo de Diretor Nacional na Corio Generation, desenvolvedora global de energia eólica offshore.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	27/04/2026	Até a Comitê de Planejamento Estratégico e Desenvolvimento de Negócios	Comitê de Planejamento Estratégico e Desenvolvimento de Negócios		27/04/2026	27/04/2026

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

N/A

Nome: SIMONE ANHAIA MELO

CPF: 449.983.170-91

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profissão: Bióloga

Data de Nascimento: 04/11/1965

Experiência Profissional:

Graduada em Biologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1988, pós-graduada em Ecologia e Recursos Naturais pela Universidade Federal de São Carlos e cursos nível doutorado pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro, tais como Direito Ambiental e Política Ambiental. Realizou, ainda, Curso de Regulação (PRO-REG) pela London School of Economics em 2010 e Curso de Análise de Impacto Regulatório OCDe (PRO-REG/Programa de Treinamento Banco Mundial) em 2013. Exerceu ainda os seguintes cargos (i) Gerente e Pesquisadora no Laboratório de Gestão Ambiental da Embrapa entre 1995 e 2002; (ii) Gerente Ambiental da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), entre 2002 e 2007; (iii) Assessora Sênior da ANP entre 2007 e 2013. Atualmente, atua como consultora no setor de Óleo, Gás e Biocombustíveis.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	27/04/2026	27/04/2027			27/04/2026	09/01/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

N/A

7.5 Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há relação conjugal, união estável ou parentesco relacionados a administradores, controladas e controladores da Companhia.

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há relações de subordinação, apenas prestação de serviço do Sr. João Marcos Cavichioli Feiteiro que presta serviços advocatícios à Companhia por meio do Feiteiro & Araujo Advogados, do qual é sócio.

7.7 Acordos/seguros de administradores

7.7. Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções

A Companhia reembolsa despesas com locomoção, acomodação, alimentação e/ou outras relacionadas ao comparecimento em reuniões, mediante recebimento de comprovação do referido gasto.

7.8 Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes foram citadas nos itens anteriores.

8.1 Política ou prática de remuneração

8.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

- a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

Nossas práticas de remuneração objetivam atrair e reter profissionais de alta performance com as competências e valores requeridos pela Lupatech, e motivá-los para o atingimento de resultados e criação de valor para os acionistas. Desta forma, os programas buscam reconhecer e recompensar os desempenhos individuais relacionados aos resultados, em níveis competitivos aos de mercado.

A filosofia de remuneração é baseada nas seguintes premissas:

- Interesses dos acionistas na criação de valor sustentável e de longo prazo;
- Metas e estratégias dos negócios;
- Melhores práticas de mercado;
- Nossa visão, missão e valores.

A política de remuneração é estruturada para atrair e reter executivos capacitados, com experiência e conhecimento compatíveis com as responsabilidades de seus cargos e com o contexto da Companhia, incentivando a geração de resultados e a criação de valor sustentável no longo prazo.

As práticas retributivas observam os princípios do Código de Conduta e do Programa de Integridade da Lupatech, respeitando a diversidade e vedando qualquer tipo de discriminação.

A Política de Remuneração da Companhia foi aprovada pelo seu Conselho de Administração em reunião datada de 26 de outubro de 2022 e pode ser consultada no seguinte endereço eletrônico: <https://ri.lupatech.com.br/pt/politicas-e-regimentos-internos>.

- b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:
 - i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam
 - ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos
 - iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O montante de remuneração global do conselho de administração e da diretoria são submetidos a aprovação da Assembleia geral, conforme definido no estatuto Social da Lupatech. A periodicidade de revisão da política ocorre, no mínimo, anualmente, ou, extraordinariamente, a qualquer tempo.

Compete ao Conselho de Administração fixar a remuneração individual dos administradores, respeitados os limites dos valores globais anuais aprovados pela Assembleia Geral.

Conforme a Política de Remuneração da Lupatech, as práticas retributivas devem observar padrões compatíveis com as responsabilidades de cada cargo, reconhecendo diferentes níveis de contribuição e de capacidade de impacto nos resultados da Companhia.

8.1 Política ou prática de remuneração

Adicionalmente, a definição da remuneração deve ser é balizada por referências de mercado, obtidas por meio de pesquisas especializadas de remuneração, que consideram critérios como porte, setor de atuação e complexidade operacional de empresas comparáveis, bem como pela observância da legislação e das melhores práticas de governança corporativa.

c. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

Remuneração da Diretoria

A remuneração global da Diretoria Estatutária poderá ser constituída pelos seguintes componentes: (i) remuneração fixa e benefícios; (ii) remuneração variável; (iii) incentivos de longo prazo.

- Remuneração Fixa e benefícios: Composta por honorários (pró-labore) e benefícios. Tem como objetivo a compensação direta pelos serviços prestados, em linha com as práticas de mercado. Poderá ser revista por reconhecimento meritocrático, por ajustes de responsabilidades do cargo, a critério do Conselho de Administração, de forma a assegurar a competitividade da remuneração. Além da remuneração, os membros da Diretoria fazem jus a um pacote de benefícios, compatível com suas funções, respeitados parâmetros de mercado e regiões de atuação, os itens comumente abrangidos incluem: plano de saúde, vale refeição, seguro de vida, entre outros.
- Remuneração variável: composta pela remuneração variável anual, podendo ser paga na forma de pró-labores adicionais, premiações, gratificações ou PLR. Tem como objetivo remunerar o executivo conforme o desempenho alcançado frente aos desafios estabelecidos. O propósito é direcionar as ações dos Administradores ao cumprimento dos objetivos estratégicos, visando atender aos interesses dos acionistas e demais stakeholders da Companhia. Deverá ser revisada anualmente, de modo a refletir mudanças na estratégia e planejamento de resultados da Companhia. Este tipo de remuneração é de natureza extraordinária e variável, existindo sempre a possibilidade que nenhum montante seja recebido se os requisitos para o seu recebimento não forem preenchidos. Os Diretores podem ser elegíveis ao recebimento de remuneração em contrapartida ao atingimento de objetivos conforme critérios aprovados pelo Conselho de Administração.
- Incentivos de longo prazo e outros: A Companhia faz uso de dois mecanismos para incentivo de longo prazo de seus executivos chave: (i) programas de remuneração plurianuais vinculados ao atingimento de objetivos estratégicos, e (ii) planos de outorgas de opção e compra de ações. A critério do Conselho de Administração e respeitados os limites definidos pela Assembleia Geral podem ocasionalmente ser adotadas mecânicas de mercado como bônus de contratação, de retenção, ou “páraquedas”, em caso de rescisão.

Por meio da implementação de planos de outorga de opções de compra ações, a Companhia visa gerar incentivos de longo prazo, bem como, alinhar os seus interesses e os interesses dos Diretores. Neste componente, o Diretor pode adquirir ações usando recursos próprios, desde que observadas as condições do programa.

Qualquer incentivo baseado em ações dependerá sempre de aprovação em Assembleia Geral, seja ela em Plano de Ações, Plano de Opções ou outro mecanismo, cabendo ao Conselho de Administração adotar as modalidades que melhor convierem ao contexto da Companhia, respeitando-se as premissas para outorga e os respectivos beneficiários. Adicionalmente, as concessões deverão observar a disponibilidade de recursos financeiros da Companhia e a adequação dos percentuais acionários das ações em circulação ao limite estabelecido nas normas aplicáveis.

8.1 Política ou prática de remuneração

Os planos de incentivo de longo prazo envolvendo a aquisição de ações que vierem a ser estabelecidos pela Companhia terão seus regramentos definidos em documentos específicos, a serem submetidos à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral.

Os Diretores Estatutários e os Conselheiros da Companhia podem fazer jus à participação em programas de incentivo à aquisição de ações, tais como, mas não se limitando à outorga de opções, desde que sejam elegíveis como beneficiários no âmbito de planos de outorga aprovados pela Assembleia Geral e recebam a respectiva outorga na forma estipulada pelo respectivo plano.

Dispositivos de Remuneração Vigentes

Na data de divulgação desse formulário encontram-se vigentes a seguintes modalidades de remuneração:

Conselho de administração: Remuneração fixa

Diretoria Estatutária: Remuneração fixa, remuneração variável na forma de pró-labores adicionais pelo atingimento de objetivos, Plano de Incentivo de Longo Prazo (PILP) do Diretor Presidente, Contrato de Retenção do Diretor de Operações.

O PILP do Diretor Presidente foi aprovado na AGOE de 2020 com validade inicial de 5 (cinco) anos e consistiu na outorga de premiação de até 60 (sessenta) pró-labores base do Diretor Presidente, e estará vinculada à performance conforme objetivos e prazos a serem definidos pelo Conselho de Administração. Na AGOE 30/04/2025 foi aprovada a prorrogação do Plano de Incentivo de Longo Prazo do Diretor Presidente por 24 (vinte e quatro) meses, durante os quais poderão ser concedidos até 24 (vinte e quatro) pró-labores remanescentes do programa originalmente proposto. Destes remanescem por concluir objetivos correspondentes a 12 (doze) pró-labores.

O contrato de retenção do Diretor de Operações contempla sua permanência até 31.12.2026, sendo que remanesce a obrigação da Companhia ao crédito de 06 pró-labores.

Remuneração do Conselho de Administração

Compete ao Conselho de Administração atribuir os honorários de cada um de seus membros, bem como estabelecer as diretrizes referentes aos critérios de remuneração, desde que respeitados os limites previamente estabelecidos em Assembleia Geral. A remuneração dos membros do Conselho de Administração será composta pelos seguintes elementos:

Remuneração Fixa: É composta pelo pró-labore mensal fixo que deverá ser equivalente para todos os membros, observada a possibilidade de remuneração adicional de outras responsabilidades específicas tais quais as participações em comitês, também sendo admitida uma remuneração fixa superior para o Presidente do Conselho de Administração.

Os Conselheiros não fazem jus a remuneração variável e ao pacote de benefícios em razão do exercício de seus respectivos cargos. Os Conselheiros poderão renunciar a sua remuneração mediante comunicação ao Conselho de Administração. A Companhia reembolsa despesas com locomoção, acomodação, alimentação e/ou outras relacionadas ao comparecimento em reuniões, mediante recebimento de comprovação do referido gasto.

Os Diretores Estatutários e os Conselheiros da Companhia podem fazer jus à participação em programas de incentivo à aquisição de ações, tais como, mas não se limitando à outorga de opções, desde que sejam elegíveis como beneficiários no âmbito de planos de outorga aprovados pela Assembleia Geral e recebam a respectiva outorga na forma estipulada pelo respectivo plano.

8.1 Política ou prática de remuneração

- Seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor

A Política de Remuneração da Companhia visa assegurar que a estrutura seja compatível com as responsabilidades, complexidade e riscos inerentes aos cargos, diferencie o desempenho permitindo o reconhecimento e a valorização da performance individual, a fim de atrair e reter os melhores profissionais alinhados com as estratégias de negócios da Companhia e aos interesses de curto, médio e longo prazo.

- Sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais

2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração Fixa (b)	71%	42,72%	-
Remuneração Variável (c)	-	36,23%	-
Remuneração baseada em ações (d)	29%	17,08%	-
Benefícios Diretos e Indiretos	-	3,97%	-
Total	100%	100%	-

2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração Fixa (b)	95%	60,99%	-
Remuneração Variável (c)	-	25,01%	-
Remuneração baseada em ações (d)	5%	8,13%	-
Benefícios Diretos e Indiretos	-	5,87%	-
Total	100%	100%	-

2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração Fixa (b)	100%	43,59%	-
Remuneração Variável (c)	-	51,97%	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-
Benefícios Diretos e Indiretos	-	4,44%	-
Total	100%	100%	-

Nota:

- (a) – Considerado os valores anuais para a Diretoria.
- (b) – Remuneração fixa, incluindo encargos sociais.
- (c) – Remuneração variável é condicionada a retenção da Administração e ao atingimento de certos patamares de rentabilidade para que sejam pagos aos Diretores Estatutários.
- (d) – a Companhia não pratica remuneração baseada em ações.

8.1 Política ou prática de remuneração

Incentivos de Longo Prazo Baseados em Ações

Os Diretores Estatutários, conselheiros, bem como outros colaboradores da Companhia, são elegíveis ao Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações. Tais planos facultam ao beneficiário o direito, mas não a obrigação, de adquirir ações da Companhia, em emissão primária ou advinda de tesouraria, com recursos próprios, em preço e prazos estabelecidos em contratos firmados individualmente. Trata-se de uma transação mercantil entre a Companhia e os beneficiários, que não importa em remuneração, pois a aquisição das ações deve dar-se, repisa-se, com recursos próprios dos beneficiários. Ao adquirir as ações, os beneficiários arcam com o risco de sua titularidade, podendo ganhar ou perder no momento do desinvestimento.

O colaborador beneficiário se sujeita às regras do Plano de Outorga e a outros regulamentos da empresa e da CVM, que ocasionalmente limitam a livre disposição venda das ações, razão que, entre outras, fundamenta a outorga da opção compra a valores ligeiramente inferiores aos do mercado. Conquanto a outorga de opções não importe em remuneração, com fins de atender os requisitos de divulgação da CVM sobre “Remuneração Baseada em Ações”, computa-se “proforma” o valor nocional da diferença entre o preço de mercado das ações objeto das opções outorgadas e o preço de exercício, no momento da outorga. Tal cifra é comparada em proporção da remuneração total do beneficiário:

Proporção entre o incentivo das opções outorgadas e a remuneração total

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
2023	29%	17%	-
2024	5%	8%	-
2025	N/A	N/A	N/A

- sua metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Os níveis de remuneração são balizados por referências de mercado obtidas por meio de informações públicas, referências externas disponíveis e análises comparativas consideradas adequadas pela Companhia. Para fins de avaliação, podem ser observadas empresas com características semelhantes às da Companhia, considerando aspectos como porte e complexidade operacional, setor de atuação, estrutura organizacional, responsabilidades atribuídas aos cargos e práticas de remuneração compatíveis com a Política de Remuneração da Companhia.

A Remuneração Fixa, ou honorários fixos, levam em conta os valores praticados no mercado, obtidos de pesquisas salariais ou referências externas públicas, seguem os contratos firmados com os executivos no momento da contratação, podendo ser reajustados ou renegociados conforme mercado, desempenho individual e outros fatores, tais como potencial do executivo, habilidades específicas, experiência na função e riscos de retenção.

Os benefícios oferecidos seguem as práticas de mercado. Aos diretores são concedidos os seguintes benefícios: Plano de saúde e Seguro de vida.

A Remuneração Variável concedida aos diretores estatutários se vincula ao desempenho superior, bem como pelo atingimento de objetivos balizados por indicadores de desempenho financeiro e operacional, liquidez, geração de caixa ou vinculados ao processo de reestruturação do grupo. A Companhia está obrigada a esta forma de remuneração conforme disposições contratuais ajustadas com cada executivo sendo os objetivos anualmente fixados pelo Conselho de Administração

- principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

8.1 Política ou prática de remuneração

O conjunto de elementos da remuneração busca reconhecer os resultados obtidos e desempenhos individuais, em níveis competitivos com os de mercado.

A remuneração variável da Diretoria é baseada em metas e estratégias do negócio e de reestruturação, visando a criação de valor sustentável e de longo prazo.

Os principais indicadores financeiros usados na remuneração variável anual são baseados na Receita Líquida, em EBITDA – *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização), na obtenção de recursos financeiros para o soerguimento da companhia, em objetivos voltados à reestruturação da empresa, entre outros

ii. razões que justificam a composição da remuneração

O posicionamento desejado da competitividade da remuneração total está descrito na Política de Remuneração. Os objetivos desta composição são:

- Competitividade com a prática de mercado, que permite atrair e reter os profissionais com as qualificações requeridas;
- Gestão do processo crítico do Plano de reestruturação do capital e da dívida;
- Retenção de executivos para a gestão do processo de reestruturação da empresa em um momento crítico do segmento de óleo e gás;
- Condicionar uma parcela da remuneração ao desempenho da empresa;
- Gerar um equilíbrio entre as diferentes parcelas da remuneração, que incentive a busca de resultados de curto, médio e longo prazo, dentro de níveis de risco moderados;
- Balancear a remuneração variável de curto e longo prazo, visando à geração de resultados anuais sustentáveis e que resultem na criação de valor para os acionistas.

iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não se aplica

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Os membros do Conselho de Administração não recebem remuneração suportada por empresas subsidiárias ou controladas. A Diretoria pode receber parte da remuneração prevista através de subsidiárias, visando equilibrar o dispêndio em proporção do tempo e atenção empenhados nas atividades do grupo.

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Se aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, os membros da Diretoria podem ser eventualmente incentivados na forma de remuneração ou outros instrumentos de incentivo por eventos societários que envolvam a capitalização da companhia, com ou sem alteração de controle societário.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2026 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	3,00		8,00
Nº de membros remunerados	5,00	3,00		8,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.402.500,00	2.976.354,00		4.378.854,00
Benefícios direto e indireto	0,00	383.616,00		383.616,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	280.500,00	535.270,00		815.770,00
Descrição de outras remunerações fixas	INSS parte empresa	INSS parte empresa		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	2.313.177,00		2.313.177,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	370.108,00		370.108,00
Descrição de outras remunerações variáveis		INSS parte empresa		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	Baseada em ações (incluindo opções): Em que pese a nomenclatura "Remuneração Baseada em Ações" disposta pela CVM, os planos de outorga de opções de compra de ações praticados pela companhia não contemplam a remuneração com ações, mas sim uma transação mercantil entre a Companhia e os profissionais elegíveis para que adquiriram ações da Companhia, com seus próprios recursos ou créditos de remuneração, na forma como pactuada, correndo os riscos e benefícios de sua propriedade.	Bônus: Incluídas todas as espécies de remuneração variável vigentes. [+1.650.000] - Os valores correspondentes Plano de Incentivo do Diretor Presidente da Companhia já foram aprovados na AGOE de 30/04/2025 pelo prazo de 24 meses e subsequentemente contratados – e assim não compõe os totais submetidos à AGOE de 2026. Baseada em ações (incluindo opções): Em que pese a nomenclatura "Remuneração Baseada em Ações" disposta pela CVM, os planos de outorga de opções de compra de ações praticados pela companhia não contemplam a remuneração com ações, mas sim uma transação mercantil entre a Companhia e os profissionais elegíveis para que adquiriram ações da Companhia, com seus próprios recursos ou créditos de remuneração, na forma como pactuada, correndo os riscos e benefícios de sua propriedade.		
Total da remuneração	1.683.000,00	6.578.525,00		8.261.525,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2025 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,67	2,00		6,67
Nº de membros remunerados	4,67	2,00		6,67
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.243.000,00	2.206.452,00		3.449.452,00
Benefícios direto e indireto	0,00	240.586,00		240.586,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	85.993,00	153.848,00		239.841,00
Descrição de outras remunerações fixas	INSS parte empresa	INSS parte empresa		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	2.425.677,00		2.425.677,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	388.108,00		388.108,00
Descrição de outras remunerações variáveis		INSS parte empresa		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	Baseada em ações (incluindo opções): Em que pese a nomenclatura “Remuneração Baseada em Ações” disposta pela CVM, os planos de outorga de opções de compra de ações praticados pela companhia não contemplam a remuneração com ações, mas sim uma transação mercantil entre a Companhia e os profissionais elegíveis para que adquiriram ações da Companhia, com seus próprios recursos ou créditos de remuneração, na forma como pactuada, correndo os riscos e benefícios de sua propriedade.	Bônus: O saldo compreende todas as espécies de remuneração variável creditadas (vide item 8.3). Baseada em ações (incluindo opções) Em que pese a nomenclatura “Remuneração Baseada em Ações” disposta pela CVM, os planos de outorga de opções de compra de ações praticados pela companhia não contemplam a remuneração com ações, mas sim uma transação mercantil entre a Companhia e os profissionais elegíveis para que adquiriram ações da Companhia, com seus próprios recursos ou créditos de remuneração, na forma como pactuada, correndo os riscos e benefícios de sua propriedade.		
Total da remuneração	1.328.993,00	5.414.671,00		6.743.664,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2024 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,92	2,00		6,92
Nº de membros remunerados	4,92	2,00		6,92
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.105.500,00	2.157.972,00		3.263.472,00
Benefícios direto e indireto	0,00	218.035,00		218.035,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	35.290,00	104.135,00		139.425,00
Descrição de outras remunerações fixas	INSS parte empresa	INSS parte empresa		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	799.662,00		799.662,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	127.945,00		127.945,00
Descrição de outras remunerações variáveis		INSS parte empresa		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	Baseada em ações (incluindo opções): Em que pese a nomenclatura "Remuneração Baseada em Ações" disposta pela CVM, os planos de outorga de opções de compra de ações praticados pela companhia não contemplam a remuneração com ações, mas sim uma transação mercantil entre a Companhia e os profissionais elegíveis para que adquiriram ações da Companhia, com seus próprios recursos ou créditos de remuneração, na forma como pactuada, correndo os riscos e benefícios de sua propriedade.	Bônus: O saldo compreende todas as espécies de remuneração variável creditadas (vide item 8.3). Baseada em ações (incluindo opções): Em que pese a nomenclatura "Remuneração Baseada em Ações" disposta pela CVM, os planos de outorga de opções de compra de ações praticados pela companhia não contemplam a remuneração com ações, mas sim uma transação mercantil entre a Companhia e os profissionais elegíveis para que adquiriram ações da Companhia, com seus próprios recursos ou créditos de remuneração, na forma como pactuada, correndo os riscos e benefícios de sua propriedade.		
Total da remuneração	1.140.790,00	3.407.749,00		4.548.539,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	2,17		7,17
Nº de membros remunerados	5,00	2,17		7,17
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.088.000,00	1.907.385,00		2.995.385,00
Benefícios direto e indireto	0,00	185.505,00		185.505,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	50.702,00	89.386,00		140.088,00
Descrição de outras remunerações fixas	INSS parte empresa	INSS parte empresa		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.459.662,00		1.459.662,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	233.542,00		233.542,00
Descrição de outras remunerações variáveis		INSS parte empresa		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	O número de membros foi calculado considerando a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, nos termos do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2014. Baseada em ações (incluindo opções): Em que pese a nomenclatura "Remuneração Baseada em Ações" disposta pela CVM, os planos de outorga de opções de compra de ações praticados pela companhia não contemplam a remuneração com ações, mas sim uma transação mercantil entre a Companhia e os profissionais elegíveis para que adquiriram ações da Companhia, com seus próprios recursos ou créditos de remuneração, na forma como pactuada, correndo os riscos e benefícios de sua propriedade. O número de membros foi calculado considerando a média anual do número de membros do órgão apurado mensalmente, nos termos do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2014. Bônus: O saldo compreende todas as espécies de remuneração variável creditadas (vide item 8.3). Baseada em ações (incluindo opções): Em que pese a nomenclatura "Remuneração Baseada em Ações" disposta pela CVM, os planos de outorga de opções de compra de ações praticados pela companhia não contemplam a remuneração com ações, mas sim uma transação mercantil entre a Companhia e os profissionais elegíveis para que adquiriram ações da Companhia, com seus próprios recursos ou créditos de remuneração, na forma como pactuada, correndo os riscos e benefícios de sua propriedade.			
Total da remuneração	1.138.702,00	3.875.480,00		5.014.182,00

8.3 Remuneração Variável

Exercício Social: 31/12/2026

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros		3,00		3,00
N° de membros remunerados		3,00		3,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		2683285,00		2.683.285,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		2683285,00		2.683.285,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		0,00		0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros		2,00		2,00
N° de membros remunerados		2,00		2,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		3031288,00		3.031.288,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		3031288,00		3.031.288,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		2813785,00		2.813.785,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros		2,00		2,00
N° de membros remunerados		2,00		2,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		2833364,00		2.833.364,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		2833364,00		2.833.364,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		927607,00		927.607,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros		2,17		2,17
N° de membros remunerados		2,17		2,17
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		2335080,00		2.335.080,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		2335080,00		2.335.080,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		1693207,00		1.693.207,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		0,00		0,00

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

8.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

a. termos e condições gerais

Em que pese o título da sessão, que segue as orientações impostas pela CVM, nem o Plano de Opções, nem o Plano de Incentivo de Longo Prazo contemplam a remuneração com ações, mas sim uma transação mercantil entre a Companhia e os profissionais elegíveis para que tais profissionais adquiram com seus próprios recursos ações da Companhia, na forma como pactuada, correndo os riscos e benefícios de sua propriedade.

Em 31 de dezembro de 2024 estavam vigentes (i) o Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações de 2017 ("Plano 2017"), sendo os termos e condições gerais aqueles constantes da minuta divulgada ao mercado em 16 de março de 2017 e aprovada na Assembleia Geral Extraordinária de 12 de abril de 2017; (ii) o Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações de 2020 ("Plano 2020"), sendo seus termos e condições gerais aqueles constantes da minuta aprovada no âmbito da Assembleia Geral e Extraordinária realizada em 18 de agosto de 2020; (iii) o Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações de 2023 ("Plano 2023"), sendo os termos e condições gerais aqueles constantes da minuta divulgada ao mercado em 29 de março de 2023 e aprovada na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 18 de maio de 2023; e, (iv) o Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações de 2024 ("Plano 2024"), sendo os termos e condições gerais aqueles constantes da minuta divulgada ao mercado em 28 de março de 2024 e aprovada na Assembleia Geral Extraordinária de 16 de maio 2024.

Cumprir mencionar que os Planos 2017, 2020 e 2023 apesar de vigentes, já tiveram a integralidade das suas opções outorgadas, faltando tão somente o seu exercício pelos beneficiários e/ou o decorrer do prazo de exercício para o seu encerramento (ressalvado eventual cancelamento de opções emitidas e nova outorga de tais opções).

b. data de aprovação e órgão responsável

Plano 2017: aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 03 de abril de 2017.

Plano 2020: aprovado no âmbito da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 18 de agosto de 2020 e rerratificado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ocorrida em 19 de maio de 2022.

Plano 2023: aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 18 de maio de 2023.

Plano 2024: aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 16 de maio de 2024.

c. número máximo de ações abrangidas

Plano 2017:

O número máximo de ações que poderão ser emitidas nos termos deste Plano 2017 não excederá 10% (dez por cento) da quantidade total de ações representativas do capital social da Companhia vigente no momento das respectivas emissões, incluídas neste cálculo as próprias ações emitidas em decorrência do exercício das Opções objeto deste Plano.

Em 25 de junho de 2020, foram outorgadas as últimas opções disponíveis no âmbito do Plano 2017. Dessa forma, o Plano de 2017 permanece vigente até 24 de junho de 2027 para o exercício das opções. Parte das outorgas tem o seu exercício condicionado à subscrição de capital por meio de outros instrumentos emitidos pela Companhia.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Em 30 de abril de 2021, as opções outorgadas no âmbito do Plano 2017 que têm o seu exercício condicionado à subscrição de capital por meio de outros instrumentos emitidos pela Companhia foi ajustada para refletir o potencial aumento de capital por meio dos Eventos Societários, os quais suscitarão o aperfeiçoamento das condições suspensivas das opções outorgadas no âmbito do Plano 2017, passando a ser exercíveis até 723.983 (setecentas e vinte e três mil, novecentas e oitenta e três) ações, todas ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, representativas de 10% (dez por cento) dos Eventos Societários não aperfeiçoados, incluindo as próprias ações relativas ao exercício das opções, conforme artigo 11 do Plano 2017.

Plano 2020:

O número máximo de ações que poderão ser emitidas nos termos deste Plano 2020 não excederá 2.550.000 (dois milhões) de ações, todas ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A quantidade máxima de ações que poderá ser emitida nos termos do Plano 2020 deverá ser ajustada em razão de grupamento, desdobramento ou bonificação em ação da base acionária.

Plano 2023:

O número máximo de ações que poderão ser emitidas nos termos deste Plano 2023 não excederá 3.140.000 (três milhões e cento e quarenta mil) de ações, todas ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A quantidade máxima de ações que poderá ser emitida nos termos do Plano 2023 deverá ser ajustada em razão de grupamento, desdobramento ou bonificação em ação da base acionária.

Plano 2024:

O número máximo de ações que poderão ser emitidas nos termos deste Plano 2024 não excederá 2.000.000 (dois milhões) de ações, todas ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A quantidade máxima de ações que poderá ser emitida nos termos do Plano 2024 deverá ser ajustada em razão de grupamento, desdobramento ou bonificação em ação da base acionária.

d. número máximo de opções a serem outorgadas

Vide item “c” acima. O número máximo de opções não excederá o correspondente ao número de ações estabelecidas nos Planos.

e. condições de aquisição de ações

Podem participar do Plano de Opção os executivos, membros do conselho de administração, empregados chave e prestadores de serviço estratégicos para a Companhia e de suas sociedades controladas.

f. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço básico para o exercício das opções e pagamento da subscrição ou aquisição de ações pelos beneficiários do Plano será determinado pelo Conselho de Administração, respeitados os parâmetros legais e os seguintes critérios:

Para o Plano 2017, o preço não poderá ser nunca inferior a 80% (oitenta por cento) do (i) preço médio ponderado das ações registrado no período de até 180 (cento e oitenta) pregões da Bolsa de Valores de São

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Paulo (B3) anteriores à data em que a opção for concedida, ou (ii) preço da ação na hipótese de emissão de novas ações ordinárias da Companhia em uma oferta subsequente pública ou privada, ou (iii) preço para a conversão de dívida em ações estabelecido em instrumentos conversíveis emitidos subsequentemente pela Companhia.

Para o Plano 2020, o preço não poderá ser nunca inferior a 80% (oitenta por cento) (i) preço médio ponderado das ações registrado em um período compreendendo, no máximo, 90 (noventa) pregões da Bolsa de Valores de São Paulo (B3) anteriores à data em que a opção for concedida, ou (ii) preço da ação na hipótese de emissão de novas ações ordinárias da Companhia em uma oferta subsequente pública ou privada, ou (iii) preço para a conversão de dívida em ações estabelecido em instrumentos conversíveis emitidos subsequentemente pela Companhia.

Para o Plano 2023 o preço não poderá ser nunca inferior a 80% (oitenta por cento) (i) preço médio ponderado das ações registrado em um período compreendendo, no máximo, 90 (noventa) pregões e, no mínimo, 10 (dez) pregões da Bolsa de Valores de São Paulo (B3) anteriores à data em que a opção for concedida, ou (ii) preço da ação na hipótese de emissão de novas ações ordinárias da Companhia em uma oferta subsequente pública ou privada, ou (iii) preço para a conversão de dívida em ações estabelecido em instrumentos conversíveis emitidos subsequentemente pela Companhia.

Para o Plano 2024 o preço não poderá ser nunca inferior a 80% (oitenta por cento) (i) preço médio ponderado das ações registrado em um período compreendendo, no máximo, 90 (noventa) pregões e, no mínimo, 10 (dez) pregões da Bolsa de Valores de São Paulo (B3) anteriores à data em que a opção for concedida, ou (ii) preço da ação na hipótese de emissão de novas ações ordinárias da Companhia em uma oferta subsequente pública ou privada, ou (iii) preço para a conversão de dívida em ações estabelecido em instrumentos conversíveis emitidos subsequentemente pela Companhia.

g. critérios para fixação do prazo de exercício

O prazo de exercício das opções será determinado pelo Conselho de Administração, caso a caso, respeitados os parâmetros legais, na data da outorga da opção. Exceto se deliberado contrariamente pelo Conselho de Administração:

Plano 2017

- A obtenção do direito ao exercício da opção dar-se-á em parcelas constantes e anuais durante 5 (cinco) anos, ou seja, 20% (vinte por cento) ao final do primeiro ano e a partir daí 20% (vinte por cento) a cada aniversário, considerando que o Conselho de Administração pode autorizar o direito aos últimos 20% (vinte por cento) no momento da outorga; e
- O beneficiário deverá exercer sua opção em até 7 (sete) anos contados da data do contrato de opção.

Plano 2020

- As Opções outorgadas por meio do Plano 2020 terão prazo máximo de exercício de 60 (sessenta) meses contados da data do Contrato de Opção, estando o Conselho de Administração autorizado a fixar prazos inferiores, a sua discrição.
- A Opção poderá ser exercida sobre a totalidade ou sobre uma parte das ações durante o prazo de exercício da Opção a ser determinado pelo Conselho de Administração de acordo com as diretrizes do Plano 2020. O Conselho de Administração poderá, também, determinar outras condicionantes, além do prazo, para o exercício das Opções.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Plano 2023

- As Opções outorgadas por meio do Plano 2023 terão prazo máximo de exercício de 60 (sessenta) meses contados da data do Contrato de Opção, estando o Conselho de Administração autorizado a fixar prazos inferiores, a sua discricção.
- A Opção poderá ser exercida sobre a totalidade ou sobre uma parte das ações durante o prazo de exercício da Opção a ser determinado pelo Conselho de Administração de acordo com as diretrizes do Plano 2023. O Conselho de Administração poderá, também, determinar outras condicionantes, além do prazo, para o exercício das Opções.

Plano 2024

- As Opções outorgadas por meio do Plano 2024 terão prazo máximo de exercício de 60 (sessenta) meses contados da data do Contrato de Opção, estando o Conselho de Administração autorizado a fixar prazos inferiores, a sua discricção.
- As Opções outorgadas por meio do Plano 2024 terão prazo máximo de exercício de 60 (sessenta) meses contados da data do Contrato de Opção, estando o Conselho de Administração autorizado a fixar prazos inferiores, a sua discricção.

h. forma de liquidação

O preço das ações será pago pelos titulares da opção de compra nas condições determinadas pelo Conselho de Administração, em dinheiro ou com créditos de remuneração detidos contra a companhia, respeitada a integralização mínima prevista na Lei nº 6.404/76, na hipótese de o Conselho de Administração autorizar a integralização parcelada das ações.

i. restrições à transferência das ações

As Opções outorgadas nos termos dos Planos não poderão ser alienadas, transferidas ou oneradas, de maneira direta ou indireta, pelos Beneficiários, salvo se autorizado pelo Conselho de Administração.

j. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Os Planos poderão ser extintos, a qualquer tempo, por decisão da assembleia geral de acionistas da Companhia. O término da vigência dos Planos não afetará a eficácia das opções ainda em vigor outorgadas com base nele.

k. efeitos da saída do administrador dos nossos órgãos sobre seus direitos previstos no Plano de Opção

Nenhuma disposição dos Planos confere direitos aos beneficiários relativos à garantia de permanência como colaborador ou prestador de serviços ou de nossas subsidiárias ou interfere de qualquer modo os direitos da Companhia e de suas subsidiárias, sujeito às condições legais e àquelas do contrato de trabalho ou do contrato de prestação de serviços, conforme o caso, de rescindir a qualquer tempo o relacionamento com o beneficiário.

Na eventualidade do beneficiário retirar-se da nossa Companhia:

- a) por sua única e exclusiva vontade ou por iniciativa da Companhia, sem justa causa, caberá ao Conselho de Administração definir individualmente no Contrato de Opção as regras e disposições aplicáveis;

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

- b) por iniciativa da Companhia, com justa causa e/ou em decorrência de rescisão contratual motivada, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, todas as opções que lhe tenham sido concedidas, inclusive, a título de penalização, as que já estejam aptas para serem exercidas.

8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Em que pese o título da sessão, o Plano de Opções não contempla a remuneração com ações, mas sim uma transação mercantil entre a Companhia e os profissionais elegíveis para que os mesmos adquiriram com seus próprios recursos, ações da Companhia, na forma como pactuada, correndo os riscos e benefícios de sua propriedade.

8.6 Outorga de opções de compra de ações

8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Ano	Data da Outorga	Data Inicial de Exercício	Data Final de Exercício	Val.Justo Unitário	Quantidade de Outorga		Valor Justo Total na Data da Outorga	
					Conselho	Diretoria	Conselho	Diretoria
2023	09/06/2023	09/06/2024	09/06/2025	0,92	120.000	60.000	109.903	54.951
		09/06/2024	29/01/2027	1,35	552.879	-	744.458	-
		09/06/2024	09/06/2027	1,42		373.119	-	530.110
		01/01/2025	30/11/2026	1,31		62.500	-	81.837
		09/06/2025	09/06/2027	1,42		372.001	-	528.521
		01/01/2026	30/11/2026	1,31		62.500	-	81.837
		09/06/2026	09/06/2027	1,42		372.001	-	528.521

Ano	Data da Outorga	Data Inicial de Exercício	Data Final de Exercício	Val.Justo Unitário	Quantidade de Outorga		Valor Justo Total na Data da Outorga	
					Conselho	Diretoria	Conselho	Diretoria
2024	10/05/2024	10/05/2025	10/05/2027	0,52	169.367	94.307	263.674	49.323
		10/05/2025	10/05/2028	0,62		286.670	286.670	178.174
		10/05/2026	10/05/2027	0,52		48.115	48.115	25.165
		10/05/2026	10/05/2028	0,62		286.671	286.671	178.175
		10/05/2027	10/05/2028	0,62		286.671	286.671	178.175
		16/07/2024	16/07/2027	0,56		22.500	22.500	12.654
		16/07/2026	16/07/2027	0,56		22.500	22.500	12.654

2025: não houve outorga de opções de compra.

As outorgas ao Diretor Presidente, Sr. Rafael Gorenstein, que também é conselheiro, estão registradas na Diretoria Estatutária. O Sr. Gorenstein não recebeu outorgas de opções na qualidade de conselheiro.

Desta forma, nos anos de 2023 e 2024 o Conselho de Administração teve 4 conselheiros beneficiados com outorgas pelo respectivo cargo.

8.7 Opções em aberto

A Diretoria Estatutária e o Conselho de Administração da Companhia, na data-base de 31 de dezembro de 2025, detinham, conforme previsto nos Planos 2017, 2019, 2020 e 2023, as seguintes quantidades de opções:

CONSELHO										
Outorgas				Aproveitamento			Saldo			
Plano	Outorgas	Outorgas Condicionadas	Total	Exercício	Cancelamento/Expiração	Total	Aptas a Exercício	Inaptas a Exercício	Condicionadas	Total
2017	194.709	48.362	243.071	202.865	-	202.865			40.206	40.206
2019	-		-	-	-	-				-
2020	851.250		851.250	851.250	-	851.250				-
2023	493.996		493.996	387.805	106.191	493.996				-
Total	1.539.955	48.362	1.588.317	1.441.920	106.191	1.548.111	-	-	40.206	40.206

DIRETORIA ESTATUTÁRIA										
Outorgas				Aproveitamento			Saldo			
Plano	Outorgas	Outorgas Condicionadas	Total	Exercício	Cancelamento/Expiração	Total	Aptas a Exercício	Inaptas a Exercício	Condicionadas	Total
2017	2.868.515	435.249	3.303.764	3.112.372	90.981	3.203.353			100.411	100.411
2019	3.000.000		3.000.000	2.933.854	66.146	3.000.000				-
2020	1.300.000		1.300.000	1.000.000	300.000	1.300.000				-
2023	2.349.555		2.349.555	2.245.154	-	2.245.154	104.401			104.401
Total	9.518.070	435.249	9.953.319	9.291.380	457.127	9.748.507	104.401	-	100.411	204.812

Data Base: 31/12/2025 – Conselho

Exercível	Data Inicial de Exercício	Data Final de Exercício	Preço de Exercício	Quantidade	Quantidade Condicionada	Valor Justo
Sim	30/04/2024	24/06/2027	1,35	-	40.206	22.126,34

Data Base: 31/12/2025 – Diretoria

Exercível	Data Inicial de Exercício	Data Final de Exercício	Preço de Exercício	Quantidade	Quantidade Condicionada	Valor Justo
Sim	N/A	10/08/2028	1,20	104.401	-	66.599,37
Sim	N/A	24/06/2027	1,23	-	100.562	55.341,72

As outorgas ao Diretor Presidente, Sr. Rafael Gorenstein, que também é conselheiro, estão registradas na Diretoria Estatutária. O Sr. Gorenstein não recebeu outorgas de opções na qualidade de conselheiro.

8.8 Opções exercidas e ações entregues

8.8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:

		Conselho	Diretoria
2023	Num. Ações Exercidas	161.903	704.888
	Preço Médio Exercício	2,49	1,58
	Preço Médio Mercado	3,81	4,76
	Diferença de Valor do Exercício e Mercado	213.899	2.242.462
		Conselho	Diretoria
2024	Num. Ações Exercidas	zero	795.943
	Preço Médio Exercício		1,65
	Preço Médio Mercado		1,72
	Diferença de Valor do Exercício e Mercado		57.718
		Conselho	Diretoria
2025	Num. Ações Exercidas	1.205.369	2.262.565
	Preço Médio Exercício	1,23	1,22
	Preço Médio Mercado	1,17	1,17
	Diferença de Valor do Exercício e Mercado	-67.510,23	-129.863,81

As outorgas ao Diretor Presidente, Sr. Rafael Gorenstein, que também é conselheiro, estão registradas na Diretoria Estatutária. O Sr. Gorenstein não recebeu outorgas de opções na qualidade de conselheiro.

Desta forma, nos anos de 2023 a 2025, o Conselho de Administração teve 4 conselheiros beneficiados com outorgas pelo respectivo cargo.

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários

A Companhia possui Planos de Outorga de Opções de Compra de Ações. Em que pese o título da sessão, o Plano de Opções não contempla a remuneração com ações, mas sim uma transação mercantil entre a Companhia e os profissionais elegíveis para que tais profissionais adquiriram com seus próprios recursos, ações da Companhia, na forma como pactuada, correndo os riscos e benefícios de sua propriedade.

8.10 Outorga de ações

8.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável pois não há planos de ações restritas. Informações prestadas nos itens 8.5 a 8.8 acima

8.11 Ações Entregues

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros	4,67	2,00	
N° de membros remunerados	0,00	0,00	
N° de ações	0	0	
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	
Esclarecimento	Não aplicável pois não há planos de ações restritas. Informações prestadas nos itens 8.5 a 8.8 acima.	Não aplicável pois não há planos de ações restritas. Informações prestadas nos itens 8.5 a 8.8 acima.	

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros	4,92	2,00	
N° de membros remunerados	0,00	0,00	
N° de ações	0	0	
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	
Esclarecimento	Não aplicável pois não há planos de ações restritas. Informações prestadas nos itens 8.5 a 8.8 acima.	Não aplicável pois não há planos de ações restritas. Informações prestadas nos itens 8.5 a 8.8 acima.	

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros	5,00	2,17	
N° de membros remunerados	0,00	0,00	
N° de ações	0	0	
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	
Esclarecimento	Não aplicável pois não há planos de ações restritas. Informações prestadas nos itens 8.5 a 8.8 acima.	Não aplicável pois não há planos de ações restritas. Informações prestadas nos itens 8.5 a 8.8 acima.	

8.12 Precificação das ações/opções

8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

a. modelo de precificação

No momento da outorga de opções, o Conselho de Administração leva em conta as regras vigentes dos respectivos planos de outorga, e toma por base para precificação o preço vigente do ativo subjacente em bolsa de valores e o preço de exercício outorgado aos respectivos beneficiários, podendo ser usado o modelo de avaliação Black-Scholes para análises.

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Data de cálculo

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, as opções devem ser avaliadas na data da outorga respectiva (no caso, a data de aprovação do Programa correspondente).

Preço médio ponderado das ações

O preço das ações da Companhia considerado como base no cálculo do valor das respectivas opções é o valor de mercado base para cálculo dos preços de exercício.

Preço de exercício

O preço de exercício é definido pelo Conselho de Administração e poderá ser atualizado a seu critério.

Volatilidade esperada

A volatilidade é mensurada pelo desvio padrão de retornos de ações considerando o histórico de cotações diárias da Companhia desde sua abertura de capital, bem como ponderação com comportamento de ações de empresas no mesmo segmento, no mesmo período.

Prazo de vida da opção

Considera-se o prazo de duração a partir da data da outorga.

Dividendos esperados

A taxa de distribuição dos dividendos representa a razão entre o dividendo por ação pago em determinado período e o preço da ação no mercado determinado na data da precificação da opção.

Taxa de juros livre de risco

As taxas livres de risco foram obtidas junto ao Banco Central do Brasil e se referem às taxas do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) nas respectivas datas de outorga.

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não há previsão no Plano de Opção o exercício antecipado das opções.

8.12 Precificação das ações/opções

d. forma de determinação da volatilidade esperada

É mensurada pelo desvio padrão de retornos de ações considerando o histórico de cotações diárias da Companhia desde sua abertura de capital, bem como ponderação com comportamento de ações de empresas no mesmo segmento, no mesmo período

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não há nenhuma outra característica para mensuração de seu valor justo.

8.13 Participações detidas por órgão

8.13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Na data-base de 02 de janeiro de 2026, referenciando ao fechamento do pregão de 30 de dezembro de 2025, os membros do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária possuíam as seguintes posições acionárias na Companhia:

Cargo	Nome	Ações (qtd.)	Partic. (%)
Diretor	Marco Antonio Miola	360.558	0,77
Membro Independente do C.A.	Carlos Mario Calad Serrano	264.406	0,57
Membro Independente do C.A.	Simone Anhaia Melo	166.191	0,36
Membro Efetivo do C.A.	João Marcos Cavichioli Feiteiro	1.870.558	4,01

Os demais membros do Conselho de Administração, não possuem ações ou cotas ou outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas emitidas por sociedades controladas ou sob controle comum. O Sr. Rafael Gorenstein, Diretor Presidente e Conselheiro, informa que são detidas por pessoa a ele vinculada, a participações de 8.728.769 ações da Companhia.

As opções outorgadas encontram-se detalhadas no item 8.7.

8.14 Planos de previdência

8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. nome do plano
- e. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar
- f. condições para se aposentar antecipadamente
- g. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- h. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores.
- i. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

Não concedemos ao Conselho de Administração e à Diretoria Estatutária plano de previdência ou de aposentadoria para assegurar benefício complementar aos da previdência social oficial.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Nº de membros	2,00	2,00	2,17	4,67	4,92	5,00
Nº de membros remunerados	2,00	2,00	2,17	4,67	4,92	5,00
Valor da maior remuneraçãoReal	4.155.954,00	2.436.602,00	2.963.602,00	385.000,00	330.000,00	320.000,00
Valor da menor remuneraçãoReal	1.258.717,00	971.149,00	911.622,00	198.000,00	198.000,00	192.000,00
Valor médio da remuneraçãoReal	2.707.335,00	1.703.875,00	1.788.681,00	284.784,00	232.025,00	227.741,00

Observações e esclarecimentos

	Diretoria Estatutária	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2025	O valor médio da remuneração anual foi calculado mediante a divisão do valor total da remuneração pelo número de membros. O valor da menor remuneração anual foi calculado sem a exclusão de qualquer membro do referido órgão. O valor da maior remuneração anual corresponde ao exercício das funções de diretor por 12 meses.	
31/12/2024	O valor médio da remuneração anual foi calculado mediante a divisão do valor total da remuneração pelo número de membros. O valor da menor remuneração anual foi calculado sem a exclusão de qualquer membro do referido órgão. O valor da maior remuneração anual corresponde ao exercício das funções de diretor por 12 meses.	
31/12/2023	O valor médio da remuneração anual foi calculado mediante a divisão do valor total da remuneração pelo número de membros. O valor da menor remuneração anual foi calculado sem a exclusão de qualquer membro do referido órgão. O valor da maior remuneração anual corresponde ao exercício das funções de diretor por 12 meses.	

	Conselho de Administração	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2025	O valor médio da remuneração anual foi calculado mediante a divisão do valor total da remuneração pelo número de membros, considerando que até o mês de abril havia 04 conselheiros e a partir de maio havia 05 conselheiros O valor da menor remuneração anual foi calculado sem a exclusão de qualquer membro do referido órgão. O valor da maior remuneração anual corresponde ao exercício das funções de conselheiro por 12 meses.	
31/12/2024	O valor médio da remuneração anual foi calculado mediante a divisão do valor total da remuneração pelo número de membros, considerando que até o mês de outubro havia 05 conselheiros e em novembro/dezembro 04 conselheiros. O valor da menor remuneração anual foi calculado sem a exclusão de qualquer membro do referido órgão. O valor da maior remuneração anual corresponde ao exercício das funções de conselheiro por 12 meses.	
31/12/2023	O valor médio da remuneração anual foi calculado mediante a divisão do valor total da remuneração por 5 membros. O valor da menor remuneração anual foi calculado sem a exclusão de qualquer membro do referido órgão. O valor da maior remuneração anual corresponde ao exercício das funções de conselheiro por 12 meses.	

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Os instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria são os contratos de prestação de serviços para atuação como diretor estatutário, e suas consequências financeiras são, em resumo: 1) pagamento de um mês de remuneração ou valor proporcional, se descumprido em parte, no caso de o emissor descumprir o aviso prévio de 30 dias; 2) pagamento antecipado e total de importâncias devidas por contratos e aditivos, a exemplo de bônus, em caso de destituição ou rescisão imotivada, como se integralmente atingidos fossem os objetivos, metas ou condições subjacentes; 3) pagamento de multa não compensatória diária no caso de descumprimento de obrigações relacionadas à destituição; 4) pagamento de 6 pró-labores se a rescisão sem justa causa ocorrer nos 24 primeiros meses; 5) direito ao exercício das opções subsequentes, o qual deverá ser efetuado em até 30 dias corridos contados da data da rescisão sem justa causa, se ultrapassados 24 meses; e 6) multa e indenização aos administradores por constrições em seus patrimônios pessoais, em decorrência de obrigações da Companhia.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Não há acionista controlador e, portanto, o item não é aplicável.

8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Os membros do Conselho de Administração, Diretoria e/ou Comitês não receberam qualquer remuneração além daquela inerente à função que ocupam na Companhia.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado)

31/12/2026

A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.

31/12/2025

A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.

31/12/2024

A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.

31/12/2023

A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.

8.20 Outras informações relevantes

Em referência ao item 8.3, complementando as informações que a Companhia entende ser relevantes.

A remuneração variável está apresentada nas Demonstrações Financeiras como Remuneração dos Administradores. Os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal não recebem remuneração variável.

8.3.1 – Plano de Incentivo de Longo Prazo do Diretor Presidente (PILP).

A tabela a seguir detalha a evolução do PILP do Diretor Presidente, a espécie dos objetivos e seu status

Período de Referência	Pró-Labores	Tipo Objetivo	Status
2020			
2021	12	Liquidez	Atingido e Concluído
2022	12	Reestruturação	Atingido e Concluído
2023	12	Liquidez	Atingido e Concluído
2024			
2025	12	Reestruturação	Atingido e Concluído
2025/27	12	Reestruturação	Em andamento

8.3.2 – Contratação do Diretor de Operações

Período de Referência	Pró-Labores	Tipo
2023	3	Bônus de Contratação
2024		
2025	6	Bônus de Retenção
2026	6	Bônus de Retenção

8.3.3 – Síntese das Remunerações Variáveis, Atingimentos

	RV x Objetivos Vinculados		
	2023	2024	2025
RV Contratada - Diretoria	1.599.324,00	1.599.324,00	2.013.177,06
RV Paga - Diretoria	zero	799.662,00	412.500,00
% de atingimento do Período	0%	50%	20%

Abaixo a composição total das remunerações da Diretoria:

	Composição da Rem. Variável da Diretoria		
	2023	2024	2025
RV x Objetivos Vinculados	zero	799.662,00	412.500,00
PILP	1.320.000,00		1.650.000,00
Retenção	139.662,00		363.177,06
Total	1.459.662,00	799.662,00	2.425.677,06

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	010324		
Razão Social		Tipo Auditor	CPF/CNPJ
BDO RCS Auditores Independentes - Sociedade Simples Limitada		Juridica	54.276.936/0001-79
Data de contratação do serviço		Data de início da prestação de serviço	
01/01/2022		01/01/2022	
Descrição dos serviços prestados			
Auditoria das demonstrações financeiras, incluindo revisões trimestrais (ITRs), preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (controladora e consolidado) e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB (consolidado), da Lupatech S.A. e suas controladas diretas e indiretas. Emissão de Relatórios de Recomendações.			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
Para o exercício de 2024: R\$ 323.656,23 (sem impostos) para os serviços objeto da contratação. Para o período de 01/10/2025 até 30/09/2025 R\$ 348.379,85.			
Justificativa da substituição			
Rescisão unilateral do contrato de prestação de serviços de auditoria fundamentada em inadimplemento contratual.			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
N/A			

Código CVM do Auditor	012459	
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ
Crowe Macro Auditores Independentes Sociedade Simples	Juridica	22.985.155/0001-67
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço	
01/10/2025	01/10/2025	
Descrição dos serviços prestados		
'Auditoria das demonstrações financeiras, incluindo revisões trimestrais (ITRs), preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (controladora e consolidado) e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB (consolidado), da Lupatech S.A. e suas controladas diretas e indiretas. Emissão de Relatórios de Recomendações.		
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social		
Para o período de 01/10/2025 até 31/12/2025: R\$ 195.000,00 (sem impostos) para os serviços objeto da contratação.		
Justificativa da substituição		
N/A		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa		
N/A		

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

9.3. Caso os auditores ou pessoas a eles ligadas, segundo as normas de independência do Conselho Federal de Contabilidade, tenham sido contratados pelo emissor ou pessoas de seu grupo econômico, para prestar outros serviços além da auditoria, descrever a política ou procedimentos adotados pelo emissor para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes

Não aplicável, não há conflito de interesse, perda de independência ou objetividade dos auditores independentes, visto que o único objeto contratado é de Auditoria das demonstrações financeiras, revisões trimestrais (ITRs) e Emissão de Relatórios de Recomendações.

9.4 Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Liderança	7	25	0	0	0
Não-liderança	86	155	0	0	0
TOTAL = 273	93	180	0	0	0

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

Há um esclarecimento do DRI para os dados informados em 'prefere não responder': N/A

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Liderança	0	0	0	0	0	0	32
Não-liderança	0	0	0	0	0	0	241
TOTAL = 273	0	0	0	0	0	0	273

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	0	23	9
Não-liderança	29	125	87
TOTAL = 273	29	148	96

Quantidade de empregados - Pessoas com Deficiência

Há um esclarecimento do DRI para os dados informados em 'prefere não responder': N/A

	Pessoa com Deficiência	Pessoa sem Deficiência	Prefere não responder
Liderança	0	0	32
Não-liderança	0	0	241
TOTAL = 273	0	0	273

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	0	0	0	10	22	0
Não-liderança	0	0	0	88	152	1
TOTAL = 273	0	0	0	98	174	1

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Norte	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0
Sudeste	28	70	0	0	0
Sul	64	110	0	0	0
Exterior	1	0	0	0	0
TOTAL = 273	93	180	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

Há um esclarecimento do DRI para os dados informados em 'prefere não responder': N/A

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Norte	0	0	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0	0	0
Sudeste	0	0	0	0	0	0	98
Sul	0	0	0	0	0	0	174
Exterior	0	0	0	0	0	0	1
TOTAL = 273	0	0	0	0	0	0	273

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	0	0	0
Nordeste	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0
Sudeste	9	59	30
Sul	20	88	66
Exterior	0	1	0
TOTAL = 273	29	148	96

10.1 Descrição dos recursos humanos

10.1 Descrever os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações:

- b. número de terceirizados (total e por grupos, com base na atividade desempenhada e na localização geográfica)

	Exercício social encerrado em 2023	Exercício social encerrado em 2024	Exercício social encerrado em 2025
Colaboradores terceirizados	17	17	16
Áreas de Atuação			
Administrativo	6	8	7
Operacional	11	9	9
Distribuição Geográfica			
Região Sul	9	5	6
Região Sudeste	8	12	10

- c. índice de rotatividade

	Exercício social encerrado em 2023	Exercício social encerrado em 2024	Exercício social encerrado em 2025
Rotatividade	39%	32%	30%

10.2 Alterações relevantes

10.2. Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 10.1 acima

Não há outros indicadores que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

10.3. Descrever as políticas e práticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:

a. política de salários e remuneração variável

Consideramos nossa política de Recursos Humanos como parte integrante de nossa estratégia empresarial para auxiliar o nosso crescimento de forma organizada, através da clarificação da estrutura de cargos, papéis e responsabilidades.

Por meio da política, visamos oferecer um sistema de remuneração que fortaleça nossa capacidade de atração, reconhecimento e retenção, reconhecendo a performance, bons resultados e contribuições diferenciada.

A remuneração é composta por duas partes:

- Fixa – salário mensal, consistente com as melhores práticas do mercado;
- Variável – recompensa a realização de resultados de curto e longo prazo.

b. política de benefícios

Estabelecemos critérios claros e transparentes para a concessão de benefícios, oferecemos um pacote com o intuito de atrair e reter talentos, aumentar o engajamento e a qualidade de vida dos colaboradores.

De forma geral, são oferecidos os seguintes benefícios: seguro de vida, vale refeição ou refeitório próprio, vale transporte, plano de saúde e odontológico.

Realizamos pesquisas de mercado para alinhar as melhores práticas, visando sempre oferecer aos nossos colaboradores condições para o bom desempenho de suas atividades profissionais, de forma competitiva.

c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando:

- i. grupos de beneficiários
- ii. condições para exercício
- iii. preços de exercício
- iv. prazos de exercício
- v. quantidade de ações comprometidas pelo plano

Plano Incentivado de Outorga de Ações 2020

Grupos de beneficiários - São elegíveis para participar deste Plano Incentivado 2020 os executivos, membros do conselho de administração, empregados chave e prestadores de serviço estratégicos da Companhia e de suas sociedades controladas.

Condições para exercício - Os termos e as condições de cada opção concedida segundo o Plano Incentivado 2020 serão fixados em Contrato de Opção, assinado pelo Beneficiário, definindo, entre outras: a) a quantidade de ações ordinárias que serão objeto da Opção, b) as condições para a aquisição do direito ao exercício da Opção, c) o prazo final para o exercício da Opção, d) o preço de subscrição ou de aquisição das ações objeto da Opção e as condições para seu pagamento, e e) eventuais restrições à negociação das ações ordinárias objeto da Opção subscritas ou adquiridas pelos Beneficiários mediante o exercício da Opção.

Preços de exercício – O Preço de Aquisição não poderá ser nunca inferior a 80% (oitenta por cento) do (i) preço médio ponderado das ações registrado em um período compreendendo, no máximo, 90 (noventa) pregões da Bolsa de Valores de São Paulo (B3) anteriores à data em que a opção for concedida, ou (ii) preço

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

da ação na hipótese de emissão de novas ações ordinárias da Companhia em uma oferta subsequente pública ou privada, ou (iii) preço para a conversão de dívida em ações estabelecido em instrumentos conversíveis emitidos subsequentemente pela Companhia.

Prazos de exercício - As Opções outorgadas por meio do Plano Incentivado Baseado em Ações 2020 terão prazo máximo de exercício de 60 (sessenta) meses contados da data do Contrato de Opção, estando o Conselho de Administração autorizado a fixar prazos inferiores, a sua discrição.

Quantidade de ações comprometidas pelo plano- Até 2.550.000 (dois milhões e quinhentas e cinquenta mil) ações, todas ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Plano Incentivado de Outorga de Ações 2023

Grupos de beneficiários - São elegíveis para participar deste Plano Incentivado 2023 os executivos, membros do conselho de administração, empregados chave e prestadores de serviço estratégicos da Companhia e de suas sociedades controladas.

Condições para exercício - Os termos e as condições de cada opção concedida segundo o Plano Incentivado Baseado em Ações 2023 serão fixados em Contrato de Opção, assinado pelo Beneficiário, definindo, entre outras: a) a quantidade de ações ordinárias que serão objeto da Opção; b) as condições para a aquisição do direito ao exercício da Opção, devendo ser respeitado o cumprimento de condições mínimas necessárias para o exercício do direito outorgado ou recebimento das opções (vesting), com período de carência de pelo menos 12 (doze) meses; c) o prazo final para o exercício da Opção; d) o preço de subscrição ou de aquisição das ações objeto da Opção e as condições para seu pagamento; e e. eventuais restrições à negociação das ações ordinárias objeto da Opção subscritas ou adquiridas pelos Beneficiários mediante o exercício da Opção.

Preços de exercício - O Preço de Aquisição não poderá ser nunca inferior a 80% (oitenta por cento) do (i) preço médio ponderado das ações registrado em um período compreendendo, no máximo, 90 (noventa) pregões e, no mínimo 10 (dez) pregões, da Bolsa de Valores de São Paulo (B3) anteriores à data em que a opção for concedida, ou (ii) preço da ação na hipótese de emissão de novas ações ordinárias da Companhia em uma oferta subsequente pública ou privada, ou (iii) preço para a conversão de dívida em ações estabelecido em instrumentos conversíveis emitidos subsequentemente pela Companhia.

Prazos de exercício - As Opções outorgadas por meio do Plano Incentivado Baseado em Ações 2023 terão prazo máximo de exercício de 60 (sessenta) meses contados da data do Contrato de Opção, estando o Conselho de Administração autorizado a fixar prazos inferiores, a sua discrição.

Quantidade de ações comprometidas pelo plano - Até 3.140.000 (três milhões e cento e quarenta mil) ações, todas ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Plano Incentivado de Outorga de Ações 2024

Grupos de beneficiários - São elegíveis para participar deste Plano Incentivado 2024 os executivos, membros do conselho de administração, empregados chave e prestadores de serviço estratégicos da Companhia e de suas sociedades controladas.

Condições para exercício - Os termos e as condições de cada opção concedida segundo o Plano Incentivado Baseado em Ações 2024 serão fixados em Contrato de Opção, assinado pelo Beneficiário, definindo, entre outras: a) a quantidade de ações ordinárias que serão objeto da Opção; b) as condições para a aquisição do direito ao exercício da Opção, devendo ser respeitado o cumprimento de condições mínimas necessárias para o exercício do direito outorgado ou recebimento das opções (vesting), com período de carência de pelo menos 12 (doze) meses; c) o prazo final para o exercício da Opção; d) o preço de subscrição ou de aquisição das

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

ações objeto da Opção e as condições para seu pagamento; e e. eventuais restrições à negociação das ações ordinárias objeto da Opção subscritas ou adquiridas pelos Beneficiários mediante o exercício da Opção.

Preços de exercício - O Preço de Aquisição não poderá ser nunca inferior a 80% (oitenta por cento) do (i) preço médio ponderado das ações registrado em um período compreendendo, no máximo, 90 (noventa) pregões e, no mínimo 10 (dez) pregões, da Bolsa de Valores de São Paulo (B3) anteriores à data em que a opção for concedida, ou (ii) preço da ação na hipótese de emissão de novas ações ordinárias da Companhia em uma oferta subsequente pública ou privada, ou (iii) preço para a conversão de dívida em ações estabelecido em instrumentos conversíveis emitidos subsequentemente pela Companhia.

Prazos de exercício - As Opções outorgadas por meio do Plano Incentivado Baseado em Ações 2024 terão prazo máximo de exercício de 60 (sessenta) meses contados da data do Contrato de Opção, estando o Conselho de Administração autorizado a fixar prazos inferiores, a sua discrição.

Quantidade de ações comprometidas pelo plano - Até 2.000.000 (dois milhões) ações, todas ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal

- d. razão entre (i) a maior remuneração individual (considerando a composição da remuneração com todos os itens descritos no campo 8.2.d) reconhecida no resultado do emissor no último exercício social, incluindo a remuneração de administrador estatutário, se for o caso; e (ii) a mediana da remuneração individual dos empregados do emissor no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida em seu resultado no último exercício social

A Razão entre a maior remuneração individual e a mediana da remuneração individual dos empregados é 25,12%

10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Maior Remuneração Individual	Mediana da Remuneração Individual	Razão entre as Remunerações
1.540.000,00	61.312,68	25,12
Esclarecimento		

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

10.4. Descrever as relações entre o emissor e sindicatos, indicando se houve paralisações e greves nos 3 últimos exercícios sociais

Gerenciamos as relações de trabalho, individuais ou coletivas, buscando construir bases para um relacionamento direto, confiável e duradouro, em atendimento a legislação aplicável.

Asseguramos também nosso direito inerente de administrar nossos recursos humanos em todas as regiões onde possuímos operações, sempre respeitando as negociações com as entidades sindicatos de forma clara e transparente. Por outro lado, reconhecemos o papel dos sindicatos como órgão representante dos nossos colaboradores e garantimos a liberdade de organização sindical.

É garantida aos colaboradores da Lupatech a liberdade de associação sindical. A companhia busca manter uma agenda de diálogo aberta com entidades de representação de seus colaboradores, que vai além das negociações coletivas e mudanças de legislação. Nos últimos três exercícios não houve ocorrências relacionadas a paralisações ou greves.

10.5 Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes foram mencionadas nos itens anteriores.

11.1 Regras, políticas e práticas

11.1. Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, o órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui uma Política de Transações com Partes Relacionadas, formalmente aprovada pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 26 de outubro de 2022 e atualizada em reunião realizada em 18 de dezembro de 2024, que visa assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas relacionadas às transações com partes relacionadas envolvendo a Companhia, e suas controladas, sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia e de seus acionistas e, ainda, sejam conduzidas dentro de condições de mercado, prezando as melhores práticas de governança corporativa, com a devida transparência.

A Política abrange, mas não se limita: (i) as diretrizes do Estatuto Social da Companhia; (ii) o “Código de Conduta” da Companhia (“Código de Conduta”); (iii) a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”); (iv) as normas aplicáveis expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”); e (v) o “Regulamento de Listagem do Novo Mercado” da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3” e “Regulamento do Novo Mercado”, respectivamente).

A Política de Transações com Partes Relacionadas está disponível no site da Lupatech RI

https://ri.lupatech.com.br/upload/files/3498_Politica-de-Transacoes-com-Partes-Relacionadas.pdf

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Grupo Lochness	31/12/2025	7.191.604,61	7.191.604,61	7.191.604,61	Indeterminado	0
Relação com o emissor	Controlada					
Objeto contrato	Compartilhamento de despesa					
Garantia e seguros	Não há garantias e seguros devidamente formalizadas.					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Compartilhamento de despesas					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Lupatech Finance	30/09/2014	19.820.066,50	1.319.348,36	1.319.348,36	Indeterminado	0,4
Relação com o emissor	Empresa Controlada					
Objeto contrato	Mútuo Ativ					
Garantia e seguros	Não há garantias e seguros devidamente formalizados.					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Plano de Recuperação Extrajudicial.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Lupatech Finance	28/12/2018	1.251.270,00	1.251.270,00	1.251.270,00	Indeterminado	0
Relação com o emissor	Controlada					
Objeto contrato	Credores quirografários Classe II					
Garantia e seguros	Não há garantias e seguros devidamente formalizadas.					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Credores quirografários Classe III					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Lupatech Finance Limited	31/12/2017	225.416.102,81	145.166.045,23	145.166.045,23	Indeterminado	0,400000
Relação com o emissor	Empresa Controlada					
Objeto contrato	Mútuo Passiv					
Garantia e seguros	Não há garantias e seguros devidamente formalizadas					
Rescisão ou extinção	Poderá ser extinto, independentemente de qualquer aviso ou interpelação, judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses: (i) inadimplemento; (ii) violação contratual; (iii) rejeição da nota; (iv) declaração falsa; (v) cross default; (vi) insolvência; (vii) reorganização societária sem assunção de obrigações; (viii) dissolução; (ix) caso o cumprimento de qualquer obrigação nos termos da nota se torne ilícito.					
Natureza e razão para a operação	Compensação de Créditos e Repactuação de juros					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Mipel	31/12/2025	954.209,37	954.209,37	954.209,37	Indeterminado	0
Relação com o emissor	Controlada					
Objeto contrato	Venda de produto					
Garantia e seguros	Não há garantias e seguros devidamente formalizadas.					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Contas a receber referente às vendas de produtos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Mipel	31/12/2025	284.208,62	284.208,62	284.208,62	Indeterminado	
Relação com o emissor	Controlada					
Objeto contrato	Compartilhamento de despesa					
Garantia e seguros	Não há garantias e seguros devidamente formalizadas.					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Compartilhamento de despesas					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
MNA Valves	31/12/2025	9.645,24	9.645,24	9.645,24	Indeterminado	
Relação com o emissor	Controlada					
Objeto contrato	Compartilhamento de despesa					
Garantia e seguros	Não há garantias e seguros devidamente formalizadas.					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Compartilhamento de despesas					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
UEP Equipamentos	31/12/2025	2.684.066,74	2.684.066,74	2.684.066,74	Indeterminado	
Relação com o emissor	Controlada					
Objeto contrato	Compartilhamento de despesa					
Garantia e seguros	Não há garantias e seguros devidamente formalizadas.					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Compartilhamento de despesas					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

11.2. Transações com partes relacionadas

n. medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses

Os acionistas, administradores e suplentes da Companhia e de suas controladas, bem como seus respectivos cônjuges ou companheiros(as), filhos(as), filhos(as) de seus cônjuges ou de companheiros(as), e seus dependentes ou os de respectivos cônjuges deverão informar aos assessores legais da Companhia sobre quaisquer transações entre elas e a Companhia de que tenham ciência.

Os administradores da Companhia, ao identificarem uma matéria que possa representar potenciais conflitos de interesses, devem reportá-lo imediatamente. Adicionalmente, devem abster-se de interferir de qualquer forma na operação, incluindo, mas não se limitando, a votar em tal deliberação.

Caso algum membro do Conselho de Administração ou Diretor Estatutário, que possa ter um potencial ganho privado decorrente de alguma decisão, não manifeste seu conflito de interesses, qualquer outro membro do respectivo órgão que tenha conhecimento da situação, deverá fazê-lo. A manifestação da situação de conflito de interesses e a subsequente abstenção deverão constar da ata da reunião.

No caso de conflitos de interesses por ocasião da deliberação de operações que possam caracterizar transações com partes relacionadas, caberá ao presidente da mesa, seja da assembleia ou da reunião, decidir, no curso do próprio conclave, pelo impedimento do acionista/administrador em suposto conflito de interesses ou em situação de benefício particular, sem prejuízo da posterior submissão da matéria à autoridade judicial ou arbitral competente.

Se qualquer transação com partes relacionadas não tiver sido submetida aos procedimentos de aprovação previstos na Política antes de sua assinatura e/ou implementação, essa transação deverá ser informada ao órgão competente de aprovação. Esse órgão deverá conduzir a análise conforme previsto na Política e deverá considerar, ainda, todas as opções disponíveis à Companhia, incluindo a ratificação, alteração ou término da relação com as Partes Relacionadas envolvidas.

o. demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

As operações e negócios da Companhia com partes relacionadas são realizadas com o intuito de melhorar o desempenho e levam sempre em consideração o critério do melhor preço, prazo, melhor capacitação técnica e encargos financeiros compatíveis com as práticas usuais de mercado, sendo que todos estabelecem prazos para sua efetiva realização (quitação, bem como taxas de juros de mercado, quando aplicável). Os contratos firmados com partes relacionadas observam condições estritamente comutativas, com pagamento adequado, similares àquelas que poderiam ser estabelecidas em transações com partes não relacionadas.

11.3 Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes para esta Seção.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital		Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação		Prazo de integralização	Valor do capital
10/07/2026			144.484.430,28
Quantidade de ações ordinárias		Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
4.731.810		0	4.731.810

Tipo Capital		Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação		Prazo de integralização	Valor do capital
10/07/2026			144.484.430,28
Quantidade de ações ordinárias		Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
4.731.810		0	4.731.810

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação		Prazo de integralização	Valor do capital
10/07/2026			144.484.430,28
Quantidade de ações ordinárias		Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
4.731.810		0	4.731.810

Tipo Capital		Capital Autorizado	
Data da autorização ou aprovação		Prazo de integralização	Valor do capital
10/07/2026			0,00
Quantidade de ações ordinárias		Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
8.277.573		0	8.277.573

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

12.2. Emissores estrangeiros devem descrever os direitos de cada classe e espécie de ação emitida e as regras de seu país de origem e do país em que as ações estejam custodiadas no tocante a:

- a. direito a dividendos
- b. direito de voto
- c. conversibilidade em outra classe ou espécie de ação, indicando:
 - i. condições
 - ii. efeitos sobre o capital social
- d. direitos no reembolso de capital
- e. direito a participação em oferta pública por alienação de controle
- f. restrições à circulação
- g. condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários
- h. possibilidade de resgate de ações, indicando:
 - i. hipótese de resgate
 - ii. fórmula de cálculo do valor de resgate
- i. hipóteses de cancelamento de registro, bem como os direitos dos titulares de valores mobiliários nessa situação
- j. hipóteses em que os titulares de valores mobiliários terão direito de preferência na subscrição de ações, valores mobiliários lastreados em ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, bem como das respectivas condições para o exercício desse direito, ou das hipóteses em que esse direito não é garantido, caso aplicável
- k. outras características relevantes

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é emissor estrangeiro.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Bônus de Subscrição
Identificação do valor mobiliário	Bônus de Subscrição (3ª Emissão)
Data de emissão	24/03/2023
Data de vencimento	24/03/2026
Quantidade	43.900.000
Valor nominal global R\$	0,00
Saldo Devedor em Aberto	0,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Sim
Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social	As Ações de emissão da Companhia subscritas em razão do exercício dos Bônus de Subscrição ("Ações Decorrentes dos Bônus de Subscrição") somente poderão ser integralizadas em dinheiro ou com créditos, desde que extraconcursais ou listados nas Classes II, III e IV do Plano de Recuperação Judicial ("Créditos BS"), detidos contra a Emissora ou sociedades por ela controladas. As Ações Decorrentes dos Bônus de Subscrição serão ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Emissora. Os Debenturistas que desejarem exercer, total ou parcialmente, seus Bônus de Subscrição deverão fazê-lo mediante comunicação escrita à Emissora, na forma de notificação de exercício ("Notificação de Exercício"), a qual deverá ser remetida à Companhia segundo às instruções dela constantes.
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	N/A
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	N/A
Outras características relevantes	Subscrição e integralização: Para cada Debênture da 4ª Emissão de Debêntures, serão entregues gratuitamente como vantagem adicional 175.600 (cento e setenta e cinco mil e seiscentos) bônus de subscrição, os quais conferirão a seus titulares o direito de subscrever e integralizar 175.600 (cento e setenta e cinco mil e seiscentas) ações, na proporção de 1 (uma) Ação para cada 1 (um) bônus exercido ("Bônus de Subscrição"), nos termos e condições da respectiva emissão dos Bônus de Subscrição, realizada em conjunto com a 4ª Emissão de Debêntures. O exercício dos Bônus de Subscrição é facultativo, sendo que perderão sua validade se não exercidos dentro do Prazo de Exercício, sem que seja devido ao titular qualquer compensação pela sua expiração. A titularidade do Bônus de Subscrição, por si só, não assegura ao seu detentor qualquer direito a dividendos, juros sobre capital próprio ou quaisquer outros proventos ou direitos políticos. Somente a partir do efetivo recebimento das Ações Decorrentes dos Bônus de Subscrição é que serão fruídos os mesmos direitos pertinentes às Ações da Companhia. A quantidade total será verificada no momento da homologação final da emissão.
Valor mobiliário	Bônus de Subscrição
Identificação do valor mobiliário	N/A
Data de emissão	29/10/2018
Data de vencimento	28/10/2025

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Quantidade	3.404.528
Valor nominal global R\$	340.452.800,00
Saldo Devedor em Aberto	0,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Colocação Privada
Conversibilidade	Sim
Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social	Observados os prazos e procedimentos estabelecidos pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) e pelo BTG Pactual Serviços Financeiros S/A, os Bônus de Subscrição (“Bônus”) serão exercíveis a exclusivo critério de seu titular, a partir de 26 de dezembro de 2018 até o dia 28 de outubro de 2025 (inclusive) (“Período de Exercício” e “Exercício do Bônus”, respectivamente). O Exercício do Bônus é facultativo, sendo que os Bônus perderão sua validade se não exercidos dentro do Período de Exercício, sem que seja devido ao subscritor qualquer compensação pela sua expiração. Os Bônus poderão ser exercidos, durante sua vigência, pelo preço fixo de R\$0,88 (oitenta e oito centavos) por ação, sendo certo que cada Bônus, unitariamente, confere ao seu titular o direito de aquisição de uma única ação ordinária da Companhia. Na hipótese de exercício de 100% (cem por cento) dos Bônus, serão acrescidas ao Capital Social da Companhia 3.404.528 (três milhões, quatrocentas e quatro mil, quinhentas e vinte e oito) ações, todas ordinárias, escriturais, nominativas e sem valor nominal.
Possibilidade resgate	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	N/A
Outras características relevantes	Os Bônus emitidos são destinados ao pagamento de parcela dos créditos sujeitos à relevantes Recuperação Judicial da Companhia, detidos pelos credores de classes II, III e IV, nos termos aprovados no Plano de Recuperação Judicial do Grupo Lupatech. Como havia créditos aptos ao recebimento na data da emissão e outros que, por variadas razões, estavam sub judice e, portanto, inaptos ao recebimento, se fez necessário adotar medidas para a satisfação tanto dos créditos aptos quanto dos créditos inaptos. Uma das referidas medidas fora a subscrição dos Bônus emitidos por Sociedade pertencente ao Grupo Lupatech, distinta da Emissora, para (i) na medida em que os credores ilíquidos se tornarem líquidos, operar-se-á a dação em pagamento dos valores mobiliários ora emitidos contra o crédito devido por referidos credores; e (ii) viabilizar a substituição de parte das notes em posse dos credores estrangeiros da Companhia, conforme deferido pelo Juízo da Recuperação Judicial e acatado pela Câmara Reservada de Falência e Recuperação Judicial de Nova Iorque. Sendo assim, o objetivo final da emissão dos Bônus é viabilizar o cumprimento do Plano de Recuperação Judicial do Grupo Lupatech e o tratamento equânime de todos os credores sujeitos à Recuperação Judicial do Grupo Lupatech.
Valor mobiliário	Bônus de Subscrição
Identificação do valor mobiliário	Bônus de Subscrição (2ª Emissão)
Data de emissão	03/03/2021
Data de vencimento	28/10/2027
Quantidade	947.975
Valor nominal global R\$	94.797.500,00
Saldo Devedor em Aberto	0,00
Restrição a circulação	Não

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Conversibilidade	Sim
Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social	Para cada R\$100,00 (cem reais) em Créditos Incontroversos de Classes I, II, III e IV, será subscrito e integralizado um Bônus, observados os montantes a serem trocados por Bônus nos termos do Plano de Recuperação Judicial e admitida a aproximação ao número inteiro de Bônus imediatamente superior ao valor do crédito.A integralização dos Bônus adquiridos pelos acionistas será feita em moeda corrente nacional, mediante depósito em conta corrente da Emissora indicado no Boletim de Subscrição, em até 02 (dois) dias úteis após o fim do prazo para aquisição de Sobras ("Data de Integralização"). Os Bônus de Subscrição poderão ser exercidos, durante sua vigência, pelo preço fixo de R\$0,88 (oitenta e oito centavos) por Ação. De modo a conciliar o Período de Exercício dos Bônus de Subscrição com os prazos aplicáveis ao aumento de capital, o Conselho de Administração da Emissora continuará se reunindo mensalmente, até o último dia do mês, para verificar a quantidade de Bônus exercidos até o último dia do mês antecedente de cada reunião, e confirmará as Ações Ordinárias que serão emitidas em contrapartida a tais Bônus de Subscrição, sendo a última realizada no mês imediatamente subsequente ao término do Período de Exercício ("Reuniões do Conselho de Administração para Aumento de Capital") A falta de pagamento tempestivo implicará o cancelamento do Boletim de Subscrição. As Ações emitidas nas Reuniões do Conselho de Administração para Aumento de Capital serão entregues aos subscritores em até 30 (trinta) dias corridos contados da realização da Reunião do Conselho de Administração para Aumento de Capital, respeitado os prazos e procedimentos estabelecidos pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") e pelo BTG Pactual Serviços Financeiros S/A.
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	N/A
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	N/A
Outras características relevantes	Subscrição e integralização: Os Bônus deverão ser subscritos e integralizados, fora do âmbito da B3, pelo preço de subscrição correspondente ao seu Valor Nominal Unitário, sem atualização monetária, juros ou outros encargos. Os Bônus deverão ser integralizados à vista com Créditos Incontroversos de Classes I, II, III e IV, conforme definido no Plano de Recuperação Judicial da Emissora e seus Aditivos, ou com créditos detidos pelas sociedades que compõem o Grupo Lupatech como subsidiária integral, controladas ou coligadas ("Controladas da Emissora"), respeitado o exercício do Direito de Preferência pelos atuais acionistas da Emissora, sendo que, nos termos do artigo 171, §2º, da Lei das Sociedades por Ações, se for o caso, as importâncias por eles pagas em moeda corrente nacional serão entregues ao titular do crédito a ser capitalizado. Os Bônus que não forem subscritos, bem como os Bônus subscritos que não forem integralizados nos termos e condições estabelecidos nesta ata, poderão, a livre critério da Emissora, ser cancelados, sendo, o cancelamento de Bônus, obrigatoriamente, homologado em reunião do Conselho de Administração da Emissora, a ser realizada após a Data de Integralização (conforme definido abaixo) e divulgado ao mercado.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Bônus de Subscrição	32	681293	681325

12.5 Mercados de negociação no Brasil

12.5. Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação

Os valores mobiliários, admitidos à negociação, i.e., as ações ordinárias, são negociadas no segmento Novo Mercado da B3. Os *Bonds*, Bônus de Subscrição e as Debêntures não são admitidas à negociação em nenhum mercado.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável. A Companhia não possui valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Valor mobiliário	Letras Financeiras
Identificação do valor mobiliário	Bônus Perpétuos emitidos no mercado Internacional
Data de emissão	10/07/2007
Data de vencimento	31/12/2999
Quantidade	275.000
Valor nominal global R\$	456.391.312,82
Saldo Devedor em Aberto	0,00
Características dos valores mobiliários de dívida	Os Bônus Perpétuos foram cancelados e substituídos pelas Notas, descritas no item a seguir.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	N/A
Outras características relevantes	N/A
Valor mobiliário	Nota Comercial
Identificação do valor mobiliário	Notes
Data de emissão	08/10/2014
Data de vencimento	08/10/2021
Quantidade	47.850.000
Valor nominal global R\$	115.184.520,00
Saldo Devedor em Aberto	0,00
Características dos valores mobiliários de dívida	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não há possibilidade de resgate pois as Notas estão sujeitas aos termos do Plano de Recuperação Judicial da Lupatech S.A. e da Lupatech Finance Ltd. A Emissora poderia, nos termos do Plano de Recuperação Judicial, propor o pagamento antecipado aos debenturistas, desde que tal opção seja igualmente ofertada aos demais credores quirografários.
Outras características relevantes	N/A

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

12.8. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos últimos 3 exercícios sociais, indicar:

- a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados
- b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição
- c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não houve ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários nos últimos 3 (três) exercícios.

12.9 Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes foram citadas nos itens anteriores.

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável	Status	Justificativa
RAFAEL GORENSTEIN	Diretor Presidente/Relações com Investidores	Alterado	Alteração do anexo em virtude da assinatura.

13.1 Declaração do diretor presidente/relações com investidores

LUPATECH S.A.
CNPJ nº 89.463.822/0001-12
NIRE 35.3.0045756-1
Companhia Aberta de Capital Autorizado – Novo Mercado

DECLARAÇÃO

O Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores, Sr. Rafael Gorenstein, atesta que:

- a. reviu o formulário de referência;
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20.
- c. as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades.

São Paulo, 01 de junho de 2026.

RAFAEL GORENSTEIN
Diretor Presidente e de Relações com Investidores

13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual

Documento não preenchido.